

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	4
Título: Estatizem o Estado	4
Título: A prisão do dinheiro da Vale	5
Título: A lama, o ódio, a responsabilidade	6
Título: Desastre revela controle ineficaz de barragens	8
Título: Mortos chegam a quase cem em Brumadinho; 259 estão desaparecidos	9
Título: Governo libera R\$ 801 milhões para apoio de emergência	11
Título: Justiça proíbe novas licenças para barragens como a de Brumadinho	12
Título: Réu por Mariana representa Vale junto ao governo	13
Título: Ao contrário do previsto, Inhotim continua fechado	15
Título: O impacto da tragédia	16
Título: Ações da mineradora saltam 9%. Acionistas vão à CVM	18
Título: Petrobras fecha a venda de Pasadena, alvo da Lava-Jato, para Chevron	20
Título: Caixa fará oferta de ações de quatro subsidiárias	21
Título: Para o Brasil, sanções petrolíferas serão fatais a Maduro	21
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	23
Título: Família Brasil vende tudo	23
Título: Abrutes da tragédia	24
Título: A reação a desastres pela (in)ação humana	25
Título: Punições no caso da Vale podem atingir de presidente a técnicos	26
Título: Criminalistas criticam prisão de funcionários	29
Título: Com plano de ação, papéis da Vale sobem 9%	30
Título: Responsabilidade tem que chegar a um CPF, diz Onyx	31

Título: Análise - Precisamos falar sobre crimes corporativos: a lei deve ser para todos.....	34
Título: Caixa quer lançar em até um ano ações de 4 subsidiárias em SP e NY	35
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	37
Título: » Fechou.	37
Título: A palavra maldita	37
Título: » Bastidores.	39
Título: Direto do bolso	39
Título: Risco presente.....	40
Título: Papéis da Vale sobem 9% com proposta da empresa	42
Título: Mudança na direção entra no radar da Vale	43
Título: Petrobrás vende Refinaria de Pasadena	44
Título: Congresso se omite e multa máxima de agência a mineradora é de R\$ 3,2 mil	45
Título: Após acidente, TCU vai fiscalizar ação de órgão fiscalizador.....	48
Título: Deputado reduziu exigências para diretores	48
Título: Mortos chegam a 99; Israel deixa resgate	49
Título: 'Esse lugar não serve mais para a gente'	50
Título: Água do Rio Paraopeba, atingido pela lama, não deve ser consumida	52
Título: Em ruínas, a barragem de maior risco em MG	53
Título: Fim de estrutura passa por retirada de rejeitos	55
Título: Secretaria mineira exige desativação	56
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	57
Título: A lição de Brumadinho.....	57
Título: A pressão do BNDES.....	59
Título: Temor se espalha em Minas	60
Título: Auxílio a pescadores e agricultores	62
Título: Interlocutor da Vale é réu.....	63
Título: Ordem é fechar barragens	64
Título: Alerta máximo em Goiás.....	66
Título: Em Paracatu, mineradora bloqueia vias	67
Título: Policiamento é reforçado.....	68
Título: Prejuízo para agricultores	70
Título: Nem aviso nem sirene.....	71
Título: Luto atinge até os coveiros	72
Título: Minério de ferro sobe, e Vale salta 9% na bolsa	73

Título: Chega de desmandos	75
Título: Não se omita	77
VEÍCULO: Valor Econômico.....	78
Título: O imbróglio da cessão onerosa.....	78
Título: Após avanço de 0,01% neste mês, IGP-M deve continuar comportado em fevereiro	81
Título: Curtas	82
Título: O mercado elétrico e a reestruturação institucional.....	83
Título: Merkel deixa um legado ambiental controverso	85
Título: Vale vai propor um acordo para antecipação das indenizações	91
Título: Mineradora compensará produção menor	93
Título: Destaques	94
Título: Minas vive as angústias de suas barragens.....	95
Título: Projetos de lei pós-Mariana são 'esquecidos' na Câmara	100
Título: Redução da atividade da Vale terá impacto nas prefeituras de MG	102
Título: Governo mineiro estima perda de 30% na arrecadação	103
Título: Para acionistas, mineradora omitiu riscos ambientais	105
Título: Sindicatos pedem que STF priorize ação trabalhista	107
Título: Corte de produção da Vale impulsiona alta do minério	108
Título: Número de mortos soma 99 e lama de rejeitos já percorreu 98 quilômetros	110
Título: Todas as barragens iguais a de Brumadinho serão esvaziadas	111
Título: Petrobras vende Pasadena por US\$ 562 milhões	112
Título: CPFL escolhe Jaguariúna para testar tecnologia.....	114
Título: Destaques	115
Título: Após recente perda recorde, investidor volta e Vale sobe 9%.....	115

VEÍCULO: O Globo**Data: 31/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Carlos Alberto Sardenberg****Título: Estatizem o Estado**

Vamos falar francamente: no mundo real da política, o governo federal exerce — ou pode exercer — muita influência sobre a Vale, assim como a Vale exerce influência sobre governos federal e estaduais.

Não que o presidente Bolsonaro possa mandar demitir Fabio Schvartsman. Mas pode complicar muita a vida do executivo da Vale, até conseguir sua saída.

Já aconteceu antes, nos dois sentidos. Lula e Dilma forçaram a demissão de Roger Agnelli, em 2011, porque este queria dirigir a mineradora como se fosse uma empresa privada, independente do governo. Depois, Dilma e Lula controlaram a escolha do sucessor, Murilo Ferreira, assim como Temer coordenou a indicação de Schvartsman, com a participação de Aécio Neves, já que a Vale sempre foi considerada um “patrimônio” mineiro.

Duas circunstâncias permitem esses arranjos, um econômico, outro político. No econômico: o governo é o maior acionista da Vale.

Somando as participações dos fundos de pensão de estatais, Previ, Petros e Funcef, mais as ações do BNDES, o governo tem 27,7% do capital da mineradora. A segunda maior participação é do Bradesco, com 5,8%.

No momento, a Vale passa por uma complexa mudança estrutural, cujo objetivo é tornar a empresa totalmente aberta. Mas até aqui, há um grupo de acionistas controladores, formado justamente pelos fundos de estatais, BNDES, Bradesco e a japonesa Mitsui. Como nem o Bradesco nem os japoneses querem brigar com o governo, dá para entender quem exerce a maior influência. Esse é o fator político.

Esqueçam, portanto, a tal “golden share”, de propriedade do governo. Ela só serve para o Planalto impedir, por exemplo, a transferência da companhia para o exterior, o que não passa pela cabeça de ninguém.

Dirão: mas os fundos de pensão de estatais são entidades independentes.

Deveriam ser. Na prática, sempre foram, digamos, coordenados pelo governo. Nos tempos do PT, então, o aparelhamento foi total, levando-se os fundos a negócios e investimentos, digamos, duvidosos.

Portanto, a providência mais importante a ser tomada é a completa privatização da Vale e sua transformação numa companhia pública, no sentido americano da palavra. Uma empresa aberta de capital pulverizado em bolsas, administrada profissionalmente. Esse processo já está em curso e precisa ser mantido.

E já que estamos no assunto, é preciso introduzir regras mais firmes que garantam a autonomia dos fundos de pensão.

A segunda grande providência é no sentido inverso: a estatização do Estado, ou seja, das agências reguladoras e fiscalizadoras.

A trama política nas relações Vale/governo/Congresso/assembleias legislativas inclui um controle sobre agências que deveriam regular a mineração. São inúmeros os casos de atuação de políticos lobistas em favor das mineradoras, quer facilitando licenciamentos, por exemplo, quer derrubando normas mais rigorosas para o controle da atividade.

Mas a arma mais poderosa é quase silenciosa: o aparelhamento político de agências reguladoras e o seu “desaparelhamento” prático. Exemplo: a recente Agência Nacional de Mineração, criada para colocar moral nessa história, tem 35 agentes para fiscalizar 790 barragens de rejeitos mais o funcionamento de minas e a situação da pesquisa mineral. E vem o governo atual dizer que vai fiscalizar nada menos que 3.386 barragens de algum risco. (Notaram a precisão do número?)

Nesse ambiente, não é de estranhar que surjam propostas tão equivocadas, como a de intervenção federal na Vale, tão ilegal quanto inútil. Assim como um suposto endurecimento da legislação, inútil se não há instrumentos de aplicação.

Além disso, essa situação prejudica o debate sobre o licenciamento ambiental. Uns querem afrouxar, outros, apertar. Mas o problema não está aí, está na “privatização” e no aparelhamento das agências.

Do jeito que está o debate, corremos o risco de ou liberar geral ou proibir tudo.

Como resolver, então? Simples, copiem do Canadá.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: A prisão do dinheiro da Vale

A Vale, como se sabe, depositou na conta do Estado de Minas Gerais, por determinação da Justiça, R\$ 1 bilhão. Outros bloqueios, que totalizam R\$ 11 bilhões, não foram feitos porque a mineradora alega não ter esse dinheiro todo em caixa. Além disso, no meio jurídico, há quem considere que, em que pese a boa intenção, apelar para bloqueios não é o melhor caminho neste momento. É que depósitos judiciais, além de cobçados por estados em crise, muitas vezes têm vida longa por causa de ações judiciais que nunca acabam.

Segue...

A Samarco tem, por exemplo, R\$ 800 milhões bloqueados ainda por causa de Mariana (MG). Dinheiro que poderia estar nas mãos, por exemplo, das vítimas do rompimento da barragem, em 2015.

Se ficar o bicho pega...

Famélico de recursos, o Estado de Rio não renovou o regime fiscal do ICMS do etanol, que era de 25%. Com isso, o imposto passou para 32%. Só que o ICMS do etanol em São Paulo é de só 12%, ou seja... há, por aqui, um convite à sonegação.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Cora Rónai

Título: A lama, o ódio, a responsabilidade

Como é morrer soterrada na lama? Eu já levei muitos caldos na praia, já tive o lombo arranhado pela areia do fundo, perdi noção se subia ou descia, engoli tanta água salgada que a garganta e o nariz ficaram ardendo dias —não cheguei a me afogar mas quase, e não preciso fazer um grande esforço de imaginação para entender como é morrer no mar.

Qualquer um que já caiu numa piscina ou que teve banheira em casa quando era criança e tentou ver quanto tempo ficava sem respirar tem pelo menos uma vaga ideia de como é morrer afogado na água.

Mas como é morrer afogada na lama?

Como é ser arrastada por aquela massa? Como é sentir o impacto, perder o pé, engolir aquela porcaria toda? Como é tentar lutar por ar naquela escuridão gosmenta?

Tento imaginar mas desisto logo, abalada pelo horror. Subo para a superfície do pensamento, respiro e tenho vontade de gritar, de sair para a rua quebrando tudo, de me esconder debaixo da cama e de comprar a primeira passagem para qualquer outro canto, tudo junto, ao mesmo tempo.

Penso em Brumadinho, nas vítimas de Brumadinho, em toda a natureza perdida de Brumadinho, e sinto um ódio tão grande e tão poderoso quanto a lama.

Um país que faz agente se confrontar com um sentimento tão violento precisa parar e repensar, a sério, as suas prioridades; uma empresa que traz esse sentimento à tona precisa parar, ponto.

A diretoria da Vale tinha que ser responsabilizada pelos crimes que cometeu. Desde Mariana, desde Bento Rodrigues, desde Paracatu de Baixo. Desde as vidas que foram perdidas ali, desde o Rio Doce assassinado. Enquanto a punição for apenas financeira, nada vai mudar — afinal, quem paga, quando paga, é “a empresa”, essa vaga coisa montada com tantos vícios.

Até agora, as multas do Ibama aplicadas à Samarco ainda não foram pagas; até agora, os atingidos de Mariana aguardam reparação. Diretores vão para a televisão, manifestam surpresa, pedem desculpas, choram lágrimas de crocodilo... e continuam intocáveis e intocados nas suas vidas bem acolchoadas, homens virtuosos que, afinal, não fizeram nada.

Quando não vão eles, vão os seus advogados, para negar qualquer responsabilidade.

O governo falhou na fiscalização, falhou na legislação, falhou em tudo o que precisava ter feito mas não fez, tudo o que precisava ter feito mas não faz, desde que existe governo neste país. A canalha é federal, estadual e municipal. Se isso não bastasse, ainda precisamos aguentar o cinismo de autoridades e ex-autoridades que tentam usar politicamente a tragédia pela qual são corresponsáveis.

Mas é fácil apontar o dedo para as falhas do governo, e dizer que a Vale, afinal, agia dentro da lei. A Vale fez as leis; a Vale comprou as leis.

Empresas, como pessoas, precisam ter valores. Uma pessoa decente não é decente apenas por medo de ir para a cadeia; uma empresa decente não pode ser decente apenas no limite da lei — que ela molda e retorce de acordo com as suas conveniências.

A lama da Vale não está apenas nas suas barragens assassinas.

VEÍCULO: O Globo**Data: 31/01/2019****Seção: Editorial****Autor:****Título: Desastre revela controle ineficaz de barragens**

É positiva decisão da Vale de esvaziar reservatórios construídos com método semelhante ao de Brumadinho

Quatro dias após o rompimento da Barragem da Mina do Feijão, que já deixou 99 mortos e quase 260 desaparecidos, a Vale anunciou que, em até três anos, acabará com todos os reservatórios de rejeitos de mineração construídos pelo mesmo método do de Brumadinho (alteamento a montante), considerado inseguro e banido de países como o Chile. Desde o desastre de Mariana, em 2015, nove já foram esvaziados, restando ainda dez. Embora o processo estivesse em andamento, a decisão de acelerá-lo é fundamental para preservar a segurança junto a essas represas.

Medida acertada, sem dúvida. Mas é apenas parte do problema. Após a tragédia de Brumadinho, é certo que políticas de segurança, sistemas de fiscalização e planos de contingência foram todos soterrados pela enxurrada de lama que vazou sexta-feira. Parece evidente que o monitoramento dessas estruturas é tão frágil quanto as próprias.

A barragem do Feijão era classificada, nos relatórios da Agência Nacional de Mineração (ANM) como “de baixo risco” e “alto dano potencial”. Significa que a probabilidade de rompimento era pequena, mas, se ele acontecesse, a destruição seria grande. A segunda parte ficou comprovada. Mas, a esta altura, pergunta-se se era mesmo de baixo risco. Na terça-feira, a polícia prendeu funcionários da Vale e engenheiros que atestaram a segurança da barragem. Investigadores apuram se houve negligência na elaboração dos laudos.

Independentemente da exatidão desses diagnósticos, o cadastro da ANM mostra que existem 175 barragens de mineração classificadas da mesma forma que a de Brumadinho. E há situações ainda mais graves. Pelo menos dois reservatórios de rejeitos de minério de ouro em Rio Acima (MG), nos arredores de Belo Horizonte, têm o nível de alerta máximo (risco e dano potencial altos). Duas bombas-relógio.

A situação evidentemente preocupa porque, em caso de rompimento, essas estruturas se tornam extremamente letais. Daí a importância dos planos de contingência para retirada da população vulnerável. Mas eles também parecem

ter sucumbido na maré de negligência em Brumadinho. Sobreviventes relatam que as sirenes não soaram.

Ao menos agora, parece haver um consenso sobre a urgência de se mudarem todos esses procedimentos. Na terça-feira, o governo federal anunciou um conjunto de medidas nessa área. Uma delas, a fiscalização de 3.386 barragens com alto potencial de danos — o país tem quase 24 mil reservatórios.

De fato, o momento exige respostas à altura. Mas o passado assombra. Depois do desastre de Mariana, que matou 19 pessoas e deixou um rastro de destruição sem precedentes, muito se anunciou, e pouco se fez. Apenas 3% das barragens foram vistoriadas. E os projetos que tramitavam na Câmara e no Senado, com objetivo de tornar a legislação mais rigorosa, não avançaram.

Se depois de Mariana já não havia margem para erros, agora existe menos ainda. Ou se aumenta, de uma vez por todas, o controle sobre a segurança de barragens, ou a próxima tragédia será apenas uma questão de tempo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: O País

Autor: BÁRBARA FERREIRA* E BRUNO ABBUD

Título: Mortos chegam a quase cem em Brumadinho; 259 estão desaparecidos

Resgate foi paralisado no fim da tarde de ontem devido à forte chuva; trabalho se concentrou onde ficava refeitório da Vale

O número de mortes em Brumadinho (MG) chegou a 99 ontem, segundo o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais e 57 pessoas foram identificadas pelo Instituto Médico Legal (IML) de Belo Horizonte. Restam 259 desaparecidos, que seguirão sendo procurados pelas equipes de resgate. A tragédia decorrente do rompimento de uma barragem da Vale deixou ainda 176 desalojados.

O foco da operação ontem foi a área para onde foram arrastados os funcionários da mineradora que estavam no refeitório próximo à barreira de contenção que se rompeu. Dez corpos foram encontrados nesta região, que foi identificada nos últimos dois dias a partir do reconhecimento de itens de mobiliário e de botijões de gás.

No fim da tarde de ontem, o trabalho de resgate foi paralisado por conta da forte chuva que caiu em Brumadinho entre 14h30 e 15h30. Houve impacto apenas na consistência dos rejeitos que eram contidos pela barragem e que agora forma um mar de lama sobre o município.

DESENGANO

Cinco dias depois do rompimento da barragem, Sueli Oliveira Costa, de 48 anos, desistiu de procurar, por conta própria, o marido, Paulo Giovanni dos Santos, tragado pela terra. O sítio em que costumavam passar momentos de folga — com três casas, uma piscina, dois carros e uma motocicleta — ficava no alto de um morro, a cerca de 400 metros do refeitório da mineradora. Agora, o lugar e tudo o que lá havia se transformou numa montanha de lama.

Um dia depois de ter seu sítio completamente soterrado, Sueli apareceu na televisão. Gravada pelo programa Fantástico, da TV Globo, tentava encontrar o marido soterrado por conta própria. Chamou a família para ajudar e, nos últimos dias, até o pai de Paulo, de 84 anos, ajudou a cavar. Em vão.

— Vivemos nove anos felizes, ele trabalhou nisso aqui tudinho, plantou horta, estava com calos nas mãos, para vir a Vale e destruir tudo — disse Sueli.

Quando mais um helicóptero cruzou o céu carregando um cadáver — o quarto do dia, às 15 horas — ela franziu a testa, arregalou os olhos e desesperou-se:

— Será que é ele, gente? Será que é meu marido? — disse, escalando um monte de lama para aprimorar o ângulo de visão.

— Eu vou fazer a missa de sétimo dia do meu marido sem enterrar ele, sem saber onde é que ele está. Isso é um absurdo. Não consigo mais trabalhar, não consigo raciocinar, estamos destruído Sueli se recorda de ter telefonado ao marido minutos antes do rompimento da barragem:

— Ele disse: ‘estou aqui rastelando para quando você chegar estar tudo limpinho’.

Paulo avisou que iria almoçar e tirar um cochilo. Não deu tempo de ver a mulher.

Na manhã desta quarta-feira, ao levar uma escova de dentes do marido para o IML de Belo Horizonte — uma maneira de reconhecerem o DNA de Paulo caso seu corpo chegue por lá — Sueli ouviu de um major da PM que, muito provavelmente, Paulo poderia estar a quilômetros do sítio, arrastado pela lama.

— Esse major disse que nem adianta eu procurar meu marido aqui — conta Sueli, de frente para o mar de lama no qual a propriedade se transformou. — Falou que ele deve estar a uns 30 quilômetros lá para baixo.

Deitado sobre uma toalha, o irmão de Paulo, o motorista Pedro Ferreira dos Santos, que até a manhã de hoje ainda cavava o terreno com as próprias mãos, também desistiu.

— Hoje dei por encerrado.

Vou esperar os bombeiros, é o que me resta.

VACA IÇADA

Na manhã de ontem, ao lado da igreja de Nossa Senhora das Dores, em Córrego do Feijão, distrito para onde os corpos resgatados da lama estão sendo levados, o número de covas de um cemitério era ampliado. O trânsito de helicópteros era frenético. Por volta das 14 horas, enquanto dois transportavam mais corpos, outro içou uma vaca que estava soterrada desde sexta-feira.

Outro animal, coberto de lama, vagava na área atingida pela catástrofe. A vaca recém-desatolada pertence ao engenheiro Sérgio Alcici. — Eles vão sedar o animal e içar para cá - disse ele, enquanto ajudava a mãe, Maria Helena Alcici, de 69 anos, a limpar a bagunça causada pela lama. (Especial para O GLOBO)

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Governo libera R\$ 801 milhões para apoio de emergência

Os ministérios da Economia e do Desenvolvimento Regional liberaram R\$ 801 milhões para apoio emergencial às famílias vítimas da tragédia de Brumadinho (MG), segundo informou ontem o porta-voz da Presidência, Otávio Rêgo Barros.

Os recursos poderão ser direcionados para kits de emergência contendo água potável, colchões, barracas e outros insumos destinados a quem ficou desabrigado por conta do acidente na mina do Córrego do Feijão, controlada pela Vale. Segundo o Corpo de Bombeiros de Minas Gerais, há, no momento, 176 pessoas desalojadas. Haverá também kits para idosos e crianças, com fraldas descartáveis, segundo Rêgo Barros.

O governo federal também vai liberar recursos do seguro defeso para atender aos pescadores da região de Brumadinho. Em geral, o auxílio é pago para os profissionais da área durante a temporada de reprodução dos peixes, quando a atividade de pesca precisa ser paralisada.

De acordo com o porta-voz, uma portaria ministerial vai liberar R\$ 300 mil para atender agricultores familiares (são 43 no município de Brumadinho), além de R\$ 120 mil já disponibilizados regularmente para o programa.

A portaria será publicada na edição de hoje do Diário Oficial da União. (André Guilherme Vieira, do Valor)

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: O País

Autor:

Título: Justiça proíbe novas licenças para barragens como a de Brumadinho

Decisão, válida para Minas Gerais, foi tomada dois anos após pedido e também veta renovação de autorizações em vigor

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais proibiu a concessão de novas licenças ou a renovação de autorizações já existentes para barragens no estado do modelo de alteamento a montante, usado na estrutura da Vale que se rompeu em Brumadinho.

A decisão atende a pedido feito pelo Ministério Público de Minas (MP-MG) em 2016, um ano depois da tragédia de Mariana—a barragem da Samarco que desmoronou empregava a mesma técnica de construção.

“Pode-se concluir que o padrão ambiental, com utilização de alteamento a montante, mostra-se ineficiente, estando a exigir, com urgência, a conciliação da atividade minerária com o meio ambiente e o capital humano”, diz a decisão, de acordo com nota divulgada pelo MP-MG.

Já a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas foi além e decidiu suspender todas as análises em curso de processos de licenciamento ambiental relativos a barragens de rejeitos, de todos os métodos de construção. Segundo a secretaria, a medida ficará em vigor até que novas regras sejam publicadas pelos órgãos competentes.

Anteontem, a Vale anunciou o processo de descomissionamento de dez barragens, que consiste na eliminação dos resíduos e a posterior recuperação ambiental da área onde as estruturas estavam localizadas. Há dois métodos possíveis para levar a iniciativa adiante: aterrar os rejeitos, forma mais comum, ou transportá-los para um outro lugar — uma barragem inativa, por exemplo —, o que é mais caro e pode demandar um plano mais detalhado, com licenciamento ambiental.

A mineradora estima gastar cerca de R\$ 5 bilhões no processo, que deve levar até três anos. As dez barragens que serão eliminadas já estavam inativas e não recebiam mais rejeitos, apenas permaneciam com o material que já havia sido acumulado.

Todas elas foram construídas pelo método de alteamento a montante, em que a ampliação ocorre com o uso do próprio rejeito como fundação, fazendo uma base menos sólida. A técnica é mais barata que outras disponíveis e considerada por especialistas mais propensa a acidentes, por uma instabilidade maior da estrutura.

ALTO RISCO DE DANO

Professor de engenharia de barragens da PUC-Rio e especialista em engenharia geotécnica, Alberto Sayão critica o fato de a Vale não ter explicado de maneira detalhada como pretende eliminar as dez barragens.

— O usual é o fechamento da mina, para depois cobrir os rejeitos com uma camada de solo e colocar a vegetação. Mas, no caso deles (Vale), tenho dúvidas, porque nunca vi desmontar uma barragem de rejeitos de 80 metros de altura. O que vão fazer com todo o volume de lama? Vai precisar ser transportado para algum outro lugar? Vai precisar de licença ambiental? — indaga o professor.

A Vale foi questionada sobre o modelo que pretendia adotar para o descomissionamento das barragens e os detalhes da operação, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

Ontem, a Agência Nacional de Mineração (ANM) afirmou que há 197 barragens de rejeitos de mineração com alto risco de dano potencial associado, ou seja, de consequências do rompimento ou mau funcionamento das estruturas. Esta é a mesma classificação da barragem

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: O País

Autor: BELA MEGALE E MATEUS COUTINHO

Título: Réu por Mariana representa Vale junto ao governo

Diretor da mineradora responde por homicídio triplamente qualificado e participou de reunião com **ministro de Minas e Energia**

Destacado como um dos interlocutores da Vale para discutir com o governo federal a tragédia de Brumadinho (MG), causada pelo rompimento de uma barragem da mineradora, o executivo Gerd Peter Poppinga é um dos réus no

processo que apura a queda da barragem de Mariana, operada pela Samarco, sociedade da Vale com a BHP Billiton.

Diretor-executivo de Ferrosos e Carvão da Vale, Poppinga responde por homicídio triplamente qualificado, da mesma forma que outras 18 pessoas, acusadas de envolvimento no desastre que deixou 19 mortos em 2015.

Ele participou de reunião anteontem com o presidente da mineradora, Fábio Schvartsman, e **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, para tratar de Brumadinho. O executivo foi um dos responsáveis por elaborar a proposta que a Vale apresentou ao governo relativa ao encerramento de todas as barragens de rejeitos de mineração do modelo de alteamento a montante, o mesmo que desabou em Brumadinho e Mariana.

Na denúncia apresentada em 2015, o Ministério Público Federal (MPF) aponta que, nas duas reuniões de que Poppinga participou no Conselho de Administração da Samarco, foram abordadas a situação da barragem de Fundão, em Mariana. Na primeira delas, em 15 de abril daquele ano, o executivo foi informado das falhas na estrutura, segundo o MPF.

“Também teve acesso à imagem da barragem com o Dique 1 recuado junto à ombreira esquerda, em desconformidade com o projeto e o manual de operações”, assinalam os procuradores.

ELLEN GRACIE CONTRATADA

Já na segunda reunião, em agosto de 2015, o MPF sustenta que o executivo foi avisado de várias medidas de redução de custos da empresa, e recomendou que fossem feitos mais cortes. De acordo com a acusação, Poppinga se omitiu “de forma consciente e voluntária” de exercer seus “deveres de organização, coordenação e vigilância geral”.

A defesa de Poppinga não quis se manifestar. A Vale disse que o executivo “jamais teve envolvimento ou interação com questões operacionais da Samarco” e que não participou da reunião com o governo na condição de negociador, mas como “representante institucional da empresa”.

Ontem, a Vale anunciou que a ex-presidente do Supremo Tribunal Federal Ellen Gracie vai coordenar o comitê formado para apurar as causas da tragédia.

VEÍCULO: O Globo**Data: 31/01/2019****Seção: O País****Autor:****Título: Ao contrário do previsto, Inhotim continua fechado**

Museu não vai reabrir amanhã, como havia sido anunciado; 41 funcionários do instituto têm familiares mortos ou desaparecidos

Depois de anunciar que o museu seria reaberto amanhã, o Instituto Inhotim comunicou ontem que o espaço permanecerá fechado. Ainda não há previsão de retomada das atividades no local.

A instituição parou de funcionar na última sexta-feira, após a tragédia provocada pelo rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). O balanço mais recente, divulgado ontem pelo Corpo de Bombeiros, apontava 99 mortos e 259 desaparecidos em função do desastre.

De acordo com o Instituto Inhotim, cerca de 80% dos 600 funcionários moram na região, e 41 têm familiares desaparecidos ou já declarados mortos.

“O Instituto compartilha do luto e manifesta solidariedade a todas as pessoas direta e indiretamente afetadas pela tragédia. Reafirma, ainda, seu compromisso de possibilitar o acesso a seus relevantes acervos de arte contemporânea e botânica”, afirma a nota.

Além de Inhotim permanecer fechado, 17 dos 18 artistas selecionados para a exposição “Cinco anos do edital do Memorial Vale”, em cartaz no Memorial Minas Gerais Vale, em Belo Horizonte, decidiram retirar seus trabalhos da mostra, em protesto contra a mineradora.

GRUPO CITA ‘ATROCIDADE’

Em carta aberta divulgada ontem, a decisão é colocada como uma forma de “repúdio à empresa patrocinadora responsável pelo crime ambiental em Brumadinho e em solidariedade a todas as vítimas dessa atrocidade”. O grupo de artistas informou que as obras estarão fora da exposição, em cartaz até 17 de março, e não serão exibidas em outras unidades culturais mantidas pela Vale.

Em outro trecho, os artistas afirmam que “iniciativas como o Edital Para Jovens Artistas e outras ações artísticas promovidas no espaço do Memorial Minas Gerais, da Vale S.A., são apenas obrigações da empresa com a sociedade por

meio de sua fundação, utilizando o dinheiro de renúncia fiscal para o enriquecimento do fluxo cultural da cidade”.

O Memorial Minas Gerais Vale está fechado ao público desde sexta-feira, dia do rompimento da barragem, e a previsão é que seja reaberto na segunda-feira. Em nota, a direção do espaço disse que “respeita a opinião dos artistas e está providenciando a retirada das obras”.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: Economia

Autor: BRUNO ROSA, DAIANE COSTA E RAMONA ORDOÑEZ

Título: O impacto da tragédia

Produção menor da Vale afetará desempenho da economia, preço do minério e siderúrgicas

A tragédia em Brumadinho, como rompimento da barragem na mina Córrego do Feijão, em Minas Gerais, deverá ter impacto negativo na economia brasileira e repercussão nos preços no mercado internacional. A decisão da Vale de fechar 19 barragens com técnica a montante, a mesma de Brumadinho, o que significa suspender a produção no local, vai reduzir a produção em 40 milhões de toneladas. Os desdobramentos do caso devem afetar a arrecadação de municípios e do estado de Minas, o desempenho da indústria extrativa, elevar preços do minério de ferro no mercado internacional, aumentar custos da siderurgia global e impactar a competitividade da própria Vale, a maior produtora global de minério de ferro.

A queda na produção da Vale afetará em cheio Minas Gerais, que atravessa grave crise fiscal. A suspensão das operações nas barragens vai resultar em queda de 30% na arrecadação de tributos estaduais do setor de mineração, segundo a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas. O impacto anual deve ficar em torno de R\$ 220 milhões. O estado também deve ter queda de R\$ 79 milhões em royalties da mineração. O cálculo não leva em consideração os impactos indiretos da crise da mineradora no estado.

— Essa paralisação vai prejudicar Minas Gerais, em crise fiscal. E não é só por causa da arrecadação menor, mas por toda a cadeia produtiva que está no entorno da produção de minério de ferro. O estado vai precisar de socorro, assim como os municípios dependentes — explicou Cláudio Frischtak, economista da Inter. B Consultoria.

"QUEREMOS NEGOCIAR"

O anúncio da Vale também preocupa municípios mineiros que serão diretamente afetados pelo descomissionamento das 19 barragens. Brumadinho, Itabirito, Nova Lima, Congonhas e Ouro Preto temem ficar sem receber os royalties pela exploração da atividade, diz Waldir Salvador, consultor de Assuntos Institucionais da Associação de Municípios Mineradores de Minas Gerais e do Brasil (Amig). Do total arrecadado com royalties de minério de ferro, 75% são divididos entre os municípios, 15% ficam com o estado e 10% com a União. Juntas, essas cinco cidades receberam, em 2018, R\$ 345 milhões, segundo dados da Amig. Segundo o IBGE, 35 cidades no país, das quais 15 ficam em Minas, são economicamente dependentes da atividade minerária.

— Onde há mineração, a diversificação da atividade econômica é difícil porque tudo passa a se desenvolver para servi-la. Não vamos aceitar ficar sem receber. Todas as cidades fazem seu orçamento anual contando com isso. Queremos negociar — diz Salvador, que vai a Brasília na próxima semana para buscar informações sobre o pagamento de royalties junto ao **Ministério de Minas e Energia** e à Agência Nacional de Mineração.

PREÇO DO MINÉRIO EM ALTA

Os efeitos não se restringem a questões fiscais. Analistas já preveem impacto negativo nas receitas da mineradora. A XP prevê recuo no faturamento entre US\$ 3 bilhões e US\$ 3,5 bilhões por ano. A Vale ontem anunciou que vai adiar a divulgação dos resultados do quarto trimestre para o dia 27 de março.

Segundo Felipe Beraldi, especialista em mineração da consultoria Tendências, a redução na atividade da Vale vai se refletir na queda da produção da indústria extrativa, que representa 11% do resultado geral da indústria. De janeiro a novembro do ano passado, o setor acumulava alta de 0,9%. Em Minas, o setor representa um quarto da economia.

— A mineração terá impacto negativo no setor em 2019. É difícil repor 40 milhões de toneladas no curto prazo—destacou ele.

A tragédia envolvendo a Vale fez bancos e consultorias reavaliarem o preço do minério para 2019. Ontem, o preço da commodity fechou em alta de 3,92%, para US\$88,44 por tonelada. A Tendências elevou a expectativa de cotação, por tonelada, para o fim do ano de US\$ 60 para uma faixa entre US\$ 65 e US\$ 70. O Goldman também aumentou as previsões para os próximos 12 meses de US\$ 60 para US\$ 65. A curto prazo, para os próximos três meses, o preço subiu de US\$ 70 para US\$ 80.

— O preço maior do minério vai elevar o custo para as siderúrgicas não só no Brasil como em todo o mundo —afirmou Beraldi.

Como o minério é um dos principais produtos de exportação da balança comercial brasileira, a Vale deve deixar de exportar US\$ 2 bilhões por ano, durante o período de descomissionamento das barragens, segundo o presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro:

— Não é bom para o Brasil porque já temos previsão de um superávit comercial menor esse ano, devido ao risco de quebra de safra da soja e desaquecimento da demanda global. Com esse movimento da Vale, o resultado deve ser menor ainda.

Além disso, analistas apontam o risco de a Vale perder o posto de maior exportadora global de minério de ferro, uma vez que um salto nos preços da commodity após o desastre poderia levar compradores a buscar rivais, como Rio Tinto e BHP, em busca de minério mais barato.

— Podem surgir outras ações coletivas além das duas já protocoladas, nos EUA, e um endurecimento do marco regulatório da mineração. Isso tem potencial para aumentar o custo da extração de minério para todo o setor —disse Alvaro Bandeira, economista-chefe da corretora Modal mais.

Já o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo, minimizou os efeitos da redução na produção da Vale. Para ele, as empresas siderúrgicas se verticalizaram e passaram a ter suas próprias minas. Procurada, a Vale não comentou se vai continuar pagando royalties a outras cidades afetadas, além de Brumadinho, para a qual a companhia já anunciou que continuará a pagar.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: Economia

Autor: GABRIEL MARTINS E ANA PAULA RIBEIRO RIO E SÃO PAULO

Título: Ações da mineradora saltam 9%. Acionistas vão à CVM

Alta dos papéis puxa Bolsa de SP. Minério de ferro sobe 3,9%, a US\$ 88,44

As ações da Vale conseguiram recuperar parte das perdas registradas logo após o rompimento da barragem de Brumadinho, apesar de um grupo de acionistas ter questionado a empresa junto ao órgão regulador dos mercados. Os papéis da mineradora saltaram 9,03%, a R\$ 46,60. O desempenho contribuiu para que o Ibovespa, principal índice do mercado acionário local, fechasse em alta de 1,42%, aos 96.996 pontos.

O que ajudou as ações da Vale foi o anúncio de que a mineradora vai paralisar todas as dez barragens de rejeitos que seguem o mesmo modelo adotado em

Brumadinho e Mariana. Isso fez a cotação do minério de ferro, negociado na China, subir 3,92%, para US\$ 88,44.

— Quando a maior mineradora do mundo paralisa todas as barragens a montante, acaba forçando as concorrentes a tomarem medidas similares. As outras empresas provavelmente terão de acompanhar. Caso contrário, podem perder espaço no mercado —disse Raphael Figueredo, analista da Eleven Financial, ressaltando que isso reduz o risco de novos desastres ambientais.

Um grupo de acionistas da Vale pediu à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a abertura de inquérito administrativo para investigar se a mineradora "tem omitido informações acerca dos riscos socioambientais de seus empreendimentos no Pará, Maranhão e Minas Gerais". O pedido, protocolado na terça-feira, afirma que isso poderia configurar manipulação artificial dos preços das ações da mineradora, "incidindo em prática não equitativa no mercado".

A CVM confirmou o recebimento da reclamação e informou que esta será avaliada internamente. A própria autarquia já abriu dois processos: um para analisar a conduta da mineradora, e outro, a de seus executivos. Outras empresas do setor se beneficiaram da alta das ações da Vale. Os papéis da CSN avançaram 3,39%, e os da Usiminas, 2,06%. A Bradespar, uma das principais acionistas da Vale, subiu 7,89%.

— A mudança da Vale não irá ocorrer de um dia para o outro. É um processo caro, que será feito ao longo dos três anos e terá impacto na produção, o que mexeu com os preços do minério de ferro. Essa alta no minério deve continuar a médio prazo — disse Rafael Panonko, analista-chefe da Toro Investimentos.

Apesar da forte valorização de ontem, a ação da Vale ainda está 17% abaixo da cotação registrada em 24 de janeiro, véspera da tragédia.

No mercado de câmbio, o dólar comercial terminou praticamente estável, a R\$ 3,724, pequena valorização de 0,05%. O movimento foi na contramão do exterior: depois de o Federal Reserve (Fed, o banco central americano), que manteve a taxa básica de juros dos EUA na faixa de 2,25% a 2,50%, o Dollar Index teve queda de 0,5%. O presidente do Fed, Jerome Powell, afirmou que será "paciente" com as próximas elevações.

VEÍCULO: O Globo**Data: 31/01/2019****Seção: Economia****Autor:****Título: Petrobras fecha a venda de Pasadena, alvo da Lava-Jato, para Chevron**

Depois de investir US\$ 1,18 bilhão em refinaria nos EUA, estatal consegue se desfazer do negócio por US\$ 562 milhões

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou ontem a venda da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, para a francesa Chevron por US\$ 562 milhões, cerca de R\$ 2 bilhões. O valor é a metade do que a estatal investiu na refinaria. É o capítulo final de um dos projetos mais polêmicos da estatal, alvo da Operação Lava-Jato.

O negócio inclui todo o sistema de infraestrutura, tanques com capacidade de armazenamento de 5,1 milhões de barris de petróleo e derivados, estoques associados e um terminal marítimo, considerado o principal atrativo por sua localização vantajosa. A unidade tem capacidade de processar 110 mil barris por dia.

IRREGULARIDADES

A venda de Pasadena é o desfecho de um projeto cercado de irregularidades que causaram um prejuízo milionário à estatal, segundo o Tribunal de Contas da União (TCU). A Petrobras comprou, em 2006, uma fatia de 50% na refinaria da belga Astra Oil por US\$ 360 milhões. O valor era bem superior ao pago, um ano antes, pela Astra Oil para ficar com toda a unidade: US\$ 42,5 milhões. Os gastos com a refinaria aumentariam anos depois, quando a Petrobras se desentendeu com a Astra, e uma decisão judicial a obrigou a comprar a participação da sócia. No total, Pasadena custou à Petrobras US\$ 1,18 bilhão, cerca de R\$ 4,4 bilhões no câmbio de ontem.

O caso ganhou repercussão nacional porque a compra foi realizada quando a ex-presidente Dilma Rousseff, então ministra-chefe da Casa Civil, era presidente do Conselho da Petrobras. O negócio fazia parte de uma estratégia da Petrobras de se internacionalizar no mercado de combustíveis, e Dilma disse ter dado o aval ao negócio baseada em um resumo executivo falho apresentado pelo ex-diretor Internacional Nestor Cerveró, preso na Lava-Jato.

À Justiça, Cerveró disse que Dilma sabia de todos os detalhes do negócio, que envolveu a arrecadação de propina para políticos. Ela sempre negou. Em comunicado, a Petrobras informou que fez o pagamento de US\$ 682,6 milhões (cerca de R\$ 2,5 bilhões) para um fundo que investirá em projetos

anticorrupção, no âmbito de acordo firmado com o Ministério Público Federal em setembro de 2018. A cifra representa 80% do valor do acordo firmado pela estatal com autoridades dos EUA para cessar ações ligadas ao esquema de corrupção revelado pela Lava-Jato.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: Economia

Autor: JOÃO SORIMA NETO SÃO PAULO

Título: Caixa fará oferta de ações de quatro subsidiárias

Venda de papéis de loterias, seguros, cartões e gestão de recursos deve ser feita até 2020

O presidente da Caixa Econômica Federal, Pedro Guimarães, quer abrir o capital de quatro subsidiárias do banco até junho do ano que vem. Segundo o executivo, o plano é fazer essas ofertas iniciais de ações (IPO, na sigla em inglês) dos segmentos de loterias, seguros, cartões e gestão de recursos, tanto no Brasil, quanto no exterior.

— O primeiro IPO deve ser o de loterias, que já está bastante adiantado. Pelo menos dois devem acontecer este ano e até junho de 2020 a expectativa é ter quatro. Além da B3, nossa expectativa é abrir o capital dessas subsidiárias da Caixa também na Bolsa de Nova York — afirmou o executivo, que participou ontem de um evento com investidores na capital paulista.

O executivo afirmou que quer atrair pessoas físicas para essas ofertas. A ideia é vender entre 10% e 20% do capital das subsidiárias e depois fazer novas vendas.

— Essas operações também têm um fator social que é aumentar a base de investidores do país — disse.

Guimarães afirmou ainda que as ações de empresas que estão sob gestão da Caixa em fundos de investimento, incluindo neste pacote cerca de R\$ 8 bilhões em papéis da Petrobras, também serão vendidas.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/01/2019

Seção: O Mundo

Autor: ELIANE OLIVEIRA BRASÍLIA

Título: Para o Brasil, sanções petrolíferas serão fatais a Maduro

Governo brasileiro acredita que medida adotada pelos Estados Unidos vai acelerar queda do regime chavista, diz fonte

As sanções anunciadas contra a petrolífera estatal venezuelana PDVSA pelos Estados Unidos podem acelerar o desfecho de uma solução para a crise naquele país. É essa a expectativa do governo brasileiro, segundo uma fonte. Em um golpe visto como certo, Washington proibiu, na segunda-feira, que as refinarias americanas transfiram dinheiro à PDVSA ou lhe vendam nafta — produto essencial à diluição do óleo pesado venezuelano — no que na prática significou uma proibição da compra de petróleo do país.

Segundo a fonte, essa é a medida que faltava para concluir o processo de estrangulamento da economia venezuelana e, com isso, derrubar o regime de Nicolás Maduro. Representantes do governo americano estudavam o bloqueio há dias, mas, devido a interesses, principalmente, de empresários daquele país, "havia uma certa hesitação", segundo essa fonte.

O petróleo responde por 95% das exportações da Venezuela e 70% dos recursos orçamentários do país. Os EUA são o principal comprador do óleo venezuelano, respondendo por 40% das exportações da PDVSA, que agora terá de buscar outros mercados. A filial americana da companhia, a Citgo, continua em operação, mas seu dinheiro ficará bloqueado numa conta nos EUA.

Num sinal de que o governo americano vai continuar apertando o cerco econômico ao governo Maduro, o assessor de Segurança Nacional do presidente Donald Trump, John Bolton, advertiu o mercado, ontem, a não fazer negócios com ouro, petróleo ou outras commodities "que estão sendo roubadas" do povo venezuelano após a declaração de sanções.

REUNIÃO NO CANADÁ

Em outra frente, o governo brasileiro trabalha, junto à Organização dos Estados Americanos (OEA), para que sejam convocadas novas eleições na Venezuela. O assunto será discutido no próximo dia 4, no Canadá, em uma reunião do Grupo de Lima, formado por 14 nações do continente. A expectativa é que o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, participe do encontro e depois siga para os EUA, onde se reunirá com autoridades americanas para preparar a ida do presidente Jair Bolsonaro àquele país, em viagem marcada para março.

Em uma rede social, o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência da República, Filipe Martins, afirmou, ontem, que há muitas possibilidades inexploradas nas relações Brasil-EUA. Segundo ele, o momento atual representa uma oportunidade única de reverter escolhas ideológicas feitas no passado. "As duas nações têm muito a ganhar", afirmou.

Nas Américas, o Brasil, os EUA e parte dos países que integram o Grupo de Lima — como Colômbia, Chile, Peru, Argentina e Paraguai — não reconhecem o governo Maduro. Ao mesmo tempo, dão total apoio ao autoproclamado governo de transição do presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, que na semana passada se declarou presidente interino da Venezuela.

Por ora, não se cogita o fechamento da Embaixada do Brasil em Caracas, sob o comando do encarregado de negócios José Wilson Moreira. Em dezembro de 2017, o então embaixador brasileiro no país foi declarado "persona non grata" por Maduro.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Roberto Dias

Título: Família Brasil vende tudo

No governo federal, uma lista de 135 empresas — todas as estatais menos Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, sendo que da última entram na dança as áreas de loterias, seguros, cartões e gestão de recursos. Mais três novas ferrovias, a rodovia Rio-Santos, as BRs 101 e 470 em Santa Catarina.

Em São Paulo, as linhas de trem da CPTM, a hidrovía Tietê-Paraná, o porto de São Sebastião, a Sabesp, a área do Campo de Marte, 23 aeroportos regionais, o sistema de balsas marítimas, as novas penitenciárias, o ferroanel metropolitano da capital, duas linhas de trem intercity. Em Minas, a Cemig. No Rio Grande do Sul, Sulgás, Companhia Riograndense de Mineração e Companhia Estadual de Energia Elétrica.

A transferência de tudo isso para mãos privadas foi anunciada pelos novos governos em algum momento deste quase interminável janeiro.

É ótimo que a defesa aberta da força privada na economia tenha tomado a agenda. Especialmente depois de uma década marcada pelo desastroso intervencionismo do governo Dilma, que acreditava ser possível estipular o preço da energia com discurso de 7 de Setembro.

Tampouco é com discurso de posse que as coisas andam. Na cidade de São Paulo, a gestão Doria/Covas muito prometeu e nada privatizou. É preciso gastar saliva e neurônio para aproveitar a onda, a maior desde os anos 90, quando foram vendidas Telebras, Embraer, Usiminas, CSN e Vale e concedidas rodovias de SP.

O leilão da Vale, por sinal, voltou à baila com o acidente em Brumadinho, e é difícil achar argumento mais torpe do que o “privatização mata”.

Quem repete isso finge, por exemplo, que a Petrobras não era uma empresa pública quando a plataforma P-36 explodiu e deixou 11 mortos. Que os viadutos caindo aos pedaços não são responsabilidade de gestores eleitos. Que o edifício que desmoronou em SP não era federal. As coisas seriam mais fáceis se ou o Estado ou o empresariado detivesse o monopólio da barbearagem.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Mariliz Pereira Jorge

Título: Abrutes da tragédia

Cheiro de dor e de morte sempre atrai abutres. E na cena do crime que devastou Brumadinho não seria diferente. Uma horda de carneiros se alvoroça diante da possibilidade de tirar uma lasquinha da tragédia das incontáveis vítimas, da agonia das famílias, da consternação de um país.

Uma marca de cosméticos produziu um “ensaio-protesto” com modelos lambuzados de lama, mas com o batom e a máscara de cílios intactos. Uma apresentadora de TV fez maquiagem, com lágrimas em formato de coração, para “expressar sua tristeza”. Um comerciante cobriu ele e a mulher com barro para vender empilhadeiras, pois “a vida segue”.

O mundo digital é um campo vasto para que possamos aprender com o erro dos outros. Em 2012, por exemplo, o furacão Sandy deixou um rastro de destruição e mortos, nos EUA. Nana Gouvêa achou bacana fazer (e postar) fotos, em poses sensuais, em pontos de uma Nova York devastada. Causou repúdio e virou piada na internet. Não serviu de lição.

Brumadinho é prova de que tem sempre oportunistas de plantão. Não faltam figuras públicas de todos os espectros políticos usando das desgraças alheias para discursar contra seus desafetos e para jogar combustível num ambiente explosivo em que faltam respostas e sobram falsas informações. E, é claro, não poderiam ficar de fora os ativistas.

Uma moça, que adora aparecer mais do que as causas pelas quais ela diz lutar, acusou a equipe de socorro de “assassinar” os animais. Ela ignora a dificuldade do salvamento dos bichos machucados, presos na lama e sem condições de resgate. Desconsidera o estresse, o cansaço, a pressão que esses profissionais enfrentam porque ainda há centenas de pessoas desaparecidas.

Verdade seja dita, situações catastróficas como a que estamos vivendo nos servem para mostrar que os animais são mesmo melhores do que muitas pessoas, as quais não passam de abutres farejadores de desgraça.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Tendências/Debates

Autor: Fabio Feldmann e Suely Araújo

Título: A reação a desastres pela (in)ação humana

Brumadinho exige ir até as últimas consequências

Ex-deputado constituinte, deputado federal por três mandatos (1986-1998) e ex-secretário de Meio Ambiente do estado de São Paulo (1995-1998, governo Covas)

Ex-presidente do Ibama (2016-2019, governos Temer e Bolsonaro) e doutora em Ciência Política (UnB)

Estamos preparados para desastres? Como avaliar, com um mínimo de serenidade, Brumadinho? Em um desastre nas usinas de Angra dos Reis, qual seria a nossa capacidade de resposta?

No caso de Brumadinho, a responsabilidade direta é de uma das maiores empresas de mineração do mundo, a Vale S.A., com participação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em sua composição acionária e com o antecedente de envolvimento no rompimento da barragem em Mariana.

Não se trata de uma empresa de “fundo de quintal”, mas de uma importante empresa no mercado de capitais nacional e na Bolsa de Nova York, que em suas campanhas publicitárias sempre afirmou seus compromissos com a sustentabilidade.

É líquido e certo que estamos diante de um crime, com o efeito doloroso da perda de vida de centenas de pessoas. Desta vez, teremos que dar conta do acontecido até as últimas consequências. Ou seja, assegurar a apuração rígida das responsabilidades, englobando a esfera penal e encontrando soluções jurídico-institucionais para evitar procedimentos processuais que se aproveitem da lentidão do Judiciário. A responsabilização pode atingir dirigentes e técnicos da empresa, prestadores de serviço e também alguns agentes públicos.

Devemos aprender com Mariana e caminhar para acordos judiciais que fixem de forma mais clara, desde logo, o valor indenizatório, disponibilizando os recursos

necessários para fazer frente aos prejuízos impostos às vítimas. Se é complicado fazer isso em relação a danos ambientais que levam tempo para serem tecnicamente qualificados, a reparação social necessita de agilidade.

A criação da Fundação Renova é um bom exemplo, mas o modelo carece de aperfeiçoamentos em termos de permitir uma governança que envolva, desde o início, representação de todas as partes interessadas, incluindo os atingidos, e que garanta uma gestão absolutamente independente em relação às empresas mantenedoras.

Nesse quadro, é preciso questionar as propostas que vêm sendo veiculadas de flexibilização do licenciamento ambiental e de redução da participação pública nesse processo, sob o pretexto de celeridade. A análise de risco das barragens necessita ser bastante fortalecida e estar estreitamente vinculada ao licenciamento. Cumpre resolver, também, a coordenação entre o licenciamento e o controle da segurança de barragens a cargo da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Brumadinho exige uma postura firme do governo federal e dos governos estaduais na direção de real fortalecimento das organizações governamentais responsáveis pelo licenciamento ambiental. E a fiscalização deve ser, de uma vez por todas, entendida como um requisito essencial e obrigatório à atuação estatal, sem submetê-la a qualquer discricionariedade, notadamente em termos de alocação dos recursos necessários para a sua efetivação.

O setor empresarial, por sua vez, deve incorporar a dimensão ambiental em seu modelo de negócio, entendendo que não se trata, simplesmente, de gerenciamento de externalidades, mas sim de uma visão de médio e longo prazo.

Mariana e Brumadinho representarão um ônus econômico para a Vale centenas de vezes maior do que o que teria sido gasto em alternativas tecnológicas à utilização de barragens de rejeito. Nenhuma campanha publicitária torna qualquer empresa mais sustentável, mas sim ações concretas, amplas e efetivas. O Brasil não merece esse mar de lama.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Taís Hirata, Joana Cunha e Danielle Brant

Título: Punições no caso da Vale podem atingir de presidente a técnicos

Para especialistas, não há grau hierárquico imune, caso seja constatada responsabilidade

Na tarde desta quarta-feira (30), o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, disse à Folha que a responsabilização pelo desastre da Vale em Brumadinho (MG) precisa “chegar ao CPF de alguém”.

Em tese, a punição criminal pode atingir qualquer CPF ou CNPJ. Tanto funcionários da empresa quanto a companhia (pessoa jurídica) podem ser responsabilizados, segundo advogados ouvidos pela reportagem.

Não há grau hierárquico imune: podem ser atingidos de gerentes e auditores externos a conselheiros e o presidente — desde que se comprove responsabilidade, direta ou indireta, no incidente.

Por exemplo: um engenheiro que agiu de má-fé em seus laudos, mas também um diretor que soube de problemas na barragem e se omitiu, explica Gilberto Passos de Freitas, desembargador aposentado e especialista em responsabilização por dano ambiental.

Na prática, porém, responsabilizar executivos não é tão fácil, afirmam os advogados.

No caso de Brumadinho (MG), onde rompeu a barragem da Vale na sexta-feira (25), a expectativa é que as ações penais contra executivos e técnicos da Vale sigam a linha dos processos movidos contra funcionários da Samarco, após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), há três anos.

Entre os crimes apontados pelo Ministério Público Federal estão homicídio, inundação, desabamento, lesão corporal e crimes ambientais.

Esses processos, movidos contra 21 executivos, conselheiros e funcionários, ainda não foram julgados e seguem em tramitação, ainda na primeira instância.

A punição criminal é mais difícil justamente pela necessidade de comprovar a responsabilidade específica da pessoa e porque o julgamento penal é mais rigoroso do que o civil, segundo Freitas.

Ele cita como exemplo um caso mais antigo: o vazamento de óleo da Petrobras em Araucária (PR), em 2000.

À época, a ação penal contra o então presidente da estatal, Henri Philippe Reichstul, foi trancada pelo STF (Supremo Tribunal Federal), porque não foi encontrada uma relação consistente de causa e efeito entre ações ou omissões do executivo e o vazamento.

Essa dificuldade não se limita ao Brasil. Nos EUA, a responsabilização de executivos por acidentes ambientais é rara.

Em um dos piores acidentes do país, o vazamento de petróleo causado pela explosão de uma plataforma da BP em 2010 — que matou 11 trabalhadores e deixou 22 feridos — nada aconteceu com os dirigentes da companhia.

A maior punição foi dada em 2016 a um fiscal de sondas, que se declarou culpado de uma acusação menor e ficou dez meses sob liberdade condicional. David Rainey, ex-vice-presidente da petrolífera, foi absolvido por um júri em 2015 das acusações de mentir para agentes federais sobre a quantidade de petróleo que vazou.

O problema é que, tal como no Brasil, é preciso evidenciar que houve, por exemplo, omissão dos executivos, afirma Blaine LesCene, professor de direito da Loyola University, em Nova Orleans.

Para Rena Steinzor, professora da faculdade de direito da Universidade de Maryland, só multar ou penalizar financeiramente a empresa é insuficiente para convencer as empresas a mudarem processos para evitar novas tragédias.

“Quando você prende um executivo, diz que ele é um criminoso e manda uma mensagem direta aos outros”, diz.

No Brasil, a responsabilização penal de companhias, como pessoas jurídicas, por crimes ambientais também tem sido um desafio, segundo os advogados.

Essa punição criminal pode ocorrer, mas só caso se comprove que houve alguma decisão de um diretor ou do corpo diretivo da empresa que tenha sido tomada no interesse desta empresa ou para beneficiá-la, afirma Luiz Carlos Vasconcellos, especialista em direito penal ambiental do escritório Tabet Advogados.

Há, novamente, a necessidade de comprovar, por exemplo, que dirigentes decidiram postergar uma medida de segurança para conter despesas.

“Se estiver tudo correto, as licenças em dia, os protocolos de manutenção seguidos, é muito difícil falar-se em crime envolvendo a pessoa jurídica.

Somente depois de um inquérito bem formado poderá se chegar a essa conclusão. É por isso que os processos demoram”, diz Vasconcellos.

Nos últimos anos, mudanças facilitaram essa responsabilização, explica Rodrigo Brandão Lex, advogado ambientalista e professor da PUC-SP.

A primeira delas foi o entendimento do STF de que, para responsabilizar a empresa, não seria preciso comprovar a culpa de algum funcionário ou dirigente. Até 2017, o STJ (Superior Tribunal de Justiça) entendia que, sem comprovar o crime da pessoa física, o processo contra a pessoa jurídica não poderia avançar.

“Isso dificultava muito, porque identificar a culpa específica de uma pessoa física é mais complexo” diz Lex.

Outra alteração foi o fim da exigência de laudos da polícia científica, com assinatura de dois peritos, para dar início ao processo. O problema, afirma o advogado, é que a política não tinha equipes especializadas em crimes ambientais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Criminalistas criticam prisão de funcionários

A prisão temporária de três funcionários da Vale e de dois engenheiros terceirizados foi alvo de duras críticas entre advogados.

Os pedidos de detenção por até 30 dias foram acatados pela Justiça de Minas Gerais e cumpridos na manhã desta terça (29). No entendimento do magistrado, os presos estão envolvidos na tragédia de Brumadinho por terem feito o licenciamento da barragem que se rompeu e atestarem sua estabilidade.

Para o criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, as prisões “têm forte calor midiático” e atendem à “sanha punitiva que se apresenta no Brasil de hoje”. “Parecem tentar desviar o foco das autoridades”, disse.

O criminalista Alberto Toron usou o mesmo tom para criticar as prisões. “Não temos um laudo que afirme a culpabilidade pelo rompimento.”

A juíza plantonista do TJ-MG Perla Saliba Brito defendeu que as prisões se fazem necessárias para a apuração de crimes.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Tássia Kastner e Danielle Brant

Título: Com plano de ação, papéis da Vale sobem 9%

No primeiro pregão após a Vale divulgar um plano de ação que envolve fim de barragens semelhantes às de Brumadinho e Mariana, as ações da companhia saltaram quase 10%. Houve impacto também sobre os preços do minério de ferro no mercado internacional.

A disparada da mineradora levou junto o Ibovespa, que ganhou força adicional ao fim do pregão, após decisão do banco central americano sobre os juros do país. O índice subiu cerca de 1,5%, e o dólar fechou praticamente estável.

A Vale se valorizou 9,03% e fechou a R\$ 46,60, recuperando parte do valor de mercado perdida na segunda-feira (28), o primeiro pregão após a tragédia de Brumadinho, que deixou 99 mortos e 258 desaparecidos. A companhia vale R\$ 240 bilhões, R\$ 50 bilhões a menos que antes da tragédia.

Em Nova York, os recibos de ações da companhia também subiam cerca de 10% ao final do pregão.

Na noite de terça-feira (29), a companhia divulgou que irá fechar e limpar os rejeitos de dez barragens que funcionam no mesmo sistema das que se romperam nos últimos anos. A medida deve cortar a produção de minério de ferro da companhia em cerca de 10% — ou 40 milhões de toneladas.

A expectativa de redução de produção num período de estoques baixos, com a retomada da demanda na China após o Ano-Novo Lunar, fez o preço da matéria-prima saltar mais de 4% no mercado externo.

Na prática, a redução de produção de minério acaba beneficiando a empresa, que pode ter receitas maiores.

Segundo o Goldman Sachs, a produção da Vale não deve se reduzir na proporção inicialmente estimada. O banco diz que a empresa tem condições de redirecionar parte da produção para outras áreas, minimizando o impacto da suspensão parcial das atividades.

A Vale tem capacidade de produzir 450 milhões de toneladas e estimava produzir 400 milhões de toneladas em 2019.

“Nós esperamos redução de produção entre 10 milhões e 15 milhões de toneladas em 2019”, disse o banco.

Nesse novo cenário, o preço do minério pode terminar o ano cotado ao redor de US\$ 65 por tonelada, antes os US\$ 60 estimados anteriormente pelo banco. O minério fechou cotado a US\$ 86.

A Guide corretora também estima que a produção não deve ser cortada no montante estimado.

“Deve haver o aumento na produção de minério fino — ou seja, a produção ganha em qualidade, provocando um potencial aumento da receita da mineradora, que também tende a se beneficiar com o aumento dos preços do minério de ferro”, escreveu a corretora.

Analistas também consideraram que o anúncio de um plano de ação, com previsão de gastos, para evitar novos acidentes anima investidores porque tira um fator de risco do papel.

Na segunda, investidores estrangeiros sacaram R\$ 1,7 bilhão da Bolsa brasileira, no pregão em que a Vale perdeu 25% de valor de mercado.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Talita Fernandes

Título: Responsabilidade tem que chegar a um CPF, diz Onyx

Para ministro da Casa Civil, desastre é consequência ‘de desmandos petistas’

entrevista- Onyx Lorenzoni

Responsável pelo gabinete de crise montado pelo governo federal para monitorar o desastre de Brumadinho (MG), o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, vê a necessidade de que se chegue ao CPF do responsável pelo caso que deixou dezenas de mortos e centenas de desaparecidos.

Crítico ao PT, o ministro diz que a Vale hoje ainda é impactada por “desmandos” da época dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff

Em entrevista à Folha por telefone nesta quarta (30), o ministro disse que o governo Jair Bolsonaro quer entregar em duas semanas ao Congresso um projeto de revisão da licitação de barragens.

Há novos anúncios para Brumadinho?

O governo anunciou ontem R\$ 800 milhões. Tomamos uma série de medidas de segunda-feira para cá, de ampliar a fiscalização da barragem. Hoje eu consolido um grupo de trabalho para revisão da lei de segurança de barragem. A gente está trabalhando agora na localização das vítimas, que é a parte mais dolorosa. Hoje o ministro [da Saúde, Henrique] Mandetta está deslocando para lá equipes médicas na área da saúde mental e psiquiátrica, psicólogos, para dar suporte para as famílias, porque esse estresse pós-traumático é muito grave e a gente poderá ter situações bem complexas por causa da não localização. É muito triste, uma das coisas mais dolorosas é perder alguém e não poder fazer o luto.

O sr. falou no trabalho de rever a legislação da barragem. O que vai ser concluído?

Quando tivemos aquela resolução para determinar que imediatamente fossem feitas as revisões começando pelas de mais alto risco para a vida humana. Uma coisa são aquelas que têm mais alto risco, como Brumadinho, que tem pessoas abaixo da barragem ou no povoado, é muito comum organizar cidades em torno de uma área de barragem. Essas são prioritárias por questão da vida humana, logo depois entram as de alto risco, são aquelas que têm problemas estruturais graves, e justo com essa medida que se impunha, a gente está fazendo um grupo de trabalho interministerial que será anunciado hoje que vai cuidar da revisão da lei de segurança de barragem no Brasil. Nós pretendemos fazer uma coisa rápida, em duas semanas estar tudo pronto e enviar para o Congresso.

Esse projeto deve ser enviado agora no começo da volta do Congresso?

Em seguida, a gente vai trabalhar nisso.

Sobre a Vale, como o governo está avaliando essa troca de diretoria? Ontem o sr. deu uma declaração de que isso não era estudado. O vice-presidente, Hamilton Mourão, disse que isso poderia ser feito.

É muito objetivo, o governo acompanha as investigações, nós tivemos uma ação do Ministério Público e da Polícia Civil de Minas Gerais e São Paulo, tivemos uma ação da Polícia Federal. Nós vamos aguardar as investigações e a evolução

das investigações. É evidente que essas investigações e a responsabilização tem que chegar ao CPF de alguém, alguém deu ordens para fazer isso ou aquilo. E é nesta linha, por exemplo, que está se movendo aquela vara lá de Minas Gerais, parece que é uma juíza que mandou preventivamente prender ontem [engenheiros e responsáveis pela barragem]. O governo acompanha isso e vamos aguardar os desdobramentos. Até porque nós estamos vivendo as consequências dos desmandos da era petista na Vale e nas estatais brasileiras. Não se pode esquecer disso.

Mas a Vale foi privatizada.

Ah é? E aquele esforço, já esqueceste? E aquele esforço do governo Lula e Dilma para mudar o comando da Vale e botar os parceiros do PT? Eu não esqueci.

O senhor acha que essa interferência a que o senhor se refere levou ao que se vê hoje?

Bom, o que a gente viu na era petista? A destruição de todas as empresas onde direta ou indiretamente o PT ou seus aliados colocavam as mãos. É isso que aconteceu e a Vale não fugiu disso.

O sr. acha que o conselho atual da Vale ainda está “contaminado” nessa linha do que falou?

Neste particular, nós precisamos aprofundar e aguardar as investigações. O que agente tem, o que estamos colhendo no Brasil: na tragédia do setor público, na tragédia de empresas estatais, paraestatais ou com participação acionária do governo federal sob orientação do comando petista, a gente viu que, ao longo daquele período, as consequências se estendem até os dias de hoje.

O sr. já conversou com o presidente Bolsonaro?

Conversei com ele através da esposa, nós trocamos algumas mensagens. Ontem foi o primeiro dia, ele está de repouso total. A gente usou de interlocutores.

Vem a São Paulo amanhã?

Nós estamos definindo no dia de hoje, vai depender da resposta dos médicos.

O sr. que vai levar a mensagem presidencial ao Congresso. A mensagem está fechada? Será apresentada a Previdência?

Nós estamos concluindo, talvez amanhã eu possa te dizer alguma coisa.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Rafael Alcadipani Membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Título: Análise - Precisamos falar sobre crimes corporativos: a lei deve ser para todos

O combate ao crime praticado por pessoas comuns é um tema prioritário da agenda nacional. O Brasil paga anualmente um preço altíssimo pelas perdas materiais, monetárias e, principalmente, humanas por causa das suas altas taxas de criminalidade.

Porém, todos os dias pessoas adoecem em razão de más condições de trabalho, o ambiente é degradado por algumas atividades empresariais e pessoas perdem vidas por causa de ações diretas ou indiretas de corporações.

O fato concreto é que, desde as suas origens, as corporações estão envolvidas em ações que causam grande dano ambiental, material e humano no mundo à sua volta e tais ações raramente são enquadradas e consideradas como criminosas.

A lógica dominante é que pessoas físicas cometem crimes, mas as corporações não. Isso chama a atenção, pois corporações podem causar tanto ou mais danos do que a criminalidade comum.

Vivemos em uma sociedade dominada por corporações ao ponto de aspectos importantes da vida humana, como a alimentação, serem dependentes do que as corporações produzem.

Além de dominar a cadeia produtiva de bens fundamentais, as corporações são as instituições mais poderosas do mundo contemporâneo: elas financiavam a campanha de políticos que, quando eleitos, terminavam por se preocupar mais com o interesse corporativo do que com a sociedade, investem grande quantidade de recursos na mídia e chegam até a financiar formadores de opinião.

Corporações moldam o ambiente à sua volta para que ele beneficie os seus interesses corporativos e deixe de lado o benefício maior da sociedade.

O resultado é que temos assistido, nos últimos 30 anos, ao surgimento e à consolidação de um discurso de responsabilidade social corporativa como se as corporações fizessem somente o bem da sociedade.

Diante de tragédias como a que assistimos no Brasil, é importante trazer à tona o debate dos crimes corporativos, para que não apenas as pessoas físicas sejam punidas por crimes mas também as corporações sejam investigadas e, se o crime corporativo for constatado, a pessoa jurídica também seja responsabilizada criminalmente.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Caixa quer lançar em até um ano ações de 4 subsidiárias em SP e NY

Unidade de loterias pode ser a primeira a ser listada para abertura de capital, diz presidente

O presidente-executivo da Caixa, Pedro Guimarães, quer acelerar as ofertas públicas iniciais de ações (IPOs, na sigla em inglês) das unidades de seguros, de gestão de ativos, de loterias e de cartões do banco.

Falando em evento com investidores, Guimarães disse que deseja listar pelo menos duas dessas unidades neste ano e sugeriu que a de loterias seja a primeira.

As quatro subsidiárias podem ser listadas em até 12 meses, disse Guimarães, acrescentando que está considerando listagens duplas em São Paulo e Nova York.

Na terça (29), o secretário especial de Desestatização e Desinvestimento do governo Jair Bolsonaro, Salim Mattar, já havia afirmado que a atual gestão quer deixar apenas Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobras de fora do rol de privatizações.

Em evento do banco Credit Suisse, em São Paulo ele afirmou que essas três empresas “deverão permanecer bem magrinhas”. “Vamos vender todas as subsidiárias delas.” Inicialmente, a Caixa listaria as empresas e venderia uma participação minoritária.

“Não estamos considerando uma oferta de ações em que venderíamos uma participação controladora”, disse Guimarães.

A ideia é vender em torno de 30% das unidades, afirmou.

A Caixa avalia o melhor modelo para distribuir ações de suas subsidiárias para clientes de varejo, incluindo uma alocação específica para investidores individuais, acrescentou.

Guimarães disse que o governo já decidiu desinvestir o mais rapidamente possível de todas as participações detidas pela Caixa em empresas listadas, como a Petrobras.

Outra iniciativa para impulsionar o capital da Caixa, segundo Guimarães, é a potencial venda de edifícios que abrigam até 2.000 agências do banco para fundos de investimento imobiliários, que pode movimentar de R\$ 2 bilhões a R\$ 5 bilhões.

A Caixa também pode securitizar até R\$ 100 bilhões de sua carteira hipotecária nos próximos quatro anos, disse ele.

Guimarães disse ainda que anunciará em breve uma securitização de parte de sua carteira de empréstimos corporativos. Só depois que a reorganização na Caixa tiver obtido os primeiros resultados uma listagem do banco será considerada.

“Mas essa é uma decisão a ser tomada pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, não por mim”, disse Guimarães.

As declarações de Guimarães confirmam os planos de enxugamento dos bancos estatais na gestão Bolsonaro. O novo governo tem o plano de buscar sócios no setor privados para as instituições.

Mattar, responsável pela desestatização e desinvestimento, também fez um anúncio importante na terça.

Segundo ele, o governo pretende vender todas as participações do BNDES, hoje sob responsabilidade do BNDESPar.

“Não há razão para o governo ter uma carteira de ações de empresas. Vamos vender essas empresas e abater dívidas. São R\$ 110 bilhões em participação”, disse o secretário, referindo-se à participação do BNDESPar em diferentes companhias, como Petrobras, Vale, Gerdau e JBS.

Reuters

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 31/01/2019****Seção: Colunas****Autor: Andreza Matais****Título: » Fechou.**

Coluna do Estadão

Pelo arranjo até agora definido na Câmara, o MDB deve ficar com a Comissão de **Minas e Energia** em troca do apoio a Rodrigo Maia (DEM) na eleição para presidente da Casa.

» Próxima etapa. A PF vai enviar nova leva de peritos para Brumadinho. Serão engenheiros, geólogos e biólogos para definir a causa do rompimento e a extensão do dano. Os que já estão lá trabalham em localizar e identificar vítimas.

» No front. Os equipamentos de sensoriamento trazidos de Israel pelos socorristas militares que atuam em Brumadinho foram feitos para operações de guerra. São usados em áreas como a Faixa de Gaza, onde rastreiam os túneis e depósitos de armas escavados por grupos radicais palestinos.

COM JULIANA BRAGA E MARIANNA HOLANDA

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 31/01/2019****Seção: Colunas****Autor: William Waack****Título: A palavra maldita**

Todo motorista alemão teme a frase "até que o TÜV" nos separe. Significa que o veículo dele não passou pelo TÜV ("Technischer Überwachungsverein", a organização privada que vigia, entre milhares de outras coisas, se um carro obedece às normas técnicas para circular nas ruas). O TÜV foi inventado em 1865 no sul da Alemanha para acabar com as frequentes explosões de caldeiras a vapor, especialmente em cervejarias.

Trata-se de uma organização privada que assumiu funções do poder público (vigiar normas técnicas) e deu tão certo nos últimos 150 anos a ponto de se transformar num produto de exportação alemão. "Examinado pelo TÜV" está carimbado na placa de cada veículo, no reator de uma central nuclear ou numa

escova de dentes. Funciona como atestado de qualidade e respeito às normas (legais e técnicas) emitido por organização independente e privada.

No Brasil, uma das três grandes "holdings" regionais dessa organização, o TÜV SÜD (24 mil funcionários, US\$ 2,6 bilhões de faturamento) em meados do ano passado conferiu à barragem da Vale que se rompeu em Brumadinho um macabro "tudo ok" de trágicas consequências. Como assim aquilo que os alemães apontam com tanto orgulho – o autocontrole exercido pelo próprio setor privado da economia – não funcionou no Brasil?

Advogados já consideram como o TÜV – assim como a Vale – terá de assumir no mínimo responsabilidades cíveis pela tragédia, mas o que as investigações e o noticiário de Brumadinho já parecem sugerir é um contexto de falha coletiva que envolve a grosso modo os dois setores (público e privado). Por exemplo, barragens como a de Brumadinho (rio acima) são proibidas em países de tradicional atividade de mineração, como Peru e Chile, por causa de frequentes terremotos.

No Brasil, a técnica obsoleta de confecção dessas barragens (nas quais se utilizam os próprios rejeitos da mina) se arrasta desde a década dos anos 1970. A fiscalização não existe ou é incipiente, numa clara demonstração que talvez o principal problema da burocracia brasileira nem é o excesso dela, mas o fato de que não funciona. E que prevalece em boa parte a mentalidade – nos setores público e privado – resumida na expressão "se nada aconteceu até agora é porque nada vai acontecer".

Pois aconteceu. E deve alterar substancialmente a atmosfera política nacional e internacional para se debater a relação entre desenvolvimento econômico (sobretudo a exploração de recursos naturais, como agricultura e mineração) e proteção do meio ambiente. Se o governo de Bolsonaro se elegeu apegado em parte à narrativa política de que licenciamento ambiental não pode se transformar em barreira burocrática à atividade empresarial, a tragédia de Brumadinho altera fortemente a percepção que o público tem da questão e, portanto, vai exigir do presidente e seus ministros habilidade política em vez de frases de efeito. A palavra mágica "desregulação" se arrisca a virar palavra maldita.

O TÜV SÜD expandiu sua venda de serviços ao Brasil na euforia das obras de infraestrutura para a Copa de 2014. Também empenhada em crescer a todo custo, a organização alemã encontrou aqui nosso jeito tradicional no qual leis "pegam" ou "não pegam", fiscalização existe sobretudo no papel, a burocracia é pesada e ineficiente e um autointitulado "orgulho nacional", como a Vale, a maior produtora mundial de minério de ferro, demonstrou que, se sabia de erros do passado, precisou de mais um desastre para dizer que vai corrigi-los.

Ambiente institucional – a relação entre ideias e interesses – , diria esse tão citado sociólogo alemão, Max Weber, é tudo

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Declodt e Fernanda Guimarães

Título: » Bastidores.

Coluna do Broadcast

Com 1.100 funcionários e atuação na distribuição de GLP em seis estados, produção de cilindros e no ramo imobiliário, a empresa passou no último ano por uma grande reestruturação de áreas, organograma e fluxo de trabalho, comandado pela Fundação Dom Cabral.

» Vale ouro. Principal indicador do mercado publicitário online, os Custos Por Clique (CPC) mais caros do Brasil, no Google, são os ligados à tecnologia. Segundo a empresa de marketing digital SEMrush, o termo mais caro da internet brasileira é "data room", cujo clique no anúncio custa US\$ 38,93. O "data room" é o espaço para armazenar dados de natureza segura ou privilegiada.

» Temporário. A conselheira do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), Isabella Saboya, pediu afastamento temporário de seu cargo na entidade para se dedicar ao acompanhamento das ações emergenciais relativas ao rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG). Isabella é membro independente do conselho de administração da Vale há cerca de um ano.

COM CRISTIANE BARBIERI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto do bolso

Direto da Fonte

Há quem acredite na deflagração de uma nova inconfidência mineira assim que o "enxugamento" das operações da Vale anunciado anteontem – corte de 10% da produção em consequência da determinação de fechamento de cerca de 10 barragens – começar a surtir efeito. Em 2017, a mineradora distribuiu R\$ 1,8

bilhões a Estados e a mais de 100 municípios. Em 2018, este montante aumentou, passando para R\$ 2,6 bi. Adivinhem onde se concentram mais de 50% das cidades? Em Minas. Esses recursos têm sido fundamentais para pagar as contas públicas.

Direto do bolso 2

Prova que a diminuição dos repasses gera mudança de opinião é a transformação do prefeito de Mariana, Duarte Júnior. Começou chamando a Vale de "assassina" para, dois anos depois da tragédia, passar a exigir que a Samarco voltasse a... produzir.

Hedge

A Vale busca gente para formar um novo comitê de risco e outro de vítimas. O assunto será debatido na reunião de conselho da mineradora.

Estranha, a vida

As ações da Vale se valorizaram 9% ontem, refletindo a perspectiva de redução de produção anunciada.

Aviso prévio

Cresce, no mercado, a crença de que quem deve ser criminalizado pela tragédia de Brumadinho são os negligentes que não seguiram os procedimentos de monitoramento. Barragens, pelo que se sabe, não rompem sem avisar!

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Notas e Informações

Autor:

Título: Risco presente

Desastres como o ocorrido em Brumadinho, na semana passada, ou em Mariana, em 2015, estavam fadados a acontecer, tanto pela obsolescência e insegurança do método escolhido pela Vale para acondicionar os rejeitos da mineração – o chamado alteamento a montante, que a empresa decidiu abolir – como pela absoluta incapacidade do Estado para fiscalizar barragens como as da Mina do Córrego do Feijão e do Fundão. Na verdade, os laudos técnicos que atestavam a segurança de ambas as barragens mais pareciam simples declarações.

A Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão responsável pela fiscalização das barragens, dispõe de apenas 35 profissionais capacitados para vistoriar cerca de 790 barragens semelhantes às aquelas que se romperam em Minas Gerais. Um conhecimento rudimentar de aritmética basta para chegar à conclusão de que, tal como está estruturado, o governo federal não é capaz de vistoriar as barragens com a diligência necessária para impedir a ocorrência de novas tragédias.

"Não dá para fazer nem uma fiscalização por ano em cada uma das barragens", disse ao Estado o geólogo Paulo Ribeiro de Santana, da ANM. De acordo com o técnico, os 35 fiscais da agência reguladora não trabalham apenas vistoriando barragens de rejeitos. "Há outras atividades relacionadas à mineração, como fiscalização de minas, pesquisa mineral", disse.

Na imensa maioria dos casos, o governo federal não desloca técnicos aos locais onde estão instaladas as barragens, e sim usa laudos produzidos pelas próprias mineradoras – ou por empresas contratadas por elas – para auditar a segurança das instalações. Nada há de ilegal nesta prática, é bom ressaltar. A Lei n.º 12.334/2010, que instituiu a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), prevê que a inspeção de segurança regular seja feita pela própria equipe de segurança da empresa responsável pela barragem. Já a chamada inspeção especial pode ficar a cargo de "equipe multidisciplinar de especialistas" contratada pela mineradora, devendo os relatórios resultantes "estar disponíveis ao órgão fiscalizador e à sociedade civil".

As raras fiscalizações in loco só ocorrem quando há gritantes discrepâncias nos documentos apresentados pelas empresas, ou quando seguem o rodízio de vistorias dos 35 técnicos da ANM. "O corpo de funcionários é tão pequeno que eu, geólogo, respondo pela assessoria de comunicação (da ANM)", disse Paulo Santana.

Esse modelo de fiscalização, também adotado em outros países, pode ser legal, mas não tem dado paz ao sono dos brasileiros, especialmente os que vivem no sopé dessas barragens. O desastre de Brumadinho deixa a impressão de haver um acordo tácito entre empresas mineradoras e o poder público que se sustenta, basicamente, na sorte. E, diante dos enormes riscos à vida que as barragens de rejeitos representam, é justamente com a sorte que não se deve contar.

Em abril do ano passado, um relatório da Agência Nacional de Águas (ANA) mostrou que das 24 mil barragens instaladas em todo o País, 10.330 – ou seja, cerca de 45% do total – foram instaladas sem licença ou concessão. Em português claro: são clandestinas. Em 2017, apenas 3% do total de barragens foram vistoriadas por algum órgão fiscalizador. Diante desses números, é

simplesmente espantoso que tão poucas barragens rompam, de tempos em tempos.

O governo federal anunciou que irá fiscalizar neste ano 3.386 barragens classificadas como "de alto risco" ou que têm "grande possibilidade de dano". Destas, 205 são de resíduos minerais e terão prioridade nas vistorias. Resta saber a mágica que será feita com os exíguos recursos de que dispõe para cumprir promessa tão arrojada.

A verdade é que soluções que, de fato, eliminem de vez a possibilidade de ocorrência de novas tragédias envolvendo barragens vão depender de uma revisão da legislação no Congresso e da reestruturação dos órgãos fiscalizadores. Ou seja, ainda conviveremos com o risco durante bom tempo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Papéis da Vale sobem 9% com proposta da empresa

Mercado financeiro reage bem, apesar de projeto prever gasto de R\$ 5 bi e perda de 40 milhões de toneladas de produção

O mercado financeiro reagiu bem à proposta feita pela Vale de eliminar todas as barragens com características semelhantes à do Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), que rompeu e deixou até agora 99 mortos e 259 desaparecidos. Apesar de a proposta prever um gasto de R\$ 5 bilhões e a perda de 40 milhões de toneladas de produção, a ação da empresa na Bolsa de São Paulo fechou ontem com alta de 9% – na segunda-feira, haviam caído 24,5%, e fechado em alta de 0,85% no pregão de terça-feira.

Para analistas, a perda de produção pode ser compensada, em parte, com o aumento dos volumes de produção de minério de ferro em Carajás, no Pará. Além disso, o anúncio da Vale já fez com que o preço do minério subisse no mercado internacional, o que também acaba beneficiando a empresa.

"Em meio a toda a tristeza e esforços de resgate em andamento em Brumadinho, a administração da Vale saiu (rapidamente) com um plano sensato para mitigar os riscos e garantir a estabilidade financeira à frente", disseram os analistas do BTG Pactual, Leonardo Correa e Gerard Roure.

Em relatório, a corretora Coinvalores destaca que a iniciativa é positiva, uma vez que pode ajudar na recuperação, ainda que parcial, da imagem da empresa, reduzindo os riscos atrelados a novos rompimentos de barragens. Em relatório

sobre a Vale, o UBS observa que durante encontro com investidores nos Estados Unidos nesta semana, alguns alertaram para o risco de que duas das três maiores agências de classificação de risco rebaixem a mineradora para abaixo do Grau de Investimento. A recomendação da casa para as ações da mineradora segue "neutra".

"Até agora, Fitch Ratings cortou a nota da Vale para BBB- (último degrau do Grau Investimento) em observação para eventual rebaixamento, enquanto a S&P colocou os ratings da mineradora em revisão, com implicações negativas", cita o relatório. Ontem, seguido seus pares, a Moody's colocou o rating da empresa em revisão para eventual rebaixamento.

No relatório, os analistas Andreas Bokkenheuser, Marcio Farid e Cleve Rueckert destacam o rebaixamento do rating ambiental da Vale pela consultoria Sustainalytics, conforme noticiou o jornal Financial Times.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Economia

Autor: Renata Batista / RIO

Título: Mudança na direção entra no radar da Vale

Alguns acionistas estariam cogitando troca, mas não para agora; conselho nega discussão

Uma possível troca do comando da Vale depois da tragédia de Brumadinho entrou no radar dos acionistas da mineradora. Segundo apurou o "Estadão/Broadcast", o afastamento do executivo, que assumiu a mineradora há pouco mais de dois anos, é visto por alguns acionistas como necessário para dar uma satisfação à opinião pública. Por outro lado, a mudança não pode ser tão rápida que atrapalhe a condução da crise nesse momento. No final do ano passado, o contrato de Schvartsman na Vale foi renovado por mais dois anos. O novo mandato tem início em maio, e vai até 2021.

O presidente do conselho de administração da Vale, Gueitiro Genso, afirmou, no entanto, que essa discussão de troca de comando não está na mesa. "Como presidente do conselho, quero dizer que não existe em absoluto nenhum processo de substituição do atual presidente da Vale", disse.

O conselho de administração da empresa tem se reunido frequentemente desde o rompimento da barragem da mina do Feijão, na sexta-feira. O ministro do gabinete de segurança da presidência da República, Augusto Heleno, tem participado ativamente de conversas com o conselho, e as respostas oferecidas

pela Vale até o momento foram bem recebidas por ele, segundo apurou a reportagem.

Além disso, a gestão de Schvartsman trouxe bons resultados para a companhia e sempre foi bem vista pelo mercado financeiro. Pelo estatuto da Vale, um novo presidente deve ser escolhido de forma profissional, com a ajuda de headhunters. A lista precisa ser composta por três indicações.

Uma das ideias dentro do conselho é a de se ter um nome interno para o cargo, o que responderia a um entendimento de que é preciso fortalecer a governança da companhia com nomes da área de mineração, que entendam especificamente desse setor. Mas uma eventual mudança de comando poderia vir também do mercado, como aconteceu com a própria contratação de Schvartsman, que substituiu a Murilo Ferreira.

Internamente, apenas dois dos nove diretores da Vale vieram da atividade de mineração. O diretor de Ferrosos, Peter Poppinga entrou na Vale em 1999 e está nessa diretoria desde 2015. Antes, ocupou várias funções na área comercial de ferrosos e também a diretoria de Metais Básicos.

Já o diretor de Estratégia, Exploração, Novos Negócios e Tecnologia, Juarez Saliba de Avelar, é o mais próximo da atividade de mineração e da realidade de Minas Gerais. Ele trabalhou em várias mineradoras e chegou a presidir a Ferteco entre 2001 e 2002, antes de a empresa, que era dona da mina do Feijão, ser vendida para a Vale.

O restante da diretoria atual não veio do setor de mineração. Schvartsman saiu da Klabin, depois de passar pelo grupo Ultra e pela Telemar Participações. O diretor financeiro, Luciano Siani, é oriundo do mercado financeiro, enquanto o diretor de metais Básicos, Eduardo Bartolomeo, veio da área de logística. O diretor de Sustentabilidade e Relações Institucionais, Luiz Eduardo Osorio, passou por várias grande empresas, como Ambev, Raízen, mas nenhuma da área de mineração. Procurada, a assessoria da Vale disse que não comentaria os rumores.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás vende Refinaria de Pasadena

Unidade nos EUA, símbolo da corrupção na estatal, custou aos cofres da empresa R\$ 4,4 bilhões, e foi vendida por R\$ 2,1 bilhões

A Petrobrás encerrou ontem, com uma perda considerável, um dos capítulos mais polêmicos de sua história. A estatal fechou a venda da Refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, para a americana Chevron, por US\$ 562 milhões (R\$ 2,1 bilhões). A refinaria, porém, havia custado aos cofres da petroleira brasileira nada menos que US\$ 1,2 bilhão (R\$ 4,4 bilhões).

A compra de Pasadena foi feita em duas etapas. Em 2006, durante o governo Lula, a Petrobrás, com o aval do conselho de administração, pagou US\$ 360 milhões à empresa belga Astra Oil por 50% da refinaria. Um negócio já bastante polêmico, levando-se em conta que, um ano antes, o grupo belga havia desembolsado apenas US\$ 42 milhões por 100% da unidade.

Mas o acordo, que já era ruim, se tornaria ainda pior. Algumas cláusulas do contrato obrigavam a Petrobrás a ficar com toda a unidade sob determinadas circunstâncias. E, após alguns desacordos comerciais, a Astra acionou uma dessas cláusulas. Assim, em 2012, a Petrobrás pagou mais US\$ 820 milhões pelos 50% remanescentes.

Em março de 2014, o Estado revelou que a então presidente da República Dilma Rousseff, que em 2006 era presidente do conselho de administração da Petrobrás, votara a favor do negócio. Ela disse, à época, que só havia dado seu aval porque se baseou em "resumo tecnicamente falho" que omitia cláusulas prejudiciais, as quais, se conhecesse, não aprovaria. Esse resumo teria sido apresentado pelo então diretor da área internacional da Petrobrás, Nestor Cerveró, que acabaria condenado e preso por corrupção.

No ano passado, a unidade, com capacidade de refino de 110 mil barris por dia e armazenamento de 5,1 milhões de barris de óleo e derivados, acabou entrando na lista de ativos à venda pela Petrobrás. O acordo com a Chevron ainda está sujeito à aprovação dos órgãos reguladores. Mas o nome Pasadena ainda será por muito tempo lembrado como símbolo da corrupção que envolveu a Petrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Anne Warth Andreza Matais / BRASÍLIA

Título: Congresso se omite e multa máxima de agência a mineradora é de R\$ 3,2 mil

Decreto de junho prevê valor irrisório para sanção a empresas de grande porte por órgão federal. Apesar de bloqueio de R\$ 11 bilhões pela Justiça, multas à Vale por Brumadinho até agora são de R\$ 350 milhões, considerando governo de Minas e Ibama

A omissão do Congresso impediu o aumento do valor das multas aplicadas a mineradoras pela Agência Nacional de Mineração (ANM) e uma manobra eliminou a exigência para que diretores do órgão regulador tivessem experiência na área que vão fiscalizar. As propostas estavam previstas em duas medidas provisórias enviadas pelo governo Michel Temer (mais informações abaixo). Ao deixar caducar uma delas, o valor máximo das multas às mineradoras, que seria elevado para R\$ 30 milhões, foi mantido em R\$ 3,2 mil.

Com isso, a punição máxima que a ANM poderá aplicar à Vale pelo rompimento da barragem em Brumadinho será de R\$ R\$ 3.293,90. A multa é quase a mesma que um motorista alcoolizado teria de pagar – R\$ 2.934,70. Boletim divulgado ontem registrou 99 mortos pela tragédia e 259 desaparecidos.

O valor irrisório para empresas de grande porte consta de decreto publicado em junho de 2018, que regulamentou o Código Nacional de Mineração, de 1967. Para se ter uma ideia, o lucro líquido da Vale acumulado de janeiro a setembro de 2018 foi de R\$ 11,171 bilhões. Mesmo assim, até agora, a ANM não multou a Vale. Segundo um diretor do órgão regulador, o processo é demorado. De imediato, a agência interditou e suspendeu as atividades no Complexo Córrego do Feijão no dia da tragédia.

Comparação. Em outras agências que fiscalizam o setor de infraestrutura, as punições são bem mais rigorosas. Na Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por exemplo, é de R\$ 50 milhões por infração, podendo o mesmo processo receber mais de uma penalidade. Na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a multa máxima é de R\$ 10 milhões.

Na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a punição alcança 2% do faturamento da empresa. Criada em 2018, um ano depois da ANM, a Agência Nacional de Proteção de Dados (que trata dos casos envolvendo a internet) ainda não foi instalada, mas quando for, terá autorização para aplicar multa de até R\$ 50 milhões por infração.

Em outras instâncias, o castigo à Vale já começou. A mineradora recebeu multa de R\$ 250 milhões, aplicada pelo Ibama, e outra de R\$ 99,1 milhões, do governo de Minas. A empresa também teve pedidos de indisponibilidade e bloqueio de R\$ 11 bilhões acatados pela Justiça.

Tramitação. A medida provisória que fixava novos valores da multa da ANM foi enviada em julho 2017 ao Congresso para modernizar o Código de Mineração. Perdeu a validade porque o plenário da Câmara dos Deputados, presidida por Rodrigo Maia (DEM-RJ), não pautou a votação. O texto proposto, além de elevar a multa para R\$ 30 milhões, permitia cobrança em dobro em caso de reincidência em até dois anos.

Na mensagem ao Legislativo, o governo federal defendeu o reajuste das multas como forma de "inibir o cometimento das infrações (pelas mineradoras)", diz a exposição de motivos da MP.

A comissão especial mista da Medida Provisória recebeu 250 sugestões de emendas mudando o texto. Após reuniões e audiências públicas, o relatório foi aprovado na comissão em 26 de outubro e enviado ao plenário da Câmara em 30 de outubro de 2017. Lá, a MP ficou quase um mês parada e perdeu validade. Procurado, Maia, que disputa amanhã a reeleição da Câmara, não respondeu até 20h30.

Com a derrota, o governo chegou a cogitar a elaboração de um projeto de lei ainda em 2017 com o mesmo tema ou de nova Medida Provisória sobre o Código de Mineração no ano seguinte – a lei impede que o Executivo envie uma MP de igual teor no mesmo ano ao Congresso. Técnicos avaliaram, porém, que a iniciativa poderia ser vista como afronta ao Congresso. A alternativa foi a publicação de um decreto regulamentando o Código antigo. Esse tipo de instrumento, porém, tem limitações e não pôde ser utilizado para atualizar os valores de multa.

Com o decreto, o governo conseguiu estabelecer a responsabilização expressa do minerador pela recuperação de áreas degradadas, a execução de planos de fechamento de minas e a obediência à política nacional de segurança de barragens.

Também foi criado um estímulo ao aproveitamento de rejeitos e estéréis, com a redução de royalties para aqueles mineradores que adotassem tecnologias que diminuíssem passivos ambientais.

Em relação à multa, o governo acatou recomendação da área jurídica e se limitou a manter os valores, somente convertidos de Unidade de Referência Fiscal (UFIR), indicador extinto em 2001, para real.

O Código de Mineração, de 1967, estabelecia como multa mínima o valor de 100 UFIR, e a máxima, mil UFIR. Atualizado pelo decreto, o valor mínimo de multa para mineradoras ficou em R\$ 329,39, e o máximo, em R\$ 3.293,90, "de

acordo com a gravidade das infrações", podendo, em caso de reincidência, ser cobrado em dobro.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Após acidente, TCU vai fiscalizar ação de órgão fiscalizador

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu fiscalizar as providências da recém-criada Agência Nacional de Mineração (ANM) após o rompimento da barragem da Vale em Brumadinho. O presidente do tribunal, José Múcio Monteiro, propôs o acompanhamento justificando, entre outros pontos, que em levantamento anterior o tribunal já havia constatado falhas na fiscalização de barragens – pelo extinto Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), ligado ao **Ministério de Minas e Energia** e extinto com a criação da ANM.

Segundo Múcio, auditoria operacional no DNPM após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana constatou que "as falhas e irregularidades verificadas envolviam a atuação em nível institucional da autarquia e alertavam para o risco latente e potencial de outros acidentes envolvendo barragens de rejeitos de mineração no País". /BRENO PIRES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: ANNE WARTH E ANDREZA MATAIS BRASÍLIA

Título: Deputado reduziu exigências para diretores

Relator da Medida Provisória que criou a Agência Nacional de Mineração (ANM), o deputado Leonardo Quintão (MDB-MG) retirou do texto a necessidade de que os dirigentes do órgão regulador tivessem experiência no setor e formação acadêmica. Entre as atribuições da agência está a de fiscalizar a situação das barragens, como a do Córrego do Feijão, em Brumadinho, que rompeu na sexta-feira. Quintão, que não foi reeleito, tem exercido informalmente este mês o cargo de subchefe de assuntos parlamentares da Casa Civil do governo Bolsonaro, na equipe de Onyx Lorenzoni, e terá a responsabilidade acompanhar projetos prioritários do governo no Congresso.

A Medida Provisória 791/2017, editada pelo governo Temer, estabelecia que os dirigentes da ANM deveriam ter experiência profissional de, no mínimo, dez anos na área de mineração, ou quatro anos ocupando cargos de direção em empresa do setor. Poderiam, ainda, ter ocupado um cargo comissionado DAS-4,

um dos mais altos do setor público, ou atuado como docente ou pesquisador na área, com formação acadêmica compatível. Eles não poderiam ser reconduzidos. O parágrafo que exigia esses critérios dos indicados foi retirado do texto por Quintão, ainda na comissão especial. Resultado: a lei sancionada por Temer não estabelece nenhum tipo de pré-condição técnica aos diretores.

Quintão disse que a retirada das exigências do texto adequou as qualificações exigidas dos diretores do órgão de mineração aos das demais agências reguladoras. Um projeto de lei que tramita há anos no Congresso exige qualificação e experiência mínima dos dirigentes e impede a recondução, mas ele não foi aprovado. A lei atual não impõe restrições aos diretores.

"A expectativa era votar a lei das agências antes da lei da ANM, mas isso não ocorreu", afirmou Quintão. "Fiz isso para que não houvesse discrepância com a legislação atual. Não acho que houve prejuízo. As pessoas indicadas foram sabatinadas e aprovadas pelo Senado." Para o deputado, exigir dez anos de experiência na área é algo "muito restritivo". "Isso inviabilizaria a indicação de muitas pessoas. Não seria bom."

A brecha aberta por Quintão permitiu que o Senado aprovasse, no apagar das luzes de 2018, a indicação do advogado Tomás Figueiredo Filho para a ANM. Ele foi deputado estadual pelo Ceará e era filiado ao MDB.

O currículo de Tomás não inclui qualquer experiência com mineração. Ele foi assessor institucional do Senac e da Fecomercio no Ceará. Seu padrinho é o senador Eunício Oliveira (MDBCE). O diretor diz que a falta de experiência é compensada "pela qualidade dos técnicos da ANM" e ele contribui com seus conhecimentos da área de Direito.

Além de Figueiredo Filho, o Senado sabatinou e aprovou nomes de mais quatro diretores da ANM no fim de 2018. Dois diretores inicialmente indicados e que cumpriam exigências da MP original tiveram seus nomes retirados pelo governo: a geóloga Lília Sant'Agostinho e o superintendente José Antonio Alves Santos, do Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM), órgão que deu lugar à ANM.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Tânia Monteiro / BRASÍLIA

Título: Mortos chegam a 99; Israel deixa resgate

Chance de achar sobreviventes é "praticamente zero". Governo não diz por que tropa estrangeira, que começou na segunda, sai do País hoje

As equipes de resgate confirmaram ontem a morte de 99 pessoas pelo rompimento da barragem de Brumadinho (MG) – 57 identificadas. Ainda há 259 desaparecidos e outras 176 pessoas fora de suas casas. Também nesta quarta o Palácio do Planalto foi informado que os militares das Forças de Defesa de Israel (FDI) – que chegaram ao Brasil no domingo para ajudar nos trabalhos – devem retornar a seu país hoje, às 15 horas.

A chuva forte, que chegou a destelhar 60 casas na cidade, causou a suspensão das buscas por uma hora à tarde. Mas não houve alteração no nível de água da barragem. Mais cedo, o comandante de salvamento especializado, capitão Leonard Farah disse que se trabalha "com a chance diminuindo para praticamente zero" de encontrar sobreviventes.

Já em relação ao retorno das tropas israelenses, o governo brasileiro não sabia explicar exatamente as razões à noite. A divisão de protagonismo de trabalho no socorro às vítimas da tragédia de Brumadinho tem causado vários "curtos-circuitos" entre o governo de Minas e as Forças Armadas. Essas colocaram um contingente de mil homens, desde sexta-feira, para auxiliar no resgate de sobreviventes. Só que não houve solicitação de uso do grupo. O governo de Minas informou que não havia necessidade daquele tipo de apoio e, se precisasse, solicitaria. A avaliação de militares é de que o salvamento de Brumadinho "está muito politizado".

A equipe de cerca de 130 soldados e oficiais israelenses desembarcou domingo à noite. Eles começaram a trabalhar na segunda-feira e logo foram informados de declarações do comandante das operações de resgate, tenente-coronel Eduardo Ângelo, de que os equipamentos trazidos de Israel para Brumadinho (MG) não eram efetivos para esse tipo de desastre. Questionado, o governo de Minas Gerais esclareceu que "não houve recusa de colaboração de militares" e tropas federais poderão ser solicitadas "caso haja necessidade".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: André Borges - ENVIADO ESPECIAL BRUMADINHO (MG)

Título: 'Esse lugar não serve mais para a gente'

Família de Brumadinho conta que saiu de casa apenas com as roupas do corpo e os documentos

Há seis pessoas nesta foto. O mais recente membro da família, no entanto, é também o mais discreto. Há três meses na barriga da mãe, Lígia Natália Ribeiro,

de 31 anos, o bebê ainda não tem nome. Os pais também não sabem se é menina ou menino. Não importa. O bebê de Lígia e Valdeci Ferreira Souza, de 29 anos, ainda não pisou no mundo, mas já nasceu de novo.

Na sexta, quando sua mãe preparava o almoço, a família ouviu um estrondo ao longe. "Achei que era bomba, trovão. A gente saiu de casa e olhou para o céu. Estava limpo, não entendemos. Então, voltamos para almoçar", diz Lígia. Pouco mais de dez minutos depois, um menino apareceu gritando na rua. "Cooorre! Cooorre! A barragem explodiu, explodiu!". Não deu tempo para mais nada. Valdeci pegou pelos braços o pequeno Lucas, seu "super-homem" de 2 anos.

Com Gabriele e Sara, de 11 e 7 anos, os pais largaram os pratos na mesa e correram para a rua só com as roupas do corpo e documentos. Escaparam com vida. "Não queremos mais ir lá", diz Valdeci. "Tenho pesadelo todo dia. Esse lugar não serve mais para gente. Só quero criar minhas crianças em paz." A família não voltou para casa, nem mesmo para juntar suas coisas. Nem poderia. "Está tudo bloqueado. A gente não pode ir lá, não deixam passar", diz Lígia.

É verdade. Brumadinho se transformou em uma área militarizada. Ontem, o Estado percorreu boa parte das ruas de Casa Branca, bairro mais próximo ao Córrego do Feijão, onde ficava a mina da Vale. Policiais militares estão por todos os lados. Tanta mobilização nas ruas teria a missão de evitar, segundo a PM, saques. O Estado questionou diversos policiais sobre alguma ocorrência registrada. Nenhuma notícia.

Na frente do supermercado da pequena praça do bairro, um grupo de sete policiais conversava na calçada do Empório Casa Branca. "Ficaram aí o dia todo, só que não aconteceu nada aqui", disse a atendente. "O problema não está aqui, o senhor sabe. Está na lama."

São quase 300 desaparecidos nas contagens oficiais, mas a PM declarou que a cidade precisa retomar o "clima de ordem". Não há essa desordem em Brumadinho. Há tensão, tristeza, indignação e um exército de voluntários que, também com apoio policial e do Corpo de Bombeiros, saiu de toda a parte para trabalhar incansavelmente em buscas pela região.

Nos trilhos que sobraram da estrada de ferro que teve sua ponte carregada pela catástrofe, alguns militares de Minas encontraram tempo para fazer "selfies" um do outro, na beira do precipício de lama. Lá embaixo, a poucos metros da ponte caída, uma equipe de 13 membros da Cruz Vermelha trabalha desde as 15 horas da sexta-feira, em buscas pelas vítimas. Já encontrou muitas.

Reforço. Ontem, o trabalho desses voluntários ganhou um reforço crucial que, há quatro dias, já estava à disposição, mas foi travado por burocracias

diplomáticas. O diretor da organização espanhola K-9 de Creixell, Pedro Frutos, especializada em cães farejadores, saiu da Europa no sábado com oito agentes e oito animais para auxiliar nos trabalhos em Brumadinho.

"Atendemos a um pedido", disse Frutos, exibindo um convite que recebeu do governo de Minas. Seus cães, porém, só obtiveram aval para ir a campo quatro dias depois. "Tivemos de ficar na pousada esse tempo todo."

Os cães que vieram da Espanha só entraram na lama da Vale após a organização receber um convite para integrar o time da Cruz Vermelha. As buscas na lama prosseguem, sem data para acabar.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Metrópole

**Autor: Lígia Formenti / BRASÍLIA Pablo Pereira ENVIADO ESPECIAL
BRUMADINHO (MG)**

Título: Água do Rio Paraopeba, atingido pela lama, não deve ser consumida

Amostras indicam contaminação; Pará de Minas monta cerco com boias contra enxurrada e população está assustada

As águas do Rio Paraopeba, atingido pelo rompimento da Barragem Mina do Feijão, apresentam riscos à saúde humana e animal. Comunicado conjunto das Secretarias de Estado de Saúde, do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Pecuária e Abastecimento de Minas divulgado na noite de ontem adverte que qualquer pessoa que tenha tido contato, ingerido ou consumido alimentos preparados com a água que apresentarem náuseas, vômitos, coceira, diarreia, tontura ou outros sintomas deve procurar a unidade mais próxima de saúde.

As análises foram feitas com mostras coletadas entre os dias 25 (quando o acidente ocorreu) e 29. Foram encontrados valores até 21 vezes acima do aceitável de chumbo total e mercúrio total. Também foi constatada a presença de níquel, chumbo, cádmio e zinco, no dia 26, em um dos pontos de monitoramento. Diante dessa situação, o governo de Minas desaconselha o uso da água para qualquer finalidade até que a situação esteja normalizada. A recomendação vale desde a confluência do Rio Paraopeba com o Córrego Ferro-Carvão até Pará de Minas. Deve ser respeitada uma área de 100 metros das margens acometidas.

A população da região de Pará de Minas, município que tem o Rio Paraopeba como um dos três fornecedores de água da cidade, já está preocupada com a chegada da mancha de lama que vazou da barragem de Brumadinho. Na manhã de ontem, equipes da empresa municipal que capta água na Estação de Tratamento (ETA) de Córrego do Barro, a cerca de 25 quilômetros da sede da cidade, e funcionários de uma empresa contratada pela Vale, preparavam equipamentos para tentar reduzir o impacto da onda de lodo.

"A lama está em Florestal, uns 15 quilômetros rio acima", disse um morador que auxiliava as equipes da Vale e da Águas de Pará de Minas no descarregamento de 250 metros de boias. O sistema, segundo técnicos do local, funciona como uma espécie de filtro, com uma malha de tecido especial pendurada da superfície da água ao fundo.

As boias serão instaladas em forma de um cerco para tentar proteger o ponto das bombas que recolhem a água do Paraopeba para a ETA do Córrego do Barro. No local, à beira do rio que passa nos fundos de uma fazenda, a ordem era ninguém comentar a operação. Pela manhã, helicópteros da Vale sobrevoaram o local. Para Francisco José da Silva, de 63 anos, agricultor da região, a mancha da Vale ainda não chegou, mas a preocupação, sim. "Vai acabar com tudo: peixe, água de beber, gado", afirmou.

Captação. Na empresa Águas de Pará de Minas, a informação é a de que técnicos e laboratórios da empresa estão preparados para manter a qualidade e o controle da água. A empresa disse, por meio da assessoria de imprensa, que o sistema capta também dos Ribeirões Paiva e Paciência, duas fontes que não têm ligação com o Paraopeba.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Fernando Scheller **ENVIADO ESPECIAL RIO ACIMA (MG)**

Título: Em ruínas, a barragem de maior risco em MG

Inativa há sete anos, estrutura abandonada por mineradora preocupa moradores

A menos de dez minutos do centro da pequena Rio Acima, cidade de 10 mil habitantes na Grande Belo Horizonte, a barragem Mina Engenho foi dominada

pelo mato e está abandonada. Inativa há sete anos, a mina de ouro – que pertencia à Mundo Mineração, do grupo australiano Mundo Minerals, hoje em estado falimentar – não emprega ninguém nem produz um real em royalties para o município. Deixou para trás, porém, uma herança perigosa: as barragens de maior risco de Minas Gerais, segundo avaliação da Agência Nacional de Mineração (ANM), órgão regulador do setor.

Conforme o relatório mais recente da ANM, de janeiro, a barragem Mina Engenho foi a única do Estado a ser considerada de "alto risco" de vazamento. Para se ter ideia, as barragens da mineradora Vale em Brumadinho – na unidade onde houve o rompimento – eram consideradas de baixo risco. Outras foram classificadas de "risco médio" – uma delas está em Itabirito, perto de Rio Acima.

O Estado ouviu moradores de Rio Acima que relatam abandono total e que as duas barragens da mina de ouro – uma com a superfície sedimentada e outra cheia de água – não recebem manutenção desde que as atividades foram encerradas, de um dia para outro, no fim de 2011. A interrupção foi tão abrupta que fábrica, caminhões e carros usados no transporte de funcionários foram deixados para trás. A maioria dos trabalhadores não recebeu seus direitos, diz o Sindicato dos Trabalhadores de Extração de Ouro de Nova Lima e região.

Muito do que ficou para trás foi depredado ou furtado. Caminhonetes acabaram "depenadas" – pneus, motores e peças foram carregados e os vidros, quebrados. A estrutura de escritórios e refeitório está destruída – a privada do banheiro só não foi levada porque a louça quebrou no momento da retirada. Até hoje, "visitantes" da área abandonada aproveitam para achar canos, pedaços de ferro e mais itens que possam ser usados em construções.

O material depositado nas barragens é altamente tóxico – placas alertam para risco de contaminação, mas ninguém controla o fluxo de pessoas. Tampouco há cerca ou portão. Fontes do setor de mineração dizem que o potencial de contaminação da exploração do ouro é superior ao do trabalho com minério de ferro – sedimentos acumulados nas montanhas de Rio Acima teriam arsênico e mercúrio, entre outros metais.

Perigo. Além de Rio Acima, a Mina Engenho também tem o potencial de afetar um município bem maior, de quase 90 mil habitantes: Nova Lima. A prefeitura da cidade diz já ter acionado o Ministério Público para cobrar providências sobre a área. A administração ressalva, porém, que a obrigação da fiscalização é de órgãos estaduais e federais. Outro ponto que preocupa moradores é que, diferentemente da Vale, a Mundo Mineração não tem dinheiro para pagar eventuais indenizações.

Presidente do sindicato do setor de exploração de ouro em Nova Lima, Marcelino Antônio Edwirges diz que houve tentativa de buscar o ressarcimento dos funcionários. Mas ao pedir o arresto de máquinas e equipamentos, descobriram que a maioria deles era alugada. "Só conseguimos captar recursos para pagar dois trabalhadores."

A Mundo Mineração atuava em atividade de risco. A empresa australiana comprou uma mina cujo potencial primário de exploração já havia sido exaurido por outra empresa. Segundo Edwirges, a empresa comprou a área por preço baixo, em busca de ouro na "sucata", pelo reprocessamento dos sedimentos acumulados nas barragens. É uma aposta difícil, já que o potencial de mineração é de, no máximo, 10% do total original.

Além do potencial de dano humano, Edwirges e os moradores veem potencial de contaminação do Rio das Velhas, afluente do São Francisco, e responsável por boa parte do abastecimento da Grande BH. Após as tragédias de Mariana e Brumadinho, a população de Rio Acima pensa cada vez mais nas barragens ao redor. "Não dá para confiar", afirma Rayane Luana Marques, de 26 anos. Já Ivone Rebuitti, de 64 anos, diz que "se a gente parar para pensar, não consegue dormir". "Depois de Brumadinho, ficamos com medo, diante de tanta tragédia, sofrimento. É ganância. Estamos nas mãos podres dos homens."

Na Justiça. A Secretaria Estadual de Meio Ambiente informou que o "empreendedor é responsável pela segurança da barragem". Disse ainda que o Estado obteve na Justiça decisão contra a empresa, que não foi cumprida. Em 2017 e 2018, segundo a pasta, foram tomadas medidas emergenciais cabíveis. Uma licitação será contratada para fazer o descomissionamento da estrutura, o que inclui a retirada dos rejeitos. O Estado não localizou representantes da Mundo Mineração e procurou a advogada da empresa por telefone, mas não teve sucesso. A ANM também não foi encontrada pelo Estado./COLABOROU FABIANA CAMBRICOLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Metrópole

Autor: Priscila Mengue

Título: Fim de estrutura passa por retirada de rejeitos

A drenagem, o armazenamento e o reúso de rejeitos de minério estão entre os procedimentos que podem ser adotados no descomissionamento de dez barragens da Vale, anunciado pela empresa anteontem. A destinação final do

material ainda não foi esclarecida, mas o prazo previsto para a conclusão do processo é de três anos.

Professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Eduardo Marques acredita que a Vale deve adotar diversos métodos na recuperação das áreas e na destinação dos rejeitos das barragens descontinuadas. Em todas as alternativas, o material precisa passar por um processo de drenagem, a fim de reduzir o potencial de novos incidentes.

Um dos métodos é a retirada do rejeito por caminhões, que o levam até uma usina de beneficiamento. No local, o minério é separado e o material restante passa por um processo de drenagem. O resíduo forma, então, uma "pilha", que precisa ser acondicionada em local seco e ao abrigo da chuva.

"Em Minas Gerais, o período de chuva vai de novembro a março. O volume de pilha é muito grande e fica difícil encontrar um local para ser armazenado", explica Marques. Já a água pode ser descartada, após passar por um processo de filtragem.

Outra alternativa é drenar o rejeito, deixando o resíduo restante no local da barragem. Sobre o espaço, é aplicada uma camada, enquanto, na superfície, é possível fazer a recuperação vegetal. Nesse caso, é necessário monitorar a área, especialmente em relação à erosão. Também é possível aproveitar o rejeito para a fabricação de materiais de construção, como tijolos e bloquetes. "Tem viabilidade, o problema é que o volume seria muito grande."

Segundo a Vale, as barragens que serão descomissionadas estão inativas e foram construídas pelo método de alteamento a montante, o mesmo das que romperam em Mariana e Brumadinho. A empresa estima custo de R\$ 5 bilhões. "Todas as barragens da Vale apresentam laudos de estabilidade emitidos por empresas externas", diz em nota. "As operações nas unidades paralisadas serão retomadas à medida que forem concluídos os descomissionamentos."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 31/01/2019

Seção: Metrópole

Autor:

Título: Secretaria mineira exige desativação

A Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas determinou ontem que sejam descaracterizadas todas as barragens de contenção de rejeitos no Estado alteadas pelo método à montante, mesmo método das barragens 1 de Brumadinho e de Fundão, em Mariana. A Vale já

havia anunciado anteontem decisão similar sobre as dez estruturas que pertencem à empresa.

A determinação foi publicada no Diário Oficial de Minas. No documento, o secretário Germano Luiz Gomes Vieira diz que tomou a decisão a partir da recomendação do governo federal sobre a necessidade de providências urgentes sobre a segurança de barragens.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Política

Autor: Luiz Carlos Azedo

Título: A lição de Brumadinho

Nas entrelinhas

Erros de conceito custam caro para qualquer estratégia empresarial. Costumam causar desastres irreparáveis, como os de Mariana e Brumadinho. O poder da Vale nos estados onde atua, como Minas, Pará, Maranhão e Espírito Santo, além do poderoso lobby que sempre manteve junto ao governo federal, ao Congresso e ao próprio Judiciário, foi exercido de forma permanente para reduzir custos com medidas de segurança e de controle de impacto ambiental. Prefeituras de todas as áreas onde atua vivem perdendo as quedas de braço com a empresa, que prefere fazer políticas compensatórias de caráter social e urbano do que investir mais pesado na redução de danos ambientais. Agora, a casa caiu.

O plano para “descomissionar” todas as suas barragens construídas pelo método de “alteamento” a montante é uma confissão de culpa e o reconhecimento de que houve erro de conceito na forma como a empresa resolveu tratar os dejetos de suas atividades de mineração, que poderiam ser reaproveitados utilizando tecnologias mais modernas. “Todas as barragens da Vale apresentam laudos de estabilidade emitidos por empresas externas, independentes e conceituadas internacionalmente”, alega a companhia. As represas que desmoronaram, porém, também tinham esses laudos. No caso de Brumadinho, seus responsáveis já estão até presos.

Qual é a razão de tais medidas não terem sido adotadas antes? A própria Vale fornece uma pista. Estima-se que serão gastos R\$ 5 bilhões para a desativação das barragens, ao longo dos próximos três anos. A empresa está sendo obrigada, por medida de segurança, a suspender as operações de Abóbora, Vargem Grande, Capitão do Mato e Tamanduá, no complexo Vargem Grande, e

as operações de Jangada, Fábrica, Segredo, João Pereira e Alto Bandeira, no complexo Paraopeba, incluindo também a paralisação das plantas de pelotização de Fábrica e Vargem Grande. Deixarão de ser produzidos 40 milhões de toneladas de minério de ferro ao ano, dos quais 11 milhões de toneladas de pelotas.

A Vale pretende redirecionar a produção para outras regiões do país — cada vez mais, as suas atividades de mineração se deslocam de Minas/Espírito para o Pará/Maranhão — e aproveitar todos os trabalhadores da empresa, mas qual será o impacto na economia das cidades mineiras e capixabas, em termos de arrecadação e geração de emprego e renda? Com certeza, será muito negativo. O caso de Brumadinho, nesse aspecto específico, é muito pedagógico, pois reflete um erro de conceito da empresa em relação ao reequilíbrio de suas atividades com o meio ambiente e o entorno social. Há outros erros correlatos, mas o principal talvez seja a subordinação da agenda ambiental aos interesses da produção e da lucratividade financeira da empresa, custe o que custar, embora isso esteja em contradição com a missão definida no planejamento estratégico da própria: “Transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável”.

Narrativas

Brumadinho também pôs de pernas para o ar a narrativa do novo governo sobre a questão ambiental, que se tornou uma agenda emergente. Os trabalhos no Congresso serão reabertos amanhã, mas nos corredores da Câmara e do Senado, ontem, já se articulavam uma comissão especial de inquérito para investigar a Vale e outra comissão, mista, isto é, em conjunto com o Senado, para investigar milhares de barragens existentes no país, muitas delas sem licenciamento sequer. Não se deve demonizar a mineração, que é uma atividade essencial para a economia do país, mas há que se repensar o modus operandi das companhias: o custo da tragédia de Brumadinho será muito maior do que aquele que se teria se tivesse adotado medidas efetivas. O saldo dessa tragédia, até agora, é de quase 100 mortos e mais de 250 pessoas desaparecidas. O impacto na opinião pública das operações de resgate é mundial e já mobiliza os organismos internacionais e acionistas da própria Vale.

Mariana é um exemplo do poder do lobby da Vale junto aos governos, ao Congresso e ao Judiciário no sentido de não honrar suas responsabilidades ambientais e sociais; a empresa simplesmente se recusa a pagar as multas aplicadas e é um dos atores mais poderosos no sentido de desmoralizar os órgãos de controle ambiental e seus técnicos. A narrativa de que a legislação e a fiscalização ambientais são um entrave ao desenvolvimento não é somente falsa, é um erro de conceito. Mais ou menos como achar que o aquecimento global é uma cascata dos seus pesquisadores, quando as alterações climáticas

estão aí mesmo, alterando a rotina das pessoas e provocando catástrofes naturais pelo mundo. O Brasil não está fora disso.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Política

Autor: Denise Rothenburg

Título: A pressão do BNDES

Brasília-DF

Em todas as conversas que tem tido com governadores e secretários estaduais, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Joaquim Levy, pergunta qual é o portfólio de estatais passíveis de privatização. Em Minas Gerais, por exemplo, se colocou à disposição para auxiliar na venda de empresas. Nem o Distrito Federal escapou dessa sina.

No encontro com o secretário de Desenvolvimento Econômico do DF, Ruy Coutinho, por exemplo, o assunto era investimentos para infraestrutura, mas Levy fez questão de perguntar se havia uma lista para privatizações. Coutinho não avançou nesse tema. Mas, dentro do BNDES, há quem diga que estão no radar o BRB, a CEB e a Caesb. Ou seja, as joias da coroa. Mas, segundo técnicos do banco de fomento, isso é tema que será discutido futuramente entre Levy e o governador Ibaneis Rocha.

O teste de Quintão

Assessor especial da Casa Civil, o ex-deputado Leonardo Quintão terá uma prova de fogo esse mês, com a decisão do presidente do Conselho de Administração de Furnas, Wilson Ferreira, de demitir os indicados por políticos. O comandante de Furnas, Ricardo Medeiros, indicado pela bancada do MDB de Minas Gerais, é contra as demissões e discutiu feio com Ferreira ontem. A briga será arbitrada pelo Planalto, onde os afastamentos são bem-vindos. Cabe a Quintão calar ou consentir. Ficar mal nas duas situações.

Exemplar

A ordem no governo federal e na Justiça é não poupar quem mandou construir um refeitório sob a barragem que se rompeu na semana passada, em Brumadinho.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 31/01/2019**Seção:** Política**Autor:****Título:** Temor se espalha em Minas

Ao mesmo tempo em que a contagem de corpos de vítimas do colapso da barragem da Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho, se aproxima de romper a casa dos dois dígitos, os reflexos da catástrofe extrapolam fronteiras e, em Minas, espalham pelo mapa medo de tragédias semelhantes. Ontem, relatores especiais de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) cobraram investigação imediata, completa e imparcial do rompimento da represa e lembraram o antecedente da tragédia em Mariana, ocorrida em 2015. Ao mesmo tempo, outras gigantes da mineração que, há décadas, exploram ricas reservas de ferro na Região Central mineira anunciam a disposição de seguir a decisão da Vale — dona da mina onde ocorreu o desastre mais recente — e desativar barragens de rejeitos com o mesmo nível de risco das duas que estouraram nos últimos três anos (leia reportagem na página 5).

Em Brumadinho, onde o que já foi medo se transformou em catástrofe, dor, luto e prejuízo, a Justiça agiu para suspender as atividades de mais um empreendimento: da Mineração Ibirité Ltda. (MIB), no mesmo Córrego do Feijão. A empresa atuava próximo à barragem da Vale que se rompeu provocando até agora 99 mortes confirmadas, e deixando 259 desaparecidos. O pedido de suspensão foi feito pelo Ministério Público de Minas Gerais. O MP sustenta que, pela proximidade, a atividade da MIB na região também está em risco.

Ontem, representantes de comitês de bacias hidrográficas fizeram visita técnica à área da represa que se rompeu e cobraram medidas de proteção aos recursos hídricos em todo o país. “Primeiro, prestamos solidariedade às vítimas, que tanto sofrem. Mas temos de alertar que não foi só aqui em Brumadinho que esse tipo de coisa ocorreu. Houve o rompimento de barragem em Barcarena, no Pará (em fevereiro de 2018), e também o vazamento do mineroduto que liga Minas ao Espírito Santo (em Santo Antônio do Gramma, em março). Precisamos dar um basta nisso”, disse o presidente do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, Anivaldo Miranda, que defende “tirar da gaveta a Lei Nacional de Recursos Hídricos”.

O presidente do Fórum Estadual de Comitês de Bacias Hidrográficas, Marcos Vinícius Polignano, foi contundente na defesa de medidas imediatas. “Temos de denunciar o descaso da empresa com o meio ambiente. A Vale acabar com

barragens a montante (como as de Mariana, rompida em 2015, e a de Córrego do Feijão) é ótima notícia, mas é uma decisão que está três anos atrasada, no mínimo”, afirmou ele, que exige a recuperação do Rio Paraopeba, além do auxílio às vítimas da catástrofe. Já Winston Caetano, presidente do Comitê do Rio Paraopeba, alerta para o risco à saúde das pessoas com o consumo de água nas áreas atingidas. “Não é recomendável o uso nem para irrigação”, advertiu.

Fake news

Envolvidos nos resgates têm de lidar com atitudes irresponsáveis, que dificultam ainda mais o processo de busca por vítimas. Ontem, novo alerta foi feito pelo Corpo de Bombeiros em relação às notícias falsas. Segundo o tenente Pedro Aihara, porta-voz da corporação, os trabalhos estão sendo interrompidos para verificar informações mentirosas.

“Todas as vezes que recebemos informações sobre sobrevivente, com uma referência de ter sido encontrado, o que é situação muito difícil de ser verídica, a gente é obrigado a parar para averiguar a informação. Então, paralisamos os serviços.”

O comandante de salvamento especializado do Corpo de Bombeiros, capitão Leonard Farah, admitiu que a chance de encontrar sobreviventes é “praticamente zero”. “Os protocolos internacionais, principalmente os utilizados pela ONU e pelos israelenses, consideram que até sete dias depois da tragédia a gente poderia encontrar sobreviventes. Então, a chance é mínima”, disse.

Contabilidade da catástrofe

Confira os números do resgate em Brumadinho até a noite de ontem

99
óbitos

57
identificados

259
desaparecidos

393
localizados

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data:** 31/01/2019**Seção:** Política**Autor:** Ingrid Soares**Título:** Auxílio a pescadores e agricultores

O governo federal reafirmou ontem a liberação do seguro-defeso para os pescadores da região atingida pelo rompimento da barragem em Brumadinho (MG). Uma portaria também será publicada hoje, ampliando o número de agricultores familiares que vendem produtos ao Programa de Aquisição de Alimentos — destinado a comprar alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, para serviços atendidos pelo governo.

O porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros, reiterou que os ministérios da Economia e do Desenvolvimento Regional disponibilizaram R\$ 801,9 milhões para apoio emergencial às famílias afetadas em Brumadinho. Também haverá fiscalização prioritária de 3.386 barragens com maior potencial de risco, em ação feita pela Casa Civil.

O vice-presidente Hamilton Mourão afirmou que os ministros do Desenvolvimento Regional, Gustavo Canuto; do Meio Ambiente, Ricardo Salles; e de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**, se reunirão hoje com o presidente Jair Bolsonaro em São Paulo para tratar do caso Brumadinho. Bolsonaro se recupera da cirurgia de reconstrução do trânsito intestinal.

Também ontem, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a abertura de um processo para fiscalizar as providências da Agência Nacional de Mineração (ANM) no sentido de apurar causas e responsabilidades pelo rompimento da barragem. A proposta é do presidente da pasta, José Múcio. Ele lembrou que o órgão realizou uma auditoria nos processos de fiscalização e segurança nas barragens após o desastre em Mariana, em 2015. Em levantamento anterior, o tribunal já havia constatado falhas na atuação do departamento do governo que fiscaliza barragens. “Dada a gravidade da questão e a tragédia que nos assola atualmente, o acompanhamento contínuo é necessário”, afirmou.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou a criação de uma força-tarefa para fiscalizar, presencialmente, até maio, as barragens de cerca de 130 hidrelétricas. A fiscalização será realizada em parceria com agências estaduais de São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás, segundo o diretor-geral da Aneel, André Pepitone.

Devastação

De acordo com o Ibama, o rompimento da barragem em Brumadinho causou a destruição de pelo menos 269,84 hectares. Os rejeitos de mineração devastaram 133,27 hectares de vegetação nativa de Mata Atlântica e 70,65 hectares de Áreas de Proteção Permanente (APP) ao longo de cursos d'água atingidos. A análise foi realizada no trecho da barragem da Mina Córrego do Feijão até a confluência com o rio Paraopeba.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Política

Autor: Renato Souza

Título: Interlocutor da Vale é réu

Além de destruição na natureza e de famílias destroçadas, as tragédias de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, têm mais um fator em comum. O executivo Gerd Peter Poppinga, um dos representantes da Vale na interlocução da empresa com o governo, em relação ao desastre, é réu no processo que trata do desabamento, em 2015, da barragem operada pela Samarco. Ele também atuou nas duas companhias, ocupando cargos de gestão.

De acordo com o Ministério Público de Minas Gerais, Peter participou de duas reuniões que discutiram a segurança da barragem de Fundão, antes de o local ser palco da tragédia que deixou 19 mortos. No primeiro encontro, de acordo com a investigação, foi apresentada uma imagem que revelava o recuo da água na ombreira (paredão de terra) do dique 1, o que revelava “desconformidade com o projeto original”.

Na segunda reunião, o executivo foi avisado de cortes em andamento na empresa. No entanto, autorizou nova dispensa de pessoal, além de alterações no projeto de Fundão, como o “alteamento da barragem”. As obras estavam em curso no momento do rompimento. Ele é acusado de homicídio doloso, assim como outros réus no processo. A defesa ingressou com um recurso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) pedindo que o cliente seja responsabilizado por desabamento seguido de morte.

Reunião

A solicitação da defesa ainda não foi avaliada. Peter chegou a participar de uma reunião entre o presidente da Vale, Fábio Schvartsman, e **o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**. Em nota, a Vale informou “que o executivo Peter Poppinga assumiu a função de conselheiro da Samarco no início de 2015 e participou unicamente de duas reuniões do Conselho de Administração daquela empresa”.

A empresa disse ainda que “como representante da Vale naquele Conselho, jamais teve envolvimento ou interação com questões operacionais da Samarco, pois isso não era sua atribuição”. Com relação à participação do executivo na reunião com o ministro de Minas e Energia, a Vale alegou “que o seu papel não é de negociador, e que ele apenas integrou a comitiva na condição de representante institucional”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Política

Autor: Marta Vieira/Lucas Negrisoni

Título: Ordem é fechar barragens

Grandes mineradoras de ferro com barragens convencionais, classificadas por órgãos fiscalizadores com o mesmo nível de risco dos reservatórios que romperam em Mariana e Brumadinho, estão investindo em desativá-las. Entre as cinco maiores empresas do setor que atuam em Minas Gerais, além da Vale, três trabalham para o fim do uso das barragens — Mineração Usiminas, Grupo Gerdau e Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) — e uma, o grupo ArcelorMittal, já encerrou as atividades do único reservatório que mantinha na chamada Serra Azul de Minas.

Só ontem, a Vale anunciou a decisão de descontinuar 10 barragens construídas no modelo a montante, o mais simples e mais barato, que consiste no alteamento para aumentar a capacidade de armazenamento dessas estruturas feito sobre os rejeitos da mineração. O perigo das barragens está por todo o estado. São 357 reservatórios erguidos para receber milhares de toneladas de rejeitos de variados bens minerais acumulados por anos, de acordo com cadastramento da Agência Nacional de Águas (ANA).

Alívio

São mais de 430 municípios mineradores no estado, de acordo com estimativas do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), vinculado ao **Ministério de Minas e Energia**. Os planos das mineradoras de se desfazer dos reservatórios de rejeitos envolvem, inclusive, medidas para aliviar a pressão sobre as barragens a jusante, nas quais a elevação do nível de capacidade de comportar resíduos de minério é feita em apenas um nível e considerada menos danosa.

Para se livrar do risco das barragens, as empresas adotam, na exploração das minas, o chamado sistema de tratamento do material a seco, que consiste no empilhamento dos rejeitos, quase na forma de pó, sistema melhor controlado e

que elimina a possibilidade de rompimento e vazamento. Apesar de menos perigoso, pode contaminar o meio ambiente quando sujeito a ventos fortes e tempestades, se dispostas próximo a mananciais de água.

Filtragem

A Mineração Usiminas desativou duas barragens em Itatiaiuçú e pretende encerrar o reservatório que mantém em funcionamento na mesma cidade, no modelo a jusante com dique de argila compactada. A empresa pediu, em junho do ano passado, a licença ambiental para implantar sistema de filtragem com empilhamento de rejeitos a seco, orçado em R\$ 140 milhões.

O grupo siderúrgico Gerdau, por sua vez, desativou a Barragem Bocaina, de rejeitos de minério de ferro, em Ouro Preto e estuda a implantação de filtragem e empilhamento de rejeitos da Barragem dos Alemães, as duas estruturas construídas no modelo a montante. Mais quatro armações recebem águas pluviais e efluentes de drenagens das unidades de tratamento de minério e pilha de disposição de estéril, permitindo a sedimentação dos sólidos, antes de a água ser devolvida ao meio ambiente.

Fontes da CSN informaram que a siderúrgica está em processo de desativação, há cerca de dois anos, por meio de obras de drenagem, da Barragem de Fernandinho, em Congonhas, e paralisou os reservatórios do complexo de Pires, na divisa do município com Ouro Preto, que também serão descomissionados. Ao mesmo tempo, a empresa está investindo em sistemas para, a partir de meados deste ano, ter condição de reaproveitar todo o rejeito da Mineração Casa de Pedra e, assim, parar de pressionar a maior barragem da unidade, no modelo a jusante, que tem sido motivo de protestos da população e de multa aplicada por falta de adequação do reservatório.

*** Estagiário sob a supervisão de Rozane Oliveira**

- **Cadastro falho**

O mais recente Relatório de Segurança de Barragens (RSB), elaborado pela ANA, elenca 215 barragens catalogadas pelos órgãos fiscalizadores em Goiás. O estado segue a tendência nacional — segundo o mesmo relatório, somente 3% das cadastradas foram vistoriadas pelos 31 órgãos fiscalizadores. São cadastradas na ANA 24.092 barragens para os mais diversos usos, destacando-se irrigação, dessedentação animal e

aquicultura. Atualmente, 3.543 foram classificadas na categoria de risco e 5.459, com dano potencial. Dessas, 723 são consideradas críticas.

Mudança de placa

Na edição de ontem, o Correio mostrou as condições precárias do local de emergência, que pretende dar refúgio caso uma das duas barragens, localizadas em Paracatu, não aguarde a pressão. As instalações oferecidas pela empresa canadense Kinross Gold Corporation não passavam de uma igreja, três casas e uma placa que dizia: “ponto de encontro de emergência”. No mesmo dia, a empresa mudou a sinalização, mas a estrutura por trás continua a mesma. Em destaque, a nova placa busca orientar os moradores em um eventual acionamento da sirene. Sirene que os moradores da região dizem que ainda não foi instalada ou, pelo menos, a população não sabe da existência. (LV)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Política

Autor: Otávio Augusto

Título: Alerta máximo em Goiás

Apenas 2,5% das barragens de Goiás possuem licenciamento. De 9 mil reservatórios, somente 230 estão cadastrados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos (Secima). A estatística revela que quase 8 mil estruturas do tipo não são acompanhadas por nenhum órgão fiscalizador. Goiás pretende cadastrar os locais nos próximos dias. Por enquanto, não haverá punição, como multas, aos endereços que estiverem clandestinos.

Com estruturas comprometidas e quase sem instrumentos de fiscalização, o alto risco em barragens goianas preocupa o Executivo estadual. Após a tragédia em Brumadinho (MG), a Secima determinou que nove reservatórios sejam vistoriados até 8 de fevereiro. Nesses locais, o perigo é iminente.

O documento da Secima é categórico ao cravar a principal fragilidade: “Ausência de cadastro de barragens para reservação de água e de resíduos industriais no estado de Goiás e ausência de padronização de dados para reconhecimento da barragem”.

O estado tem quase 8 mil barragens, mas só as 200 maiores estão cadastradas

no Sistema Nacional de Segurança de Barragens da Agência Nacional de Águas (ANA). Desse total, apenas 11 receberam algum tipo de monitoramento nos últimos dois anos. Todo o estado possui dois fiscais, e eles não são capacitados para vistorias em reservatórios de rejeitos, por exemplo.

As situações mais urgentes estão nos municípios de Crixás, Catalão, Maracá, Niquelândia, Barro Alto, Caldas Novas, São Simão, Caçu e Rio Verde. O governo goiano pretende criar uma força-tarefa para inspecionar esses locais. O plano de ação descreve os passos a serem seguidos pela Secima: “Criar procedimentos para regularização de empreendimentos sem licenciamento ambiental e outorgas. Identificar os dados necessários para compor o check list para fiscalização”, frisa o texto.

A Secima, com o Corpo de Bombeiros e a PM Ambiental, criará cadastro e regularização de normas técnicas de represas no estado. “A regulamentação das barragens será baseada na legislação federal ambiental. Todos os empreendedores e proprietários de terra que possuam barragens serão convocados para o cadastramento, que começa em 12 de fevereiro.”

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Política

Autor: Lucas Valença

Título: Em Paracatu, mineradora bloqueia vias

Ao percorrer os cerca de quatro quilômetros de extensão da barragem de Santa Antônio, em Paracatu, a reportagem seguiu a estrada em direção ao norte da construção, mas foi impedida de passar. No local havia uma guarita, construída pela empresa canadense Kinross Gold Corporation, responsável pela mineração de ouro da região. O problema é que a via é pública. Ao informar ao segurança do local que estávamos em lugar público e que o ato contrariava o direito de ir e vir estabelecido pela Constituição Federal, o agente foi enfático. “Aqui é público, mas somente para moradores da região”, declarou por meio de um interfone instalado no local.

Após diversos esforços, o funcionário decidiu acionar os superiores que, aproximadamente 25 minutos depois, chegaram em uma caminhonete ao local. Eram três seguranças armados, sendo que um deles estava identificado com um crachá, preso no lado esquerdo do peito, com o nome Kinross.

Em um diálogo semelhante ao travado com o primeiro segurança, o agente privado reconheceu que a estrada era pública, mas que não poderia deixar passar por ser uma “área controlada”. Questionado sobre quem teria dado ordem, ele passou a responder uma única frase em sequência. “Eu não posso dar mais informações”.

Um dos representantes da Associação dos Produtores de Santa Rita, que, com medo, preferiu não se identificar, lamentou que as restrições impeçam a circulação de pessoas. Ele explica que a população que mora além da portaria tem permissão de ultrapassar a porteira, mas quem é de fora não tem mais acesso ao local tão facilmente. “Uma empresa visitante que está impedindo a passagem por uma estrada que deveria ser pública”, criticou.

A assessoria da Kinross Gold Corporation informou que os check points, como chamam os bloqueios, foram acordados em uma “ação conjunta definida pela empresa e as comunidades locais, com conhecimento das autoridades competentes”. A multinacional também ressaltou a razão das instalações de quatro destas portarias. “Foi o alto índice de criminalidade (furtos e roubos contra a comunidade e a empresa)”, afirmou em nota.

“A colocação dos check points foi aprovada pelas partes, com o propósito de promover o bem coletivo e inibir a ação criminosa nas proximidades, não apenas na empresa, como também nas propriedades rurais do entorno”, enfatizou o documento.

Sem resposta

Até o fechamento da edição, no entanto, a empresa não havia enviado cópia do acordo firmado. Procuradas, a Câmara Municipal e a Prefeitura da cidade não responderam aos questionamentos. Não explicaram se houve autorização para que a empresa bloqueasse vias públicas. Também não esclareceram a razão pela qual a Kinross se tornou responsável pela segurança do local e pelo controle da via. O Ministério Público Federal da região informou que “nenhum procedimento relativo a essas condutas foram canceladas pelo MP”.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Política

Autor: João Vitor Marques/Deborah Lima/Pedro Lovisi

Título: Policiamento é reforçado

Para restabelecer a sensação de segurança em Brumadinho, a Polícia Militar

(PM) deslocou 400 policiais para patrulhamento em 16 pontos da área rural e no perímetro urbano da cidade. Na segunda-feira, um casal foi preso tentando saquear uma casa no Bairro Parque da Cachoeira. De acordo com a PM, outras duas pessoas conseguiram fugir. No local, três motos foram apreendidas, uma delas roubada. Com a chegada dos militares, o município passou a contar com 950 policiais. “O policiamento estará ativo até que a ordem pública seja restabelecida”, afirmou o major Flávio Santiago, da PM.

Segundo o major, não há falta de materiais necessários para a ação dos militares. A polícia também faz o cercamento da área de resgate do Corpo de Bombeiros. “Quem tem expertise para trabalhar nas zonas quentes é o Corpo de Bombeiros Militar. Somente esses profissionais vão trabalhar, isso para que não tenhamos acidente com quem não tem preparação exigida nessas áreas”, explicou o Flávio Santiago.

O porta-voz do Corpo de Bombeiros, tenente Pedro Aihara, desmentiu informações de que os bombeiros teriam sido intoxicados com a lama dos rejeitos. Ele explicou que as náuseas sentidas pelos oficiais nos últimos dias são provocadas por efeito colateral de antibióticos. De acordo com Aihara, toda água desconhecida pelo Corpo de Bombeiros é tratada como poluída. Assim, antes das buscas, é necessário que os agentes tomem medicamentos para prevenção de leptospirose, que podem provocar náuseas.

A corporação ainda informou que, de acordo com os dados da Vale fornecidos às autoridades, os rejeitos da Mina Córrego do Feijão não são tóxicos. O tenente alertou à população que a medicação com antibióticos como forma de prevenção contra a leptospirose deve ser restrita aos bombeiros, que ficam expostos ao risco por muitas horas. No caso de populares, a indicação é procurar médicos antes de tomar qualquer remédio.

Ontem, as buscas se iniciaram pouco antes das 7h. Como a lama está mais seca, é mais fácil se locomover na chamada “área quente”, região em que os resgates se concentram. Fica mais difícil, entretanto, escavar e buscar em profundidades maiores. “À medida que o tempo vai passando, o rejeito começa a ficar mais solidificado. Torna-se mais fácil andar, mas mais difícil de cavar. Então, entram mais retroescavadeiras e escavadeiras no terreno para facilitar esse trabalho, porque a chance de sobrevivência vai diminuindo”, completou Aihara. As escavadeiras, entretanto, não chegaram à “área quente” e atuaram nas regiões limítrofes.

*** Estagiários sob supervisão da subeditora Rachel Botelho**

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 31/01/2019****Seção: Política****Autor: Renan Damasceno****Título: Prejuízo para agricultores**

Da horta de onde saíam até três caminhões cheios de verduras todos os dias para abastecer mercados e sacolões da Região Metropolitana de Belo Horizonte sobraram apenas alguns pés de alface. Dos 22 hectares de terra, dos quais 15 cultiváveis, mais de 90% foram varridas pela lama da barragem do Córrego do Feijão.

No terreno às margens do que antes era um bonito vale, cortado por um córrego, plantava-se de tudo: salsa, cebola, alface-americana, agrião, espinafre, tomate e jiló, que garantiam o sustento de 10 famílias, pouco mais de 30 moradores do Parque da Cachoeira, uma das comunidades mais atingidas pela lama.

“Aqui, acabou. Perdemos tudo que plantamos e não sabemos como vai ser, já que o solo está cheio de lama da mineração”, lamenta o distribuidor de hortaliças Antônio Francisco de Assis, conhecido como Tônico. “Não tem água nem para molhar. Se tivesse água, quando crescesse poderíamos plantar mais, mas não temos mais nada”, completa o irmão, Sadi Barbosa.

A região de Brumadinho é um importante centro de fornecimento de hortifrutigranjeiros para a Ceasa de Minas Gerais. Em 2018, o município forneceu 13,4 mil toneladas, equivalente a 0,9% da oferta total do entreposto. O valor estimado de comercialização da cidade no Ceasa foi de R\$ 17,8 milhões só no ano passado. Os agricultores ainda não conseguem quantificar os prejuízos com o derramamento de lama.

Uma das líderes do movimento dos produtores, Adriana Aparecida Leal Nunes, 29 anos, ainda tem na memória tudo que aconteceu desde o rompimento da barragem. Ela e outros trabalhadores escaparam da lama por questão de segundos. “Eram aproximadamente 12h50, estava no escritório anotando pedidos de verduras, quando a energia caiu. Saí e me sentei perto da horta. Escutei pessoas próximas ao local gritando que a barragem havia estourado. Em questão de segundos, a gente conseguiu sair. Fomos para um ponto alto da horta e só vimos uma tragédia imensa. Era a nossa horta, nossas plantações, nosso sonho, ficou tudo embaixo da lama”, disse.

O impacto também foi sentido na comunidade do Córrego do Feijão, a primeira a ser afetada pelo desastre. “Nossa horta abastecia bancas, supermercados, sacolões de BH. Plantávamos alface, rúcula, couve, mostarda, coentro, alecrim, tudo o que existe de folha. Foi tudo embora. Foi ponto final. Acabou tudo”, conta Ademílson Custódio, 53.

Museu de Inhotim permanece fechado

Maior museu a céu aberto do mundo, o Instituto Inhotim, em Brumadinho (MG), anunciou ontem que decidiu adiar a reabertura do parque, prevista inicialmente para amanhã, por causa do rompimento da barragem do Córrego do Feijão, na sexta-feira passada. Em nota, a entidade informou que sofreu impactos diretos da tragédia, uma vez que, dos cerca de 600 funcionários que emprega, 80% moram na região. Desses, 41 têm familiares desaparecidos ou com óbito declarado, e os demais procuram por amigos e pessoas conhecidas. “A data de reabertura será comunicada assim que o Instituto avaliar o momento propício para abrir as portas novamente aos visitantes”, diz o comunicado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Política

Autor: Marcia Maria Cruz

Título: Nem aviso nem sirene

Sobreviventes da tragédia de Brumadinho contaram os horrores que viveram nos minutos que se seguiram ao rompimento da barragem da Mina Córrego do Feijão, no dia 25. Ontem, eles prestaram depoimento na Delegacia Especializada em Investigação de Crimes Con **Correio Braziliense** tra o Meio Ambiente (Dema). O operador de máquinas da Vale William Isidoro de Jesus, que escapou por um triz da onda de rejeitos, afirmou que não soou nenhum alarme. “Nos treinamentos, a orientação era a sirene tocar e a gente seguir pelas rotas de fuga. Mas não teve aviso nem sirene. Estava na máquina trabalhando, quando vi a lama chegando perto de mim. Parecia cena de filme”, disse.

“A gente ia fazer o serviço, acompanhando os terceirizados. Mas, antes mesmo de começar, ouvi um estrondo. Pensei que fosse trem que tivesse descarrilado, mas, quando cheguei para avistar, vi a lama. Eu e um colega meu tentamos fugir, mas não deu tempo. A lama cercou e jogou a caminhonete para cima”, contou o operador mantenedor de saneamento da Vale Elias de Jesus Nunes.

Vestido camisa estampada com a palavra life, vida em inglês, Elias estava muito abatido, mas com a certeza de que testemunhou um milagre. A força da lama

descarrilou os vagões do trem da Vale. Alguns ficaram retorcidos, mas o carro onde estavam não sofreu avarias. Da forma como a caminhonete foi levada pela lama, ele não duvida das mãos de Deus, que o salvou e ao colega Sebastião. “A lama misturada com terra pegou a caminhonete por baixo e a levantou”, completou. Elias e Sebastião ficaram ilhados. Com rejeitos por todos os lados, eles tiveram que ser resgatados pelo helicóptero dos bombeiros.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Política

Autor: Paulo Galvao

Título: Luto atinge até os coveiros

Discretos, como convém à profissão, os coveiros de Brumadinho não são muito de expressar sentimentos. Porém, em conversas com a reportagem, mostraram a tristeza de saber que, em breve, vão enterrar amigos e vizinhos, além de conhecidos. “Vocês não sabem a dor que estamos sentindo. Também perdemos gente querida, mas é nosso trabalho, e temos de passar por cima”, afirma João Batista Serafim Brandão, que não é funcionário do mais antigo cemitério da cidade, mas se voluntariou para ajudar nesse momento crítico.

Ontem, ele ajudava Atenagos Moreira de Jesus, que há 20 anos é o responsável por abrir e fechar túmulos em Brumadinho. Apesar de toda a experiência, o titular não escondia a tristeza com tudo o que ocorreu desde sexta-feira — até ontem, havia sido confirmada a morte de 99 pessoas em decorrência da tragédia. “A gente fica um pouco nervoso com todo este movimento, o barulho de helicópteros o dia todo buscando corpos. Tem hora que dá vontade de chorar, somos de carne e osso como todo mundo, mas temos de nos manter firmes e fortes”, disse Atenagos.

Como praticamente todos em Brumadinho, eles têm ligação grande com as mineradoras. João Batista trabalhou na própria Vale e chegou a ajudar a construir a barragem de rejeitos que se rompeu há sete dias. “Nunca pensei que fosse acontecer uma coisa dessas. Que Deus conforte as famílias e que Brumadinho volte a ser uma cidade feliz, boa para se viver”, desejou o coveiro, que não perde as esperanças de que mais sobreviventes sejam resgatados.

Já o companheiro momentâneo de trabalho também torce por um milagre. Um primo e um amigo que estavam próximos da barragem no horário do

rompimento conseguiram escapar “por pura sorte”. Já alguns conhecidos continuam desaparecidos, com poucas chances de sobrevivência, segundo os próprios bombeiros. “As pessoas têm de suportar, o sofrimento faz parte da

vida”, disse Atenagos, resignado.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Economia

Autor: Hamilton Ferrari/Gabriel Ponte

Título: Minério de ferro sobe, e Vale salta 9% na bolsa

Por mais que o desastre em Brumadinho (MG) tenha causado perdas humanas irreparáveis e grande impacto ambiental, a Vale voltou a ter força no mercado financeiro. Ontem, as ações da companhia subiram 9% na Bolsa de Valores de São Paulo (B3), cotadas a R\$ 46,70 no fechamento. Ou seja, desde o pregão que levou os papéis a caírem quase 25%, na última segunda, a mineradora já recuperou em R\$ 4 — o que equivale a um ganho de 10,2%.

A decisão da companhia de suspender em até 10% a produção de minério de ferro gerou um efeito internacional positivo para as empresas do setor. Com a menor oferta da commodity no mundo, até as empresas concorrentes da Vale se beneficiaram com o anúncio, realizado na última terça-feira. As ações da Cleveland-Cliffs subiram 17,30% em Nova York. A Rio Tinto e a BHP tiveram alta de 0,7% e de 2,1%, respectivamente.

A reação ocorreu após grande elevação dos preços do minério de ferro no mercado internacional — provocada, em grande parte, justamente pelo corte de produção da Vale. Somente ontem, a cotação futura da commodity na China subiu 5,6%, saindo de US\$ 79,5 para US\$ 87,2. O país asiático é o maior importador do minério do Brasil, maior exportador mundial do produto. A Vale é a principal empresa desse mercado e uma das maiores do mundo. A valorização das ações da companhia impulsionou a alta de 1,42% do Ibovespa, principal indicador da B3, que avançou para 96.996 pontos. O dólar, por sua vez, encerrou o dia em queda de 0,35%, negociados a R\$ 3,708 na venda.

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, disse que as especulações “explodiram” o preço da commodity. “Faz parte do jogo, mas é extremamente exagerado”, disse. “Serão 40 milhões de toneladas que deixariam de ser produzidas, o que corresponde a US\$ 2 bilhões. O Brasil exportou 390 milhões de toneladas em 2018. Teoricamente, cairia para

350 milhões. Não significa que haverá perda de receita, ainda mais com a alta nos preços”, completou.

Além disso, o especialista avalia que é difícil saber se o Brasil perderá mercado internacional para outros concorrentes, como Índia e Austrália. “O que deve acontecer é que, no primeiro momento, esses dois países vão suprir parte de mercado. Mas, hoje, a economia mundial está desacelerando. Vemos isso na China, principalmente, o que pode levar o país a comprar menos minério”, destacou Castro.

A Vale é considerada uma empresa robusta e as multas e indenizações que deve ser obrigada a pagar em consequência da tragédia de Brumadinho, não devem colocar a companhia de joelhos. A maior parte da produção de minério de ferro da Vale não fica entre as barragens que serão desativadas mas, sim, em Carajás, no sudeste do Pará, estado que, após a criação do complexo minerador, viu a produção da commodity subir para 230 milhões de toneladas ao ano.

Renan Silva, economista da BlueMetrix Ativos, avalia que, a princípio, a empresa saiu “do fundo do poço”. “Há um temor em relação às ações judiciais que estão sendo abertas nos Estados Unidos e no Brasil, além de outras sanções, mas apesar do acontecimento, o mercado percebeu que foi exagerada a queda de 25% das ações na última segunda-feira”, disse. “Devemos ter desdobramentos e penalidades, mas que não vão mudar significativamente o patamar do preço de mercado da empresa. Ou seja, a Vale terá volatilidade, mas a fase de grandes traumas de preços de mercado será diluída”, acrescentou.

****Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo***

- **Fed empurra Bolsa e faz dólar cair**

O Federal Reserve (Fed, banco central dos EUA) decidiu manter as taxas de juros norte-americanas no intervalo entre 2,00% e 2,25% em sua primeira reunião do ano. Segundo Pablo Spyer, diretor de Operações da Mirae Asset, a notícia, apesar de esperada, contribuiu para os ganhos, no fim do pregão, da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), e para a queda do dólar diante do real. Estável durante a maior parte da sessão, o dólar fechou cotado a R\$ 3,708 para venda, o menor valor em 20 dias, com queda de 0,35%. Mais do que a manutenção dos juros, influenciou o mercado a afirmação do presidente do Fed, Jerome Powell, de que a autoridade monetária será “paciente” antes de definir novos aumentos dos juros.

Processos na Justiça

A Vale afirmou que pretende se resguardar “de forma vigorosa” de uma ação judicial coletiva nos Estados Unidos movida pelo escritório Rosen Law. O presidente da companhia, Fábio Schvartsman, e o diretor executivo de Finanças e Relação com Investidores, Luciano Siani Pires, são acusados no processo. Em nota, a mineradora ainda disse que a “reclamação requer indenização por danos ainda não especificados”, o que, segundo a companhia, impossibilita a previsão de qualquer desfecho para a questão.

A ação coletiva afirma que a Vale apresentou, em abril passado, à reguladora do mercado de capitais americana (SEC, na sigla em inglês), um documento assinado por Schvartsman e Siani garantindo que a empresa estava empenhada na manutenção de locais de trabalho seguros, além de atuar para diminuir prejuízos ambientais. A intenção, à época, era reparar danos provocados pelo rompimento da barragem em Mariana (MG), em 2015. De acordo com a Rosen Law, os comunicados da Vale “eram materialmente falsos e/ou enganavam, porque não levavam em consideração fatos adversos inerentes às operações da empresa, “que eram conhecidos pelos acusados ou descartados de forma imprudente por eles”.

Também ontem, um grupo de acionistas minoritários ingressou na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) solicitando a abertura de inquérito contra a companhia por não contabilizar, nos relatórios de riscos de negócios, a ameaça ambiental que seus empreendimentos continham. Segundo os acionistas, a mineradora falhou ao não emitir amplas informações aos investidores em relação aos riscos, além de impactos ambientais. O documento também abarca os riscos dos empreendimentos da mineradora nos estados do Pará e Maranhão. O texto também solicita, à CVM, a apuração do assunto em torno da responsabilidade da mineradora e do ocultamento de informações requisitadas em lei. (GP)

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Opinião

Autor:

Título: Chega de desmandos

Visão do Correio

Desde o rompimento da barragem da mina da Vale em Brumadinho, Minas Gerais, que deixou pelo menos 100 mortos, o governo federal vem se movimentando para anunciar medidas no sentido de reforçar a fiscalização no setor de mineração. De nada, porém, adiantará todo esse empenho se os órgãos responsáveis por garantir o cumprimento da legislação continuarem esvaziados e, pior, entregues a indicados de políticos.

Como bem ressalta o procurador do Ministério Público Federal junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), Júlio Marcelo de Oliveira, ao longo dos últimos anos, imperou o descaso. O governo assistiu, impassível, ao sucateamento do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), agora transformado em Agência Nacional de Mineração. E, no caso das agências reguladoras, optou por entregar cargos importantes para apadrinhados de deputados e senadores.

Se mantiver esse expediente, a retórica ficará vazia. Novos desastres como os de Mariana e Brumadinho se repetirão constantemente. Basta olhar os alertas que vêm sendo dados pelo TCU. Os responsáveis por administrar o país preferiram não dar ouvidos e o resultado, ao qual o país assiste atônito, é o maior acidente trabalhista da história. A mina da Vale em Brumadinho é apenas uma das milhares que estão espalhadas Brasil afora.

O momento exige uma intervenção muito incisiva do governo nos órgãos de fiscalização, não apenas dotando-os de técnicos capacitados e de recursos tecnológicos, mas também limpando quaisquer resquícios de indicações políticas. As barragens não se rompem de uma hora para outra. Muitos sinais são enviados. Mas, quando não se tem um corpo técnico capacitado para entender os avisos, as tragédias acabam se tornando rotineiras. Vidas se perdem, e famílias são destruídas.

Ciente dessas fragilidades, as empresas acabam deixando de lado compromissos importantes com a segurança de seus trabalhadores e da população. Sabem que, sem estruturas adequadas, o governo nada poderá fazer. O poder econômico se beneficia, ainda, da cooptação das agências reguladoras. Os políticos indicados se rendem aos interesses privados, praticamente rasgando os compromissos com a sociedade. Um prato cheio para a corrupção.

Quem conhece os meandros de Brasília tem a exata noção de que órgãos de fiscalização fracos facilitam os malfeitos. Quantos escândalos foram revelados nos últimos anos sem que ninguém fosse punido: construções em reservas ambientais, minas exploradas sem as mínimas regras de segurança, terras da União sendo griladas, obras superfaturadas? Esse Brasil do atraso, contudo, não pode mais imperar. As imagens chocantes de Brumadinho e as lágrimas

derramadas por familiares de vítimas devem nos servir de lição. Chega de desmandos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 31/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Adriana Bernardes

Título: Não se omita

Seis quadras separavam o drama vivido por duas mulheres do Distrito Federal massacradas, ano após ano, pela violência doméstica. O sofrimento delas chegou ao fim quando os agressores, os homens com quem eram casadas, decidiram que elas não mereciam mais viver. Antes de ser assassinada com cerca de seis tiros, Diva Maria Maia da Silva, 69 anos, ainda viu o filho, Régis, ser baleado três vezes no peito. Quem apertou o gatilho foi Ranulfo do Carmo, marido de Diva, pai de Régis.

Três dias depois, outra vítima agonizou: Veiguima Martins, 56, foi esfaqueada pelo marido José Bandeira da Silva que, segundo a polícia, em seguida, colocou fogo no apartamento. O corpo dela ficou carbonizado no quarto. Ele ainda foi resgatado com vida na sala e morreu minutos depois.

A violência contra a mulher é um crime com diferentes nuances. Pode começar com uma resposta grosseira, avançando para o constrangimento, a intimidação, a ameaça verbal, a agressão física e o assassinato. É fruto de uma sociedade machista, que acredita e aceita como natural o comportamento masculino de tentar, a qualquer custo, manter o sexo feminino subordinado a eles.

É dever de todos nós, homens e mulheres, criar um ambiente de respeito e segurança para elas: para as meninas que ainda vão nascer; para as que acabaram de abrir os olhos; para as que correm soltas pelos parquinhos de areia; para as que estão descobrindo o primeiro amor; para que estão prestes a subir ao altar e para as que estão com 60 ou mais.

Até quando nós, individualmente e como parte da sociedade, toleraremos a

violência contra a mulher? Esse crime não é um problema do casal. Não é um assunto para ser resolvido entre quatro paredes. Não é um drama familiar, no qual os vizinhos e amigos não devem se meter. Não se omite. Denuncie: Central de Atendimento à Mulher: 180. Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM): 3207-6195.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: O imbróglio da cessão onerosa

Há uma grande expectativa no governo em torno da receita que será obtida com o leilão do petróleo excedente dos campos da cessão onerosa, pois ela vai definir a programação orçamentária deste ano. O primeiro aspecto que precisa ser entendido é que a montanha de dinheiro do megaleilão não será usada para novas despesas, pois a União está submetida a um teto de gastos. Os recursos serão utilizados, portanto, para reduzir o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central), programado em R\$ 139 bilhões em 2019.

Uma questão que ainda não foi esclarecida é quanto a União pagará à Petrobras. Dependendo do valor, o volume de recursos que ingressará no Tesouro com o leilão do excedente do petróleo poderá ser bem menor do que muitos imaginam. Para entender a questão, vale lembrar que a União recebeu, em 2010, R\$ 74,8 bilhões da Petrobras pela cessão de 5 bilhões de barris do pré-sal.

O contrato assinado previa revisão do valor pago pela empresa no momento da declaração de comercialidade dos campos de petróleo, o que ocorreu entre 2013 e 2014. Até hoje, a revisão não foi concluída, mas há um entendimento de que a Petrobras é credora, ou seja, de que pagou mais pelos 5 bilhões de barris do que deveria.

Pagamento com petróleo não afeta meta fiscal e teto

Assim, a estatal do petróleo seria credora da União. O valor a ser devolvido ainda depende da avaliação que está sendo feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Durante a transição de governo, no ano passado, a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, recebeu um documento da equipe do ex-presidente Michel Temer no qual se informava que a Petrobras teria até US\$ 14

bilhões a receber da União, como noticiou o **Valor** - algo como R\$ 52 bilhões pela taxa de câmbio de ontem.

Fontes informaram que essa seria a quantia máxima e que o valor final dependeria do entendimento do TCU. Se, por hipótese, o ressarcimento à Petrobras ficar mesmo em R\$ 50 bilhões, a quantia que sobraria para a União seria de R\$ 76 bilhões, pois a arrecadação estimada com o leilão é de US\$ 34 bilhões (R\$ 126 bilhões pelo câmbio de ontem), de acordo com projeção feita pela equipe de Temer.

No ano passado, o ministro Paulo Guedes manifestou o desejo de dividir parte da quantia que caberá à União com os Estados e municípios. O ministro não chegou a informar o valor que seria destinado aos governos estaduais e às prefeituras, embora o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), tenha lutado ardorosamente por 20% do montante da União.

Duas questões paralisaram a negociação. A primeira foi que o repasse do dinheiro do leilão aos Estados e municípios não foi excluído do teto de gastos da União, instituído pela emenda constitucional 95. Ou seja, o repasse é uma despesa da União que está submetida ao teto. Assim, não haveria espaço no Orçamento para a transferência dos recursos.

Muitos governadores alegaram que a lei que autorizasse a partilha do dinheiro do megaleilão poderia determinar que os recursos fariam parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), que estão excluídos da regra do teto. Alguns técnicos argumentaram que a transferência aos governos estaduais e prefeituras poderia ser feita por meio de crédito extraordinário, o que também foi excluído do teto.

A segunda questão é como pagar a Petrobras, sem ferir o teto de gastos e agravar a situação fiscal. Em primeiro lugar, a União terá que reconhecer que tem uma dívida com a estatal do petróleo, ou seja, reconhecer um passivo com a Petrobras. A dívida não está registrada pelo Banco Central. O governo vai, portanto, amortizar um débito, que é, do ponto de vista orçamentário, uma despesa de capital.

Como essa dívida será paga? O governo poderá fazê-lo em dinheiro, em títulos ou em petróleo, se o projeto de lei 78/2018, que tramita no Senado, for aprovado. O projeto já passou pela Câmara dos Deputados. O pagamento terá impacto no resultado primário? Está sujeito ao teto de gastos?

Há um texto disponível na internet, de autoria de Antonio Carlos Costa d'Ávila Carvalho Júnior, que discute as três hipóteses de pagamento. O autor é professor de orçamento público e gestão fiscal e consultor da Câmara dos

Deputados. Se o pagamento for feito em dinheiro, haverá impacto sobre o teto de gastos, afirma D'Ávila. Ou seja, é uma despesa que entrará no Orçamento, disputando espaço com as demais despesas da União.

Como é um gasto, com impacto no caixa único do Tesouro Nacional, o pagamento em dinheiro afetará negativamente o resultado primário. Haverá um aumento da dívida líquida do governo federal, em razão da redução do saldo das disponibilidades na conta única. Em outras palavras, a operação agravará o déficit primário da União. O impacto fiscal e a limitação do teto tornam, portanto, o pagamento em dinheiro inviável.

Se o passivo junto à Petrobras for quitado por meio da emissão direta de títulos públicos, D'Ávila diz que haverá um aumento da dívida líquida do governo federal, em razão do aumento do saldo do passivo "dívida mobiliária federal interna" e da "não redução" de qualquer outra obrigação. Ou seja, a operação afetará o resultado primário, com agravamento do déficit. Mas não afetará o teto de gastos, pois não haverá emissão de ordem bancária pelo Tesouro para o pagamento.

Efetuar a quitação da dívida junto à Petrobras com "barril de petróleo" significa dizer, segundo D'Ávila, que o pagamento será efetuado mediante cessão, à estatal, do direito de pesquisa e lavra de determinada quantidade de petróleo em campos do pré-sal. A operação terá impacto neutro no resultado primário, pois não haverá variação no saldo da dívida líquida do governo federal. "Na realidade, a operação envolveria uma receita primária (cessão onerosa) e uma despesa primária (pagamento da dívida), resultando no impacto primário neutro", diz o texto.

Para D'Ávila, não haveria também impacto no teto de gastos, pois, para fins de mensuração do teto, "registra-se a despesa primária quando da emissão da Ordem Bancária (OB)". Neste caso, não haverá emissão de OB.

Todas estas questões estão sendo discutidas com o TCU, que dará a palavra final.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/01/2019****Seção: Brasil****Autor: Estevão Taiar | De São Paulo****Título: Após avanço de 0,01% neste mês, IGP-M deve continuar comportado em fevereiro**

O Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) de fevereiro deve acelerar na comparação com janeiro. Mas a tendência é que seja um número "historicamente baixo para o mês" e em linha com uma inflação anual de 4,25% - a meta estabelecida para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, o indicador oficial de inflação). A avaliação é de André Braz, economista da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Em janeiro, o IGP-M teve alta de 0,01% em janeiro, após deflação de 1,08% no mês anterior. No acumulado de 12 meses, o indicador (referência para o reajuste do aluguel) recuou de 7,54% para 6,74%.

Para Braz, a tendência é que, passadas as turbulências eleitorais, o câmbio fique mais comportado em 2019, em contraste com as oscilações vistas até o fim do ano passado. Isso deve levar a uma pequena elevação do IGP-M no mês que vem, com o indicador subindo no máximo 0,2%. Ele lembra que o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), responsável por 60% do indicador principal, é fortemente influenciado pelo câmbio. Ainda assim, como vem de deflação de 0,26% em janeiro, a tendência é que o índice apresente alguma aceleração no mês que vem.

Já o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), responsável por 30% do IGP-M, deve seguir caminho oposto e desacelerar, passado o impacto principal do reajuste das mensalidades escolares.

Braz é cauteloso em relação aos desdobramentos do rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (Minas Gerais). Apesar da alta recente do preço do minério de ferro, ele crê, por enquanto, que o impacto será apenas pontual.

Para o restante do ano, de acordo com o economista, as perspectivas também são favoráveis. Ele afirma que o câmbio deve se manter em grande parte estável. "Não vejo, por exemplo, o dólar acima de R\$ 3,90. Pode ficar acima disso em alguns momentos, mas não será um evento permanente", o que diminui eventuais impactos sobre os preços finais.

A economia em recuperação pode levar a alguma aceleração da inflação, com os empresários se sentindo confortáveis para aumentar alguns preços, mas sem riscos de fortes altas.

Ainda assim, Braz acredita que é cedo para que o Banco Central diminua a taxa básica de juros, atualmente em 6,5% anuais. Para ele, antes que a Selic seja alvo de novos cortes, é preciso que fique mais evidente não só a chance de aprovação da reforma da Previdência, mas também o alcance dessa reforma.

Na avaliação do Bradesco, o IGP-M deve continuar acelerando nos próximos meses. Em relatório, a equipe econômica do banco destaca que "a depreciação cambial verificada" anteriormente impulsionou o preço de produtos químicos, fazendo com que o núcleo do IPA industrial "acelerasse, voltando ao campo positivo".

Já a elevação do IPC (outro subindicador do índice) de 0,04% em dezembro para 0,58% em janeiro é uma "tendência que deverá ser observada também" no IPCA deste mês.

Em sentido oposto, a instituição financeira afirma que a deflação da gasolina deve ficar mais intensa "nas próximas divulgações, diante dos anúncios recentes de reajustes para baixo da Petrobras ". Em janeiro, o preço do combustível caiu 3,53%.

A GO Associados também espera alta maior dos IGPs de fevereiro, em razão da aceleração da inflação dos alimentos e da menor deflação da energia elétrica.

Ainda assim, a consultoria afirma que o resultado menor do que o esperado divulgado ontem "deve beneficiar" o recuo dos juros futuros ao longo do dia.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	31/01/2019
Seção:	Brasil
Autor:	
Título:	Curtas

Energia recorde

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) registrou ontem novo recorde de carga no Sistema Interligado Nacional (SIN). Segundo o órgão, a máxima do sistema chegou a 90.525 megawatts (MW) às 15h50. A marca anterior era de 89.114 MW, em 23 de janeiro. Foi o quinto recorde de carga no sistema brasileiro em janeiro. "Os recordes se devem às altas temperaturas registradas no país", informou o ONS, em nota.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/01/2019****Seção: Opinião****Autor: Alexandre Street****Título: O mercado elétrico e a reestruturação institucional**

O modelo operativo atualmente em vigor no setor elétrico brasileiro tem como pressuposto a coordenação centralizada dos recursos energéticos pelo Operador Nacional do Sistema, o ONS, através de custos auditados. Esse modelo teve papel fundamental nos anos 1990, quando descobríamos os benefícios da gestão integrada de recursos hídricos em um sistema com ampla diversidade e complementaridade de regimes hidrológicos. No entanto, desde o fim do racionamento, início dos anos 2000, a implementação de um mercado por ofertas é cada vez mais reconhecida como a solução pró eficiência para o esgotamento do atual modelo setorial.

O modelo atual, onde todos os dados e visões de futuro são geridos de maneira centralizada, vem se mostrando, crise após crise, incapaz de reagir em tempo hábil às adversidades climáticas, físicas, econômicas e políticas. Mesmo após ampla reforma regulatória promovida em 2004, a ausência de incentivos para a eficiência operativa e a falta de coerência na responsabilização dos agentes por suas ações e precisão na informação de dados técnicos permaneceram, em grande parte, inalterados. E, apesar das inúmeras demonstrações de esgotamento do modelo centralizado e do crescente clamor por um modelo mais coerente com os incentivos de mercado, ainda assim pouco se avançou no debate técnico sobre essa transição.

Não existe uma discussão objetiva e técnica no setor acerca de propostas práticas para um mercado por ofertas que considere as peculiaridades do setor elétrico brasileiro. E, ao contrário do que se diz por aí, a experiência internacional pode nos ajudar muito. A ausência de uma massa crítica de pessoas realmente qualificadas para abordar e endereçar essas discussões é uma grande lacuna. Contudo, a academia não vem preparando os recursos humanos para esta discussão e mantém currículos desatualizados para enfrentar essa nova realidade, onde conceitos da economia e da engenharia se misturam de maneira indissociável. As empresas tampouco realizam grandes investimentos na academia para aumentar o nível técnico do setor; diferente dos países desenvolvidos, onde a parceria indústria-academia já se confirmou o

principal substrato para a transição entre modelos. Já as entidades setoriais e governamentais estão, em sua maioria, tomadas por vícios e visões antigas que impedem as mais óbvias e necessárias atualizações de quadro e estrutura, geralmente por culpa da burocracia e do protecionismo institucional.

Não obstante, reside na atual estrutura hierárquica das instituições setoriais um dos maiores obstáculos para que essa discussão ocorra - e o status quo possa ser questionado por mecanismos internos do próprio setor. A atual estrutura foi organizada com o passar do tempo justamente para impedir a ampla discussão. Além disso, uma segunda consequência dessa estrutura organizacional protecionista é o isolamento institucional e grande redução de eficiência na interação entre entidades que deveriam trabalhar em forte cooperação.

O modelo atual vem se mostrando incapaz de reagir em tempo hábil às adversidades climáticas, econômicas e políticas

Alguns exemplos interessantes de grandes ineficiências são facilmente identificáveis. O primeiro ocorre na completa separação entre o ONS (Operador Nacional do Sistema), responsável por operar o sistema elétrico de maneira eficiente, e o planejador, responsável por projetar o sistema para que o primeiro possa desempenhar o seu papel da melhor forma possível. A despeito de como esses dois agentes realizam suas tarefas, utilizando resultados de um mercado ou de maneira totalmente centralizada, o princípio geral evidenciado na definição desses dois órgãos já nos indica que eles deveriam caminhar juntos - afinal de contas, o operador tem a informação que o planejador precisa e o planejador planeja para usufruto do operador. Contudo, atualmente temos uma total separação entre os dois agentes, resultando em dados, critérios e uma descoordenação entre a expansão e a operação.

Um segundo exemplo decorre da ausência de liberdade do operador para escolher os seus modelos computacionais de operação. Na contramão da experiência internacional e do bom senso, o fornecimento dos modelos computacionais que o operador deve utilizar para otimizar o uso dos recursos energéticos é de monopólio do Cepel (Centro de Pesquisas de Energia Elétrica), braço de estudos da Eletrobrás e que não responde ao ONS.

Essa restrição, além de criar as ineficiências típicas que qualquer reserva de mercado produz, impede qualquer política efetiva de responsabilização ou premiação do ONS por eficiência e coerência no uso dos recursos energéticos. Neste cenário, onde a responsabilidade pelas ineficiências está espalhada entre

várias instituições, ninguém é 100% responsável por nada. O resultado nós conhecemos bem: muitos ganham pelos motivos errados, a conta vai para o consumidor e os beneficiários lutam pela manutenção do status quo.

A implementação de um mercado traz consigo a possibilidade de um ganho sistêmico de grandes proporções com a reorganização das instituições e realinhamento de seus papéis e incentivos. A CP 33 (consulta pública de 2017 que trata da modernização das regras do setor elétrico brasileiro) colocou na mesa essa e muitas outras importantes discussões. Temos agora uma janela de oportunidade única neste início de governo para iniciarmos as mudanças. Mas precisamos de uma programação que reconheça a complexidade dessa agenda e que não chegue com fórmulas fechadas, pois o debate técnico prévio e a análise da experiência internacional é de vital importância.

Por fim, é preciso preparar recursos humanos para uma transição sólida, organizar as entidades para que os incentivos de auto ajuste sejam efetivos, e criar um cronograma realista para os próximos quatro anos.

Alexandre Street é professor do Departamento de Engenharia Elétrica do Centro Técnico Científico da PUC-Rio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Especial

Autor: Por Tobias Buck | Financial Times, de Cottbus (Alemanha)

Título: Merkel deixa um legado ambiental controverso

Há uma extensão de terra perto da fronteira com a Polônia onde o triunfo e a tragédia da política ambiental da Alemanha podem ser vistos bem de perto.

Localizada no meio de uma floresta de pinheiros a leste de Cottbus, Lieberose é uma das maiores usinas de geração de energia solar do país. Construída há mais de uma década, com a ajuda de generosos subsídios "verdes", os 900 mil painéis fotovoltaicos da usina produzem energia limpa suficiente para suprir 20.000 residências. Brilhando silenciosamente sob o sol do inverno, a usina necessita apenas de 10 trabalhadores para operar.

Mas, além das copas das árvores, uma grossa nuvem branca paira permanentemente no céu. Sua fonte são as nove torres de resfriamento de Jänschwalde, uma usina de energia convencional que opera com linhito, um tipo de carvão com menor poder calórico e que é um dos combustíveis mais sujos que existem. Por algumas métricas, trata-se da usina que emite o quarto

maior volume de dióxido de carbono na Europa. O próprio linhito é trazido de uma mina a céu aberto localizada a poucos quilômetros dali. A mina lembra uma grande cratera lunar sem vida, com exceção das imponentes escavadeiras e das esteiras transportadoras que operam bem abaixo.

Na região que circula Cottbus, mais de 8.000 trabalhadores dependem dos empregos gerados pelas minas de linhito e das usinas que usam o combustível.

Sol versus carvão, renovável versus convencional, clima e meio ambiente versus empregos e a economia - a Alemanha luta há anos para traçar um caminho entre esses polos. O país há muito se imaginou como pioneiro ecológico, ditando o ritmo em questões como energia nuclear, mudanças climáticas e energias renováveis.

Ainda assim, a economia alemã continua muito dependente da indústria automobilística e de fontes de energia como o linhito. O desafio na reconciliação das demandas industriais do país com suas ambições ambientais tem sido excepcionalmente difícil - e se tornou uma questão decisiva para a primeira-ministra Angela Merkel, no momento em que ela inicia a fase final de seu mandato.

No sábado, uma comissão do governo anunciou um plano que prevê a eliminação do carvão e do linhito na geração de energia na Alemanha até 2038. O longo período de transição reflete a grande importância do carvão para a economia nacional, mas também pretende dar às regiões afetadas, como Cottbus, tempo para que elas se preparem para a inevitável perda econômica.

Em seu cerne, porém, o plano de desativação visa ajudar a Alemanha a alcançar suas ambiciosas metas climáticas para 2030 e restabelecer suas credenciais ecológicas do país após anos de reveses. A questão que os líderes alemães enfrentam agora é: eles vão conseguir cumprir essa promessa?

"O que acontecer na Alemanha enviará um sinal. As pessoas estão dizendo: 'Se um país com a riqueza e a base industrial da Alemanha não é capaz de abandonar o carvão de uma maneira eficiente, então como nós poderemos fazer isso?', afirma Ottmar Edenhofer, diretor do Instituto Potsdam de Pesquisas sobre os Impactos Climáticos. "O mundo olha para nós. Temos dez anos para resolver o problema do carvão. O que está em risco é a credibilidade internacional da Alemanha."

Em 2000, a Alemanha se tornou a primeira grande economia a apostar nas energias eólica e solar, aprovando uma lei - depois bastante copiada - que oferecia um modelo de tarifas conhecido como "feed-in tariff", que consiste na garantia de pagamento de tarifas para as unidades geradoras de energia

renovável. A iniciativa desencadeou um "boom" das energias eólica e solar que ganhou força sob Merkel. Quando ela assumiu o governo, em 2005, as energias renováveis respondiam por 10% da eletricidade gerada na Alemanha. Desde então, esse número disparou para 40%. Agora, o governo Merkel está armando o próximo passo, com uma meta oficial de ampliar as energias renováveis para 65% do mix energético até 2030.

A economia alemã continua muito dependente do linhito, um dos combustíveis mais sujos que existem

Desde que Merkel se tornou premiê, a Alemanha se comprometeu em fechar todas as suas usinas nucleares até 2022, investiu centenas de bilhões de euros em energias renováveis e emergiu como um líder fundamental no esforço multilateral de combate às mudanças climáticas. Merkel, uma era cientista e foi ministra do Meio Ambiente, vem desempenhando um papel muito importante em todos esses esforços, o que lhe rendeu a alcunha de "a premiê do clima".

Mas com a era Merkel chegando ao fim - ela não vai disputar as próximas eleições, em 2021 - uma narrativa diferente está tomando forma. Os críticos apontam que, apesar de todo o custo e os esforços da arrancada da Alemanha em direção às energias renováveis, as emissões de dióxido de carbono do país pouco mudaram em uma década. No ano passado, Berlim foi forçada a admitir que não conseguirá cumprir a meta para 2020, que previa uma redução das emissões de CO₂ de 40% em relação ao nível de 1990. O fracasso foi um golpe embaraçante para a posição de líder climático do país e confirmou as suspeitas entre os ativistas ambientais de que a Alemanha não era mais o forte aliado de antes.

Tina Löffelsend, diretora de políticas climáticas da Bund, uma organização ambientalista alemã, afirma que o sentimento entre os ativistas ecológicos hoje é cada vez mais de "desilusão amorosa" em relação a Merkel: "Ela começou prometendo, mas nos últimos dez anos nada aconteceu em termos de redução das emissões de CO₂".

Em Bruxelas, ativistas há muito se queixam de que Berlim tenta bloquear ou enfraquecer as legislações ambientais que desagradam a poderosa indústria automobilística do país ou outros lobbies. No âmbito multilateral, a admiração pelo histórico de liderança de Merkel abriu caminho para a exasperação com a indisposição da Alemanha em concordar com uma desativação acelerada do carvão e do linhito. E, dentro de casa, a qualidade do ar em dezenas de cidades alemãs é tão ruim que tribunais começaram a impor a proibição da circulação dos carros movidos a óleo diesel. Com Merkel entrando nos anos finais de seu mandato, seu legado de premiê do clima poucas vezes pareceu tão maculado.

"Merkel é uma das defensoras do Acordo de Paris e do modelo multilateral para o enfrentamento das mudanças climáticas em geral", diz Jennifer Morgan, diretora-executiva do Greenpeace International. "Mas se você olhar para o seu histórico na Alemanha, verá que o país não cumpriu as metas de emissões e que elas continuam aumentando no setor de transporte. E ainda há a questão do carvão."

A pergunta sobre como e quando abandonar o carvão há muito está entre os problemas políticos e econômicos mais controvertidos da Alemanha. Líderes empresariais vêm demonstrando o receio de que uma desativação acelerada venha a aumentar ainda mais os preços da eletricidade e também as probabilidades de "apagões". O linhito responde por mais de um quinto da produção de eletricidade e fornece emprego a mais de 20 mil pessoas.

Usinas como a de Jänschwalde - que fornece muita energia barata e confiável, 24h por dia - têm um papel crucial no sistema energético do qual dependem grupos industriais alemães como Siemens, Daimler e Basf.

"A prosperidade da Alemanha depende em grande parte da competitividade de empresas que consomem muita energia", afirmou Steffen Kampeter, presidente da federação patronal alemã, antes do acordo sobre o carvão no fim de semana. Energia disponível e segurança do fornecimento são de "suma importância" para a economia nacional.

Enquanto isso, ativistas ambientais há muito afirmam que a desativação acelerada das usinas que queimam carvão e linhito é a única maneira de a Alemanha cumprir as suas metas de redução de emissões de CO₂ para 2030, que são ainda mais ambiciosas que as metas para 2020. Nos próximos 11 anos, a Alemanha terá de reduzir suas emissões totais de CO₂ em 55% em relação a 1990, com metas individuais para cada setor da economia.

O plano apresentado no fim de semana busca equilibrar esses interesses conflitantes, em parte injetando grandes somas de dinheiro nas regiões, empresas e lares: as regiões afetadas pela desativação do carvão deverão receber € 40 bilhões nos próximos 20 anos. Acertar um plano para a desativação do carvão na Alemanha foi difícil - implementar isso deverá ser ainda mais.

Os dilemas da Alemanha são em grande parte resultado - intencional e não intencional - da exaltada "Energiewende", a transição energética, que começou sob o antecessor social-democrata de Merkel. O plano previa a substituição gradual da energia gerada por usinas nucleares e a carvão por fontes

renováveis. Parte do plano funcionou com perfeição: encorajados por subsídios generosos, investidores correram para construir parques eólicos em terra e mar. Mais de 1,5 milhão de instalações solares foram erguidas pelo país. O custo da energia renovável caiu expressivamente desde então - a ponto de que as novas instalações eólicas e solares conseguem hoje produzir energia mais barata que as usinas convencionais.

"No geral, essa tem sido uma história de sucesso", diz Patrick Graichen, diretor do Agora Energiewende, um "think-tank" de Berlim. "Não só conseguimos aumentar as energias renováveis para 40% de nosso mix de eletricidade, como também 25% de nossa energia hoje vem dos parques eólicos e solares - duas tecnologias que todo mundo acreditava não serem confiáveis. Essa é uma conquista tremenda. Nenhum outro país conseguiu algo parecido."

O problema é que o "boom" das energias renováveis na Alemanha pouco fez para reduzir as emissões dos gases causadores do efeito estufa. Inicialmente, as autoridades esperavam que os novos parques de energia solar e eólica forçariam as usinas movidas a carvão a sair da rede energética, substituindo as formas de energia mais sujas pelas mais limpas. Em vez disso, o que aconteceu foi que as energias renováveis pressionaram as usinas a gás, que são mais limpas que as usinas de carvão, mas de custos maiores.

"O ponto de partida é que a Alemanha é hoje um dos países da Europa que mais emitem carbono, incapaz até mesmo de cumprir sua meta para 2020", diz Dieter Helm, professor de políticas energéticas da Universidade de Oxford. "Esse é um país que gastou mais do que todos os outros [na transição energética], com um resultado pior em sua maior parte e que não cumpre as suas próprias metas."

O esforço para reduzir a emissão de carbono na geração de energia na Alemanha foi prejudicado pela decisão de Merkel de acelerar o fechamento das usinas nucleares depois do desastre em Fukushima, no Japão, em 2011. Sua decisão foi uma resposta natural ao aumento dos temores públicos na época, mas ela removeu outro componente vital - e em grande parte não emissor de CO₂ - do mix nacional de energia.

Outro problema é a emissão de gases de automóveis e caminhões, que hoje é maior do que em 1990

"Deveríamos ter feito as coisas de outra maneira. Deveríamos ter saído primeiro das fontes de energia que geram muito CO₂ e depois da energia nuclear. Se você olhar para os atuais líderes das políticas climáticas - países como Reino Unido, França e Suécia - verá que todos eles têm um importante componente nuclear

em seu mix energético", diz Martin Neumann, parlamentar e porta-voz para assuntos energéticos dos liberais do FDP, um partido centrista e pró-negócios.

Outra falha importante, segundo os críticos, foi que a política alemã se concentrou demais no setor energético - dando pouca atenção a automóveis, caminhões e ao setor de transportes em geral, onde as emissões hoje são maiores do que em 1990. Sem reformas drásticas e uma grande mudança para os veículos elétricos, a meta para 2030 de redução das emissões do setor de transporte, de mais de 40%, não será alcançada. A paixão da Alemanha pelos automóveis, e sua dependência do setor que os fabrica, é talvez maior obstáculo no caminho para a concretização das metas para 2030.

"As emissões do setor de transporte estão fora de controle", diz Graichen. "O que é preciso agora é todo um pacote de medidas, incluindo o aumento dos preços da gasolina e do diesel e, em troca, reduzir os preços da eletricidade e subsidiar os veículos elétricos. Mas até agora ninguém na Alemanha ousou tocar nesses assuntos porque todo mundo tem medo do lobby das montadoras."

Do jeito que está, a Energiewende continua sendo uma obra em andamento na melhor das hipóteses - o resultado intermediário de uma luta de décadas entre prioridades políticas que deixaram líderes empresariais e ativistas ecológicos igual e profundamente frustrados. Para os defensores de Merkel, a infelicidade geral é uma prova de que a veterana líder alemã conseguiu estabelecer um equilíbrio.

"Ela continua sendo a premiê do clima. Mas, como premiê, ela também precisa ficar de olho nos empregos, na segurança do fornecimento de energia e no custo da eletricidade - e é isso que ela está fazendo", defende Marie-Luise Dött, parlamentar da União Democrata-Cristão (CDU) de Merkel e porta-voz do partido para as questões climáticas.

Fora da Alemanha, porém, a desativação das usinas a carvão é vista como a última chance de Merkel de restabelecer as maculadas credenciais ecológicas da Alemanha - e a sua própria. "Ela tem um profundo conhecimento da ciência das mudanças climáticas. Sabe o que está em risco e sabe que a Alemanha não está onde deveria estar neste momento da história", afirma Morgan, diretora do Greenpeace. "Como ela ajusta isso à sua função de líder alemã é difícil dizer. Mas imagino que ela deve ter dificuldades para dormir à noite."

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Por Francisco Góes | Do Rio****Título: Vale vai propor um acordo para antecipação das indenizações**

A Vale quer buscar um acordo com as autoridades em Minas Gerais para antecipar as indenizações às famílias das vítimas da tragédia de Brumadinho (MG). O objetivo da mineradora é chegar de forma rápida a um entendimento que permita pagar essas indenizações. Segundo fontes, existem referências de valores nos tribunais que possibilitam amparar, juridicamente, o pagamento dessas compensações. Não está claro ainda, porém, qual seria o valor a ser recebido pelas famílias que tiveram parentes mortos ou desaparecidos com o rompimento da barragem I da mina de Córrego do Feijão, da mineradora, na sexta-feira.

Um acordo para pagamento antecipado das indenizações é o segundo marco no qual a Vale trabalha depois do anúncio do plano de fechamento de dez barragens a montante em Minas Gerais, anunciado pelo presidente da companhia, Fabio Schvartsman, na terça-feira, em Brasília.

Advogados ouvidos pelo **Valor** dizem que se a indenização envolver o Ministério Público, o que certamente acontecerá, a figura jurídica que daria amparo ao acordo seria um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). Mas fontes falam também na possibilidade de o entendimento se dar via termo de compromisso emergencial, uma espécie de TAC, disse um advogado.

Ontem a Vale fez uma teleconferência com clientes para atualizar a situação depois de Brumadinho em um dia em que os contratos futuros de minério de ferro subiram para a maior alta em um ano, enquanto as cotações da commodity escalaram quase 5% no mercado à vista, em Qingdao, na China, para US\$ 82,3 a toneladas. Maior produtora mundial de minério de ferro, a Vale responde também por 40% da produção mundial de pelotas, produto cuja demanda, pelas siderúrgicas, é forte hoje no mundo. As pelotas garantem maior produtividade dos altos-fornos e reduzem a emissão de poluentes.

Com fechamento de barragens e minas, Vale vai cortar o equivalente a 10% de sua produção total prevista para 2019

Na avaliação de analistas de bancos, haveria um exagero na alta dos preços futuros do minério de ferro na China, como decorrência de Brumadinho, uma vez que a Vale vai compensar parte da perda de produção em Minas Gerais nos próximos anos com expansões no Pará. Além disso, os analistas acreditam que o

impacto da tragédia sobre a produção global de minério de ferro, o chamado mercado transoceânico, será pequeno (ver [Mineradora compensará produção menor](#)) .

No anúncio feito por Schvartsman na noite terça-feira, a Vale se comprometeu a cortar a produção de 40 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, incluindo neste número o "pellet feed" necessário para a produção de 11 milhões de toneladas de pelotas. Esse corte de produção, a ser feito ao longo de três anos, será necessário para poder fechar as dez barragens da empresa construídas pela tecnologia de alteamento a montante, como a de Feijão. São nove minas a serem paradas, para permitir o descomissionamento das dez barragens: Abóboras, Vargem Grande, Capitão do Mato e Tamanduá, no complexo Vargem Grande, e as operações de Jangada, Fábrica, Segredo, João Pereira e Alto Bandeira, no complexo Paraopebas. Todas as unidades estão em Minas Gerais, onde a Vale tem cerca de metade de sua produção.

A paralisação também vai atingir as plantas de pelletização de Fábrica e Vargem Grande, uma vez que vai faltar "pellet feed" para alimentar essa produção. Mas a Vale já tem a intenção de comprar "pellet feed" no mercado para suprir essas plantas, disseram fontes.

As obras para fechamento das dez barragens a montante da Vale, com investimentos estimados em R\$ 5 bilhões, só devem começar, no melhor dos cenários, a partir de julho de 2019, segundo fontes. Em 45 dias, a Vale deve apresentar às autoridades os projetos para fazer o fechamento dessas barragens. Depois, a expectativa é que o sistema ambiental de Minas Gerais leve cerca de 60 dias para conceder as licenças ambientais necessárias para que a companhia comece a fazer o "descomissionamento" dos reservatórios. Uma vez de posse das licenças ambientais, a Vale precisará ainda contratar as empreiteiras que vão fazer as obras.

Ontem, a companhia decidiu adiar divulgação do balanço do quarto trimestre de 13 fevereiro para 27 de março

O prazo dado pela mineradora para fechar as dez barragens em três anos se deve ao fato de que as unidades têm portes diferentes e, portanto, exigirão prazos também distintos para serem desativadas. As unidades pequenas devem levar um ano para serem fechadas; as médias, dois anos, e as grandes, três anos. As operações nas minas paralisadas serão retomadas à medida que forem concluídos os descomissionamentos, informou a Vale. A tecnologia mais rápida para fechar essas barragens de rejeitos é retirar a água e cobrir os sedimentos que ali ficarem, transformando a antiga barragem em uma espécie de morro. A pergunta que muitos se fazem é por que a Vale não fez antes o fechamento das

barragens a montante, sobretudo depois do rompimento de Fundão, da Samarco, em 2015, erguida por esse mesmo método construtivo.

O argumento da mineradora é que ela já havia tomado a decisão de descomissionar as barragens a montante desde 2016. A Vale possui 19 unidades desse tipo, das quais nove foram fechadas e restavam dez no fim de 2018. Todas as barragens a montante estavam "estáveis", sendo descomissionadas em ritmo adequado, na visão de fontes da empresa. A barragem I da mina de Feijão, por exemplo, não recebia rejeitos há três anos e, portanto, na avaliação de fontes da companhia, o seu rompimento não guarda nenhuma relação com a produção dessa mina.

O rompimento da barragem I de Feijão, na última sexta-feira, levou a Vale a acelerar os fechamentos das dez unidades a montante, o que exige parar, temporariamente, a produção das minas a elas ligadas. As operações nas unidades paralisadas serão retomadas à medida que forem concluídos os descomissionamentos e a retomada será possível por meio de investimentos em tecnologias de processamento a seco do minério de ferro. Essas tecnologias, incluindo o peneiramento a seco, leva a perdas do teor de ferro no produto final, mas evita o risco associado ao uso de barragens. Ontem à noite, em mais uma medida resultante de Brumadinho, a Vale adiou a divulgação do balanço do quarto trimestre de 13 de fevereiro para 27 de março.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Por Francisco Góes | Do Rio

Título: Mineradora compensará produção menor

A Vale vai conseguir compensar, em parte, o corte de 40 milhões de toneladas por ano na produção de minério de ferro da empresa em Minas Gerais ao longo de três anos, disseram fontes próximas das discussões. Essa redução de produção representa hoje cerca 20% do volume da commodity produzido pela companhia em Minas Gerais. O corte temporário na produção será necessário para poder fazer o fechamento das dez barragens construídas pelo método a montante, mesmo tipo da barragem I, da mina de Córrego do Feijão, que rompeu na sexta-feira, em Brumadinho (MG).

Esse corte em Minas Gerais representa uma reformulação importante no sistema de produção de minério de ferro da Vale. A mineradora previa produzir 400 milhões de toneladas de minério de ferro em 2019. Desse total, cerca da

metade sai dos sistemas Sul e Sudeste da empresa em Minas Gerais e a outra metade da Serra dos Carajás, no sudeste do Pará.

Como consequência do plano desenhado pela Vale para o fechamento das suas barragens a montante, como resposta imediata a Brumadinho, a companhia teve que refazer todo o seu plano de lavra para o minério de ferro, que considera o planejamento de produção em seus diferentes sistemas e minas. Ainda não está claro, portanto, quanto a Vale vai conseguir produzir de minério de ferro em 2019. A meta oficial, de 400 milhões de toneladas, está hoje "sub judice", disseram fontes.

Algo que é certo é que a mineradora tem condições de compensar essa perda temporária, na produção em Minas Gerais, com expansões marginais, algumas delas já anunciadas, em Carajás, no Pará. O principal empreendimento da Vale na área de ferrosos, o S11D, na Serra Sul de Carajás, está em regime de crescimento da produção e deve atingir este ano um volume de 78 milhões de toneladas. A capacidade nominal do S11D é de 90 milhões de toneladas por ano, a ser atingida em 2020. Mas a Vale já tem estudos para expandir a capacidade do S11D para 100 milhões de toneladas por ano, o que deve demandar investimentos de US\$ 770 milhões. A expansão deve estar concluída em 2022.

Por conta desse aumento, a produção da Vale em Carajás deve passar de 230 milhões para 240 milhões por ano. No terceiro trimestre, a empresa aprovou investimento de US\$ 428 milhões no projeto Gelado, para recuperar 10 milhões de toneladas de "pellet feed" da barragem homônima de rejeitos, em Carajás.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Cartel de combustível

O tribunal do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) suspendeu ontem, após pedido de vista, o julgamento de um processo em que figuram como representados Petrobras Distribuidora, Raízen, Ipiranga e postos de combustível pela prática de cartel na região metropolitana de Belo Horizonte (MG). O relator do caso sugeriu que elas paguem multas somadas de R\$ 52,2 milhões. O processo administrativo foi aberto em abril de 2010 para apurar

supostas infrações contra a ordem econômica no mercado de distribuição e revenda na capital mineira e em Contagem e Betim entre outubro de 2006 e julho de 2008. As condutas teriam sido praticadas por uma associação, além de 55 empresas e 24 pessoas físicas.

Ferrovia da Vale

A Justiça Federal em Minas Gerais determinou que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) se pronuncie em até 72 horas sobre pedido de suspensão do processo de prorrogação antecipada da concessão da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), da Vale. A decisão é de terça-feira. O despacho, do juiz Itelmar Raydan Evangelista, da 20ª Vara Federal Cível, foi feito no âmbito de ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Extração Mineral. Na ação, o sindicato pede a suspensão do processo de prorrogação e da submissão do relatório da audiência pública à diretoria da agência. Em pedido apresentado na segunda-feira, o sindicato reiterou o pleito de liminar devido ao rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG).

"Considerando as eventuais consequências de uma ordem liminar e a presunção de legalidade que orienta os atos da administração pública, tenho por imperioso, antes de qualquer juízo de valor, ainda que provisório, acerca do direito postulado, ouvir as razões da parte contrária", escreveu o juiz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Daniela Chiaretti, Rodrigo Rocha e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte

Título: Minas vive as angústias de suas barragens

A preocupação em Minas Gerais com tragédias causadas pela ruptura de barragens vai além dos desastres de Mariana, em novembro de 2015, e a de Brumadinho, na sexta-feira. Um levantamento feito pelo **Valor** com ambientalistas e autoridades lista sete conjuntos de barragens no Estado que são motivo de angústia pela proximidade com cidades e fontes de abastecimento de água, foram abandonadas pelos proprietários ou possuem rejeitos considerados perigosos. A maioria tem alto potencial de provocar dano social, ambiental e econômico segundo a classificação da Agência Nacional de Mineração (ANM).

Minas Gerais tem 132 barragens com rejeitos de mineração que, se romperem, causariam danos potencialmente "altos", no jargão técnico da ANM. O cenário

causa inquietação na população que vive próxima a barragens, algumas muito mais altas ou com volume de rejeitos muito superior ao de Brumadinho e Mariana.

"A tese que defendo é que todas as barragens desse modelo (referindo-se ao adotado na barragem de Fundão, da Samarco, em Mariana, e o da barragem I, da mina de Feijão, em Brumadinho) oferecem risco em potencial, pelas próprias características", diz o deputado estadual de Minas Gerais João Vítor Xavier, que pediu afastamento do PSDB. Ele se refere à tecnologia de barragens a montante, ou seja, construídas com resíduos e lama, como as de Fundão e Brumadinho. As mais modernas usam material a seco e compactado em pilhas.

"É um equívoco tentar estimar quantas barragens correm risco de rompimento. Todas têm algum nível de risco. Estão expostas à passagem do tempo, intempéries e falhas humanas", segue Xavier. Ele lembra que tanto a barragem de Fundão como a da Mina do Feijão devastaram zonas rurais. "Estamos impressionados com o fato de o refeitório e a área administrativa estarem abaixo da barragem da Vale, mas é preciso lembrar que a empresa e outras mineradoras têm barragens em cima de cidades".

Um dos empreendimentos que mais assusta moradores próximos e ambientalistas são as operações da mineradora de ouro Kinross, em Paracatu. Trata-se de um complexo com seis barragens. Uma delas, a de Santo Antônio, tem 104 metros de altura e 400 milhões de m³ de rejeitos contendo arsênio e cianeto. É considerada de alto potencial de dano pela ANM pela proximidade com o centro urbano. Em Paracatu vivem mais de 80 mil pessoas.

"É uma das mais perigosas. Se ocorre um rompimento, acaba com o rio São Francisco", diz um especialista em mineração que prefere não se identificar. "É quase 50 vezes maior que a barragem de Brumadinho".

A Kinross é dona de duas das maiores barragens de rejeitos de minério do país - Santo Antônio e Eustáquio. A primeira, construída em 1986, segundo a empresa, está sem receber material desde 2015. Contudo, continua em operação para reprocessar rejeito e armazenamento de água para uso no processo industrial. Algumas áreas, sem uso, já foram reabilitadas.

Atualmente, o material do beneficiamento de minério da mina Morro do Ouro vai para a barragem de Eustáquio, que tem capacidade de 750 milhões de metros cúbicos, com 20% deste total já utilizado. Já a capacidade de Santo Antônio é de 483 milhões de metros cúbicos (399 milhões utilizados).

A empresa nega que as duas barragens ameacem a população de Paracatu, garantindo que não estão voltadas para a cidade. Em nota, afirma que seu método construtivo é o de alteamento a jusante - diferente do que eram Fundão (Mariana) e Feijão (em Brumadinho), de modelo a montante.

A Kinross refuta a ideia de que os sedimentos do rejeito das duas barragens sejam perigosos. Diz que são de "classe 2 não perigoso", conforme a ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Informa que possui uma planta específica para tratamento de cianeto (usado na separação do ouro) e os resíduos desse processo não são depositados nas duas barragens.

Segundo a empresa, são realizados monitoramentos diários e inspeções periódicas para atestar a segurança dos tanques. "Todo o processo de mineração no Morro do Ouro é controlado e monitorado, e está em conformidade com a lei", diz no comunicado. Informa, ainda, que são feitas auditorias semestrais por empresas especialistas independentes de renome internacional, além de diversos controles realizados por equipes especializadas próprias.

Ambas as barragens da Kinross têm vida útil prevista até 2032, entrando depois em processo de fechamento.

Todas as barragens têm algum nível de risco. Estão expostas à passagem do tempo e falhas humanas

A população que vive em cidades onde a mineração é peça fundamental da economia local tem oscilado entre o medo de novos desastres como o de Mariana e o de Brumadinho, e o silêncio pelo receio de perder emprego e fonte de renda. "Isso é algo muito forte. Quando as mineradoras têm interesse em algum lugar, começam conversando com os vereadores, dizendo que trarão muita receita de tributos, que vão gerar muito emprego", diz a ambientalista Maria Teresa Corujo, conselheira da Câmara de Atividades Minerárias do Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam). "Vendem o projeto de salvação da Pátria para o município. E a partir daí, começam a jogar com esta história."

Depois do desastre de Brumadinho, é evidente que a proximidade de barragens com centros urbanos preocupe os moradores.

"Congonhas é um alerta que tenho feito. É uma barragem dentro da cidade. Se estoura coloca em risco dez mil pessoas. É uma barragem antiga. Das maiores do Estado e do país", alerta o deputado João Vítor Xavier.

A cidade fica abaixo de uma grande barragem de rejeito da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Um dos bairros de Congonhas, o Residencial, fica a

poucos metros da barragem da mina de Casa de Pedra. Um grande paredão gramado é o que se vê das ruas e dos quintais. "Terça-feira à noite teve uma reunião no bairro com mais de 3 mil pessoas. Todos estão assustados e revoltados, eu não consegui nem falar", conta o prefeito José de Freitas Cordeiro (PSDB). Segundo ele, a tragédia em Brumadinho trouxe pânico a algumas famílias de que a estrutura da CSN também venha a ruir. "Essa barragem foi autorizada há uns 15 anos e é um absurdo, fica na área urbana", continua.

A barragem da CSN foi construída a jusante e não a montante, como as que desmoronaram em Mariana e Brumadinho. "É mais moderno. E a prefeitura contrata consultores para fazer monitoramento próprio porque não podemos contar só com os órgãos federais.". Segundo ele, a empresa já tem iniciativas para armazenar rejeito a seco e não mais no lago de lama que motiva os pesadelos em Congonhas. Uma nota no site da prefeitura diz que a CSN anunciou a compra de equipamentos na Itália para a disposição dos rejeitos a seco por empilhamento. Diz também que a mineradora anunciou trabalhar para que 100% da produção da mina passe a usar o sistema mais moderno.

O clima em Congonhas é de inquietação. Tanto em Mariana quanto em Brumadinho, as empresas Samarco e Vale disseram que não havia nenhum dado anterior que pudesse apontar risco de desmoronamento. "Aqui também dizem que está estável", diz o prefeito. A pergunta é: quem na cidade acredita nisso?"

Procurada pela reportagem, a CSN informou que não comenta o assunto.

Um outro caso que causa angústia em Minas Gerais é o das chamadas "barragens-órfãs" pelos especialistas. São as que foram abandonadas pelos donos porque a empresa faliu, por exemplo. O passivo, nestes casos, é assumido pelo poder público.

É o caso de duas barragens da empresa Mundo Mineração, as únicas classificadas pela ANM como de alta categoria de risco (aspectos da própria barragem que possam ter influência em um acidente) e alto dano potencial associado (o impacto que um acidente causa nas populações e infraestrutura do entorno). Ambas estão no município de Rio Acima e guardam resíduos considerados tóxicos e empregados na mineração de ouro, como cianeto e arsênio.

As barragens da Mina do Engenho, que eram da Mundo Mineração, ficam a poucos quilômetros do reservatório de Bela Fama, responsável pelo abastecimento de mais de 60% de água da Grande Belo Horizonte. "A barragem está lá, abandonada, a sete quilômetros de Bela Fama. Se algo acontecer, em

menos de cinco minutos perde-se a captação de água da região", diz um especialista que prefere não se identificar.

A Mundo Mineração era uma subsidiária da companhia da Austrália chamada Mundo Minerals, listada na bolsa daquele país e com operações de exploração de ouro no Brasil e no Peru. Em outubro de 2011, a companhia anunciou o fechamento da mina de Engenho devido a uma queda no volume extraído. A empresa também atribuiu o fechamento à demora na demarcação de um parque nacional que poderia afetar uma nova mina da empresa na região.

População que vive nas cidades da mineração oscila entre o medo de novos desastres e a perda de empregos

Embora tenha entrado em recuperação judicial no Brasil, continuou a existir fora daqui. Desde 2011, mudou de nome duas vezes, para Minera Gold, em 2012, e para Titan Minerals, em 2017. Hoje a Titan segue listada na ASX e, segundo seu site, explora minas de ouro em localidades do Peru. A reportagem enviou, por e-mail, um questionamento sobre as razões do abandono das barragens e não obteve resposta até o fechamento desta edição.

"Preocupa pelo fato de ter ficado abandonada e poder extravasar o material que está ali dentro", alerta Maria Teresa Corujo.

Outro fator de angústia é o movimento das mineradoras de ampliar a capacidade de armazenamento das barragens, com pedidos de alteamento. Um dos casos, por exemplo, é o da mineradora Anglo American, com minas de ferro em Conceição de Mato Dentro, pequena cidade com cerca de 20 mil habitantes.

Procurada pela reportagem, a empresa enviou nota informando que "a barragem de rejeitos em Conceição do Mato Dentro, foi construída com aterro compactado e seu alteamento está sendo feito pelo método a jusante, considerado mais seguro e conservador". O comunicado diz ainda que a gestão de segurança da barragem "inclui inspeções diárias, leitura semanal dos instrumentos e inspeções geotécnicas com frequência mínima quinzenal, além de revisões trimestrais realizadas por empresas independentes."

Outro fantasma que assombra ambientalistas, pesquisadores e procuradores do Ministério Público é um projeto antigo - o da exploração da primeira mina de urânio do Brasil. Foi mais de uma década de extração de urânio pela estatal Indústria Nuclear do Brasil em Caldas, Minas Gerais. Em 1995, a operação foi paralisada. Desde então, a instalação guarda rejeitos potencialmente perigosos.

A fiscalização das áreas com radiação é responsabilidade da Comissão Nacional de Energia Nuclear, a CNEN. Em 2017, a comissão identificou irregularidades na proteção do armazenamento.

Em comunicado, a estatal rejeita a ideia que as instalações oferecessem risco. A INB informou que contratou a consultoria da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) para avaliação da análise de dados da barragem de rejeitos, inclusive sobre sua estabilidade.

Em 2018, a CNEN identificou "evento não usual, relativo ao sistema extravasor da barragem de rejeitos". O órgão solicitou à INB a "apresentação de garantia da estabilidade e segurança da barragem". A CNEN diz que "as ações decorrentes da avaliação realizada pela INB" estão em curso.

O deputado Xavier lembra a dificuldade de órgãos ambientais, que estão enfraquecidos. "Foram absolutamente esvaziados. Passam por processo predatório nos últimos anos", segue. Ele diz que ali trabalham profissionais qualificados, mas pouco remunerados e que vivem sob pressão. "O mercado vai lá e contrata as pessoas por salários muito melhores."

Ele comenta o debate atual sobre o licenciamento ambiental. "Há muito rigor com os pequenos e pouco com os grandes."

Sobre as barragens de minério da Vale em Nova Lima e Itabira, que concentram grande volume de rejeitos em áreas populosas, a empresa comunicou não ter informações específicas e que realiza monitoramentos quinzenais conforme indicado pela Política Nacional de Segurança de Barragens. **(Colaboraram Ivo Ribeiro, Fernando Torres e Vanessa Adachi)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Projetos de lei pós-Mariana são 'esquecidos' na Câmara

O lobby das mineradoras conseguiu deter o avanço de três projetos de lei que buscavam aumentar a responsabilidade das empresas pela segurança de barragens e agravar a punição por desastres ambientais. As propostas foram apresentadas em meados de 2016, após o rompimento da barragem da Samarco em Mariana (MG), como resultado dos trabalhos de uma comissão especial da Câmara formada por 18 deputados para acompanhar as investigações e as medidas adotadas pelos diversos órgãos públicos.

Nenhum dos projetos chegou ao plenário para votação. Todos seguem tramitando em comissões permanentes e chegaram ao fim da última legislatura sem manifestação conclusiva de seus relatores. Não há, portanto, qualquer perspectiva de aprovação.

Das três propostas, a mais enxuta é a que permite elevar em "até cem vezes" o valor máximo de multas aplicadas pela Lei de Crimes Ambientais (9.605/98) para desastres que causem "significativos danos humanos, materiais e ambientais" - em referência indireta aos acidentes com barragens. Hoje o limite permitido é de R\$ 50 milhões por multa.

"O valor das cinco multas ambientais aplicadas [por causa da tragédia em Mariana], de R\$ 250 milhões, seria equivalente a apenas 32 dias do lucro das atividades da Samarco", diz trecho do relatório final da comissão. No caso de Brumadinho, os autos de infração emitidos pelo Ibama contra a Vale somam a mesma cifra.

Outro projeto busca mudar a Política Nacional de Segurança de Barragens, instituída pela Lei 12.334/10, para tornar obrigatória a entrega de um "Plano de Ação de Emergência" para cada represa - independentemente do potencial de dano. O texto prevê que o PAE deve ser elaborado "com a participação de representantes das populações situadas a jusante da barragem", sirenes de alerta sejam instaladas nas comunidades para alertar sobre o risco de perigo e exercícios simulados sejam realizados periodicamente.

Para justificar a proposta, os deputados escreveram o seguinte: "Como muito bem demonstrado em alguns depoimentos já colhidos até o momento, não existe risco zero de vazamento ou rompimento da barragem, razão pela qual as comunidades situadas a jusante devem ser conscientizadas e treinadas para essa possibilidade, mesmo que remota".

O terceiro projeto apresentado pela comissão especial equipara a "resíduos perigosos", conforme definição da Lei 12.305 de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) os rejeitos de mineração depositados em barragens que possam afetar alguma comunidade. A mudança de terminologia forçaria as mineradoras, por exemplo, a contratar seguro de responsabilidade civil para eventuais danos causados ao meio ambiente ou à saúde pública.

Com essa classificação, as empresas também ficariam obrigadas a adotar medidas para reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos, além de terem que comprovar capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento dos dejetos. Como os demais projetos, tramita em comissão e não tem qualquer perspectiva de votação no plenário da Câmara.

Nesta semana, o senador Otto Alencar (PSD-BA) informou que já existe acordo entre os parlamentares para reunir o número mínimo de 27 assinaturas para pedir a instalação de uma CPI no Senado sobre o desastre em Brumadinho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Redução da atividade da Vale terá impacto nas prefeituras de MG

O plano da Vale de desativar barragens e paralisar minas de minério de ferro em Minas Gerais, após a tragédia de Brumadinho, foi bem recebido ontem pelo mercado, mas assustou prefeitos das cidades onde estão as unidades. A preocupação generalizada é que o fechamento das minas por até três anos representará uma queda repentina e, em alguns casos, muito substancial na arrecadação local.

A empresa não informou quantos municípios abrigam minas e unidades de pelotização que terão de parar. A companhia divulgou apenas os nomes das unidades. Alguns desses municípios, no entanto, são bem conhecidos.

Em Nova Lima, na região metropolitana de Belo Horizonte, quatro minas serão desativadas: Abóboras, Vargem Grande, Capão do Mato e Tamanduá. "Nossos cálculos preliminares apontam que vamos perder talvez R\$ 8 milhões por mês sem essas quatro Minas" disse ontem ao **Valor** o prefeito Vitor Penido (PSDB).

O município arrecada cerca de R\$ 11 milhões por meio da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), que é o royalty pago pelas mineradoras. A Vale responde por cerca de 90% dos recursos em Nova Lima.

Penido diz que os royalties são empregados para melhorar serviços públicos, como os de saúde e educação. A cidade tem, por exemplo, escolas em tempo integral financiadas parcialmente por essa receita.

"Essa mudança vai nos obrigar a um corte muito expressivo", disse o prefeito que ontem foi reeleito para mais um mandato como presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais.

Para ele, não há dúvidas que o anúncio da Vale - que valorizou suas ações ontem - faça sentido do ponto de vista humano e do ponto de vista de segurança das populações. Mas, ao mesmo tempo, ele prega que a empresa avalie alternativas para que as atividades das minas não sejam interrompidas.

Outra ideia dos prefeitos é que a empresa continue pagando royalties caso as minas sejam mesmo paralisadas por um período.

Congonhas é outra cidade onde a Vale pretende interromper as operações de uma mina enquanto desativa uma de suas barragens construídas pelo método a montante - o mesmo usado nas barragens que ruíram em 2015 em Mariana e na semana passada em Brumadinho. A mina de Fábrica ocupa parte do território do município e também de vizinhos.

"Foi muito prudente o anúncio da Vale, mas é claro que haverá um impacto na cidade em termos de arrecadação de royalties", disse o prefeito José de Freitas Cordeiro, também do PSDB.

Em Congonhas, no entanto, a Vale tem menos peso do que a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). A cidade arrecada por mês em média R\$ 8 milhões de Cfem, o que representa 35% de sua arrecadação total. A CSN contribui com 70% desse total. A Vale e outras vêm em seguida.

Desde ano o passado os municípios mineradores contam com incremento na receita advinda dos royalties, uma vez que o novo Código de Mineração ampliou o percentual cobrado das empresas de 2% faturamento líquido para até 4% da receita bruta da venda do minério, agregando os custos com transporte e seguro.

Brumadinho, o palco da tragédia, também está na lista das cidades onde a Vale pretende fechar momentaneamente uma mina, a mina de Jangada.

Mais de 60% da arrecadação municipal vem da CFEM, sendo a Vale a maior contribuinte. A prefeitura diz que a empresa se comprometeu a continuar pagando a CFEM referente à mina do Feijão, embora não esteja claro por quanto tempo. O fechamento anunciado de Jangada foi recebido com surpresa e preocupação pela equipe do prefeito, Avimar Barcelos.

"Com todo o respeito e admiração pela direção da Vale de fazer o desmonte das barragens, mas se isso refletir na paralisação das operações, isso terá de ser negociado", disse um dos principais articuladores da associação dos municípios mineradoras, Valdir Salvador. "Não será numa canetada."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Conceição, Arícia Martins e Marcos de Moura e Souza | De São Paulo e Belo Horizonte

Título: Governo mineiro estima perda de 30% na arrecadação

A desativação de dez barragens de rejeitos anunciada terça-feira pela Vale como resposta ao desastre ocorrido em Brumadinho (MG) vai diminuir a arrecadação do Estado e terá efeito negativo sobre o nível de atividade. Segundo a Secretaria de Fazenda de Minas, o fechamento das operações reduz em 30% as receitas de tributos estaduais do setor de mineração.

Economistas afirmam que ainda é cedo para estimar um impacto da interrupção da produção na cidade e também nas demais minas sobre o Produto Interno Bruto nacional e do Estado. Na produção industrial, porém, a perda deve ser significativa, de 0,5 ponto neste ano, calcula a LCA Consultores.

Em nota, a Fazenda de Minas estimou que a paralisação retira R\$ 220 milhões ao ano dos cofres do Estado. Na arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), a redução anual será de cerca de R\$ 79 milhões. "O cálculo do impacto não leva em consideração os efeitos indiretos na cadeia produtiva", diz a secretaria.

Dados da Fundação João Pinheiro mostram que embora tenha grande importância econômica para determinadas regiões, a indústria extrativa tem peso de 2,9% no PIB estadual. O dado é de 2016, o mais recente disponível. O setor tem perdido participação na economia local. Em 2013, representava 7,5% do PIB mineiro.

Essa indústria responde por 2,4% da arrecadação de impostos do Estado. Rendeu receita de R\$ 1,17 bilhão, de R\$ 48,18 bilhões recolhidos por todos os setores econômicos. Só a extração de minério de ferro gerou receita de R\$ 914 milhões.

Em 2018 Brumadinho foi uma das maiores arrecadadoras de royalties de mineração no Estado. A receita da Cfem foi de R\$ 62,46 milhões. Nova Lima, com quatro barragens desativadas, foi campeã de royalties em 2018: R\$ 172,944 milhões. Itabira (R\$ 171 milhões) e Itabirito (R\$ 129,7 milhões) vêm em seguida. Mariana ficou em sexto lugar, com R\$ 106,1 milhões.

Minas foi o Estado que mais arrecadou Cfem em 2018, R\$ 1,311 bilhão, dos R\$ 3 bilhões gerados no país. Esse recurso, cobrado na extração de minério, fertilizantes, ouro, pedras preciosas e metais, é dividido entre Estado, União e municípios. O Pará recebeu R\$ 1,294 bilhão em royalties e Goiás ficou em terceiro lugar, com R\$ 98,7 milhões, segundo dados da Agência Nacional de Mineração. Em Minas, R\$ 457,36 milhões dessa receita vieram da Vale.

A desativação de dez barragens deve retirar cerca de 0,5 ponto percentual do crescimento da produção industrial do país neste ano, estima Rodrigo Nishida, economista da LCA. A consultoria vai rever para baixo a projeção atual, de 3,3%,

para a expansão da indústria em 2019. Para a indústria extrativa, a perda no ano deve ser maior, de 4,1 pontos, mas Nishida ressalta que o segmento tem peso pouco significativo, só 11% do total da produção física nacional.

Segundo Nishida, se as paralisações planejadas fossem imediatas, o efeito negativo sobre a atividade industrial chegaria a 1 ponto. Como o corte na produção de minério pode levar de um a três anos e a Vale deve compensar parte disso em outras unidades, o impacto será menor.

Com base em dados do IBGE, a LCA calcula que extração e pelotização do minério responderam por quase 60% da produção da indústria extrativa nos 12 meses encerrados em setembro, o que dá 7,6% da indústria nacional.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliana Schincariol | Do Rio

Título: Para acionistas, mineradora omitiu riscos ambientais

Um grupo de acionistas solicitou que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) inicie um inquérito administrativo para investigar se a Vale tem omitido informações sobre os riscos socioambientais de seus empreendimentos no Pará, Maranhão e Minas Gerais. O documento diz que dessa forma a empresa teria praticado manipulação de preços, "incidindo em prática não equitativa no mercado de ações".

O grupo afirma ser composto por acionistas críticos da mineradora, vinculados à Articulação dos Atingidos e Atingidas pela Vale. Assinam o documento um total de dez pessoas, incluindo os advogados Alexandra Montgomery, Danilo Chammas e Daniela Fichino.

Os acionistas pedem ainda que o regulador determine que a mineradora republique, com correções ou aditamentos, as demonstrações financeiras, relatórios e informações caracterizadas como manipulação de preços. Para eles, a Vale descumpriu o dever de prestar informações, já que riscos e impactos causados "não são divulgados nos documentos destinados aos investidores, indicando a prática de manipulação do mercado".

Denúncia enviada à CVM diz que mineradora prejudicou investidores ao não prestar informações

Segundo a denúncia, a postura da empresa vai na contramão do compromisso de "excelência na execução de projetos". Diz que o comprometimento com a transparência de "redução de custos e despesas", especialmente em segurança e prevenção, não está adequada.

No caso das operações no Pará e no Maranhão, a denúncia cita o relatório 20-F, divulgado ao fim de 2016. Nele, a empresa aponta conflitos socioambientais decorrentes da atividade econômica que executa como riscos atrelados aos seus principais negócios. Isso, porém, sem prestar "grandes informações" sobre o tema e resumindo-o a um desentendimento com as comunidades atingidas.

"Da maneira como os "fatores de risco" são enumerados, escamoteia-se que 'desentendimentos com os proprietários de terras, movimentos sociais organizados, comunidades locais e o governo' decorrem diretamente de ações e/ou inações da companhia. O modus operandi da empresa coloca em risco os rendimentos dos acionistas, visto deixar a companhia à mercê de responsabilização civil (e até mesmo criminal) decorrente de ações judiciais. Ao não mencionar sua responsabilidade em tais "riscos", a Vale utiliza-se de instrumento artificial para garantir a cotação de seu valor mobiliário, em verdadeira prática fraudulenta", diz o documento.

Sobre Minas Gerais, a denúncia diz que a participação da Vale em joint ventures "é um exemplo de administração questionável", caso da Samarco - sociedade com a BHP Billiton -, que operava a barragem de Fundão, que rompeu em 2015 em Mariana (MG). Afirma que há indícios de que o episódio anterior a Brumadinho tenha ocorrido em virtude da negligência em monitorar as barragens e corrigir problemas identificados. "Foi uma consequência de uma opção administrativa da Samarco em reduzir os custos de segurança, com o que a Vale jamais poderia concordar", afirmou. A CVM confirmou o recebimento e informou que irá analisar o documento.

Já na segunda-feira, a CVM abriu duas investigações. As duas são da Superintendências de Relações com Empresas (SEP). No primeiro caso, a investigação deve avaliar se a forma como a Vale informou o acidente ao mercado foi de acordo com as regras da CVM, que tratam, dentre outros pontos, de tempestividade, clareza e qualidade da informação.

Já no segundo, a análise será feita pela gerência de acompanhamento de empresas 4, conhecida como GEA-4. Essa área analisa a conduta e deveres

fiduciários de administradores de companhia. As investigações ainda são iniciais.

O que deve se pensar é se os administradores e conselheiros da Vale foram diligentes no caso, ou seja, se agiram com o zelo e cuidado adequados conforme determina a lei. "O administrador tem o dever de duvidar. Mesmo que um primeiro laudo tenha atestado a segurança da barragem, eles deveriam ter solicitado um segundo ou terceiro. Seria natural que buscassem uma segunda opinião se o documento mostrasse que havia riscos", afirmou a especialista.

As ações da Vale subiram 9,03% ontem na B3. Em relação a quinta-feira, último pregão antes do vazamento, as ações caem 17,01%. Em valor de mercado, a mineradora perde R\$ 50 bilhões nesse período.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Luísa Martins | De Brasília

Título: Sindicatos pedem que STF priorize ação trabalhista

Após a tragédia de Brumadinho (MG), onde uma barragem da Vale se rompeu na sexta-feira, a Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) pediu que o Supremo Tribunal Federal (STF) priorize o julgamento de uma ação sobre reparações por danos morais decorrentes das relações de trabalho.

Em ofício encaminhado ao presidente da Corte, ministro Dias Toffoli, a CSB diz que as novas regras sobre reparações de danos morais decorrentes das relações de trabalho estão entre as "mais cruéis" da reforma trabalhista.

Segundo a nova lei, a concessão da indenização está vinculada à remuneração do trabalhador afetado, isto é, dois empregados que sofrerem o mesmo dano receberão reparações diferentes a depender de sua faixa salarial.

A reforma também fixou um teto para o pagamento de danos morais: 50 vezes o valor do salário do funcionário. "No caso de um trabalhador que ganhe um salário mínimo, o reparo financeiro não passará de R\$ 50 mil", alerta a CSB.

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), autora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) impetrada no Supremo, afirma que a nova lei afronta o princípio da isonomia, previsto pela Constituição Federal.

Ainda em relação ao rompimento da barragem, o plenário do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou a criação de uma auditoria na Agência Nacional de Mineração (ANM) para apurar as circunstâncias do desastre.

O processo terá foco no acompanhamento das providências adotadas pela ANM para mitigar danos e evitar novos incidentes com barragens. A relatoria será da ministra Ana Arraes, que já é a responsável por ações envolvendo o **Ministério de Minas e Energia**, pasta à qual a agência está vinculada.

O TCU já havia instaurado, em novembro, procedimento pontual de acompanhamento da estruturação da ANM, autarquia criada para substituir o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Porém, diante da gravidade da tragédia, o presidente do tribunal, ministro José Mucio Monteiro, entendeu ser necessário "acompanhamento contínuo".

Segundo Monteiro, há problemas estruturais e crônicos na administração de barragens de rejeitos no Brasil, como limitações de orçamento e quadro técnico insuficiente diante da demanda de trabalho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Rocha e Rita Azevedo | De São Paulo

Título: Corte de produção da Vale impulsiona alta do minério

A decisão da Vale de desativar as barragens de rejeitos construídas pelo método a montante atingiu em cheio o mercado à vista de minério de ferro. A commodity negociada no porto chinês de Qingdao subiu 4,88% ontem, para US\$ 82,53 a tonelada, no maior patamar desde 24 de março de 2017.

O processo de descomissionamento das barragens deve durar de um a três anos e reduzirá em 10% a produção da empresa, ou 40 milhões de toneladas anuais. Com o impacto direto do desastre de Brumadinho (MG), o índice da "Metal Bulletin", que leva em conta o produto com teor de ferro de 62%, acumula alta de 13,47% desde o início de 2019. Apenas no primeiro dia de negociações após o rompimento, o minério já havia subido 4,67%.

Nos mercados futuros, os contratos do minério para maio subiram 5,58% em Dalian, para 587 yuans a tonelada, no maior nível em um ano.

Apesar da reação imediata de alta dos preços, a leitura é de que o impacto no médio prazo deve ser limitado, pois tanto a Vale quanto outras mineradoras podem suprir ao menos parte do corte de produção.

"O acidente aconteceu em um momento em que o minério de ferro marítimo já estava sob pressão. O preço de referência do minério com 62% de ferro estava sendo negociado a US\$ 75 a tonelada antes do estouro da barragem, acima da projeção de US\$ 70 a tonelada para os próximos três meses", destacou o Goldman Sachs em relatório.

No modelo do banco, se os 40 milhões de toneladas fossem completamente retirados do mercado, o preço da commodity poderia ir para US\$ 95 a tonelada.

Entretanto, a perda líquida de produção deve ser menor. O Goldman destaca que a capacidade da Vale é de 450 milhões de toneladas e a empresa esperava 400 milhões de produção em 2019.

"Assim, [a Vale] teria flexibilidade suficiente para aumentar a produção em outros lugares para compensar as perdas no Sistema Sul, onde as barragens a montante estão localizadas", afirma o documento. "Em termos líquidos, esperamos uma perda de produção de 10 a 15 milhões de toneladas da Vale em 2019."

Além disso, para o curto prazo, a companhia também detém estoques de minério de ferro para formação de misturas (blends) em operações na Malásia e China, que podem amortecer o impacto na oferta.

Levando esses fatores em conta, o banco elevou as previsões do preço de minério em 2019 para US\$ 80, US\$ 70 e US\$ 65 a tonelada, para três meses, seis meses e 12 meses, respectivamente.

Em comentário para clientes, o banco Commerzbank afirmou que considera exagerada a reação dos mercados ao desastre e ao corte de produção anunciado. "O mercado está ignorando o fato de que essa tonelagem deve ser feita por outras minas", lembra a instituição.

O BTG Pactual também acredita que o impacto sobre o minério de ferro deve ser principalmente no curto prazo. Os analistas do banco voltaram a afirmar que não descartam a possibilidade de que ele seja negociado a US\$ 80 ou US\$ 90 por tonelada por algum tempo. O preço assumido pelos analistas, mais conservador, é de US\$ 70 por tonelada.

O segmento em que a paralisação deve ter o maior impacto é o de pelotas. A perda, nesse caso, é de 11 milhões de toneladas, cerca de 10% do mercado transoceânico. "Dado o alto custo e a defasagem de longo prazo na expansão da

capacidade de pelotização, o prêmio de pelotas pode testar as altas de setembro de US\$ 90 a tonelada", informa o Goldman Sachs. A oferta de pelotas já havia sido afetada pelo rompimento da barragem da Samarco em novembro de 2015.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Maria Luiza Filgueiras | De Brumadinho (MG)

Título: Número de mortos soma 99 e lama de rejeitos já percorreu 98 quilômetros

O número de mortos na tragédia de Brumadinho já está perto de uma centena de pessoas. Segundo a Defesa Civil, o número de óbitos subiu para 99 no sexto dia de buscas. Desses, 57 já foram identificados. Continuam desaparecidas 259 pessoas. A lama de rejeitos chegou a 98 quilômetros do local onde estava a barragem.

Na igreja do Córrego do Feijão, em Casa Branca, bombeiros de outros Estados se revezam com as equipes de Minas Gerais. "Fazemos revezamento de militares, que já estão extenuados. É inerente a esse tipo de atividade, mas aí no fim do dia saímos desgastados física e psicologicamente", disse Pedro Aihara, tenente do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais. Chegaram reforços de São Paulo, Goiás, Espírito Santo e Santa Catarina.

Por volta de sete da noite, já próximo ao horário de encerrar as buscas áreas, voluntários descarregavam dezenas de garrafas de GuaraViton, bebida de guaraná em pó, para abastecer os militares. Eles aumentaram o ritmo de sobrevoos para compensar o tempo perdido em algumas áreas tomadas por chuva. "A chuva faz com que haja interrupção pontual dos trabalhos", disse o tenente coronel Flavio Godinho, da Defesa Civil.

Ao lado da igreja, fica o cemitério da Saudade. É nessa área que ficam estacionados os caminhões frigoríficos que transportam os corpos. Segundo Luís Carlos Ferreira, delegado da Polícia Civil, já não é possível a identificação facial das vítimas que chegam ao IML, mas por análise de DNA em partes de corpos. "Com segmentos corpóreos, temos que montar um quebra-cabeça", disse.

Ontem, Brumadinho se transformou em uma cidade sitiada pela polícia. O patrulhamento militar na cidade aumentou em 400 policiais, atingindo mil

peessoas para um patrulhamento de área de 400 km². É um policial a cada 40 habitantes, em média. O reforço é para evitar saqueamento de casas que tiveram que ser deixadas por moradores em área de risco e que foram parcialmente destruídas pela lama, com muitos objetos expostos. "Mais de 300 pessoas foram abordadas, temos 16 pelotões encarregados e a partir de quinta [hoje] teremos ajuda também do Comando de Operações Mananciais", disse o major Flavio Santiago, da Polícia Militar.

Os policiais também cercam as entradas próximas à chamada área quente de resgates, para evitar que a população em geral ou parentes tentem buscas por conta própria.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Marcos de Moura e Souza | De Belo Horizonte

Título: Todas as barragens iguais a de Brumadinho serão esvaziadas

Uma medida publicada na tarde de ontem pelo governo de Minas Gerais determina que mineradoras esvaziem suas barragens de rejeitos construídas com o método de alteamento a montante - o mesmo método usado na barragem da mineradora Vale em Brumadinho (MG) que ruiu na semana passada. A determinação vale para as barragens que já estão inativas, onde não há mais deposição de material novo.

"Temos hoje cerca de 50 barragens com essa tecnologia a montante. A nossa determinação é para a descaracterização de todas as barragens que tenham esse método e que já estejam inativas", disse ao **Valor** o secretário do Meio Ambiente de Minas, Germano Vieira.

Quanto às barragens que continuam ativas, recebendo rejeito, as mineradoras deverão apresentar projetos de substituição gradual dessas estruturas por outras formas mais seguras de armazenagem. Essas formas alternativas poderão ser a deposição do rejeito em cavas ou empilhamento a seco.

Outra forma de descaracterização é o descomissionamento, cujo objetivo é retirar o material para que possa ser processado novamente. A medida do governo mineiro foi publicada no Diário Oficial do Estado um dia depois da Vale ter anunciado que vai descomissionar todas as suas dez barragens erguidas pelo método de alteamento a montante em Minas.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/01/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Petrobras vende Pasadena por US\$ 562 milhões**

A Petrobras fechou contrato com a Chevron, para venda da refinaria Pasadena, no Texas (EUA), por um valor total de US\$ 562 milhões. O negócio encerra a presença da companhia brasileira no setor de refino no exterior, após um ciclo de internacionalização manchado por denúncias de corrupção e prejuízos.

Dos US\$ 562 milhões envolvidos na transição, a Chevron pagará US\$ 350 milhões pelo valor das ações e US\$ 212 milhões de capital de giro. Com essas cifras na mesa, a petroleira brasileira passará longe de recuperar os investimentos feitos na aquisição da refinaria texana.

A compra do ativo pela Petrobras ocorreu em 2006, quando a estatal adquiriu a participação de 50% da belga Astra Oil, por US\$ 360 milhões. A partir do ano seguinte, começaram os desentendimentos entre as duas sócias sobre a expansão da refinaria e, em 2008, a Astra exerceu sua opção de venda (put option). A Petrobras assumiu o controle da integralidade da refinaria e, ao fim do processo, desembolsou US\$ 1,249 bilhão à Astra. Além disso, entre 2006 e 2013, investiu outros US\$ 685 milhões em melhorias operacionais, manutenção, paradas programadas e segurança, saúde e meio ambiente.

Desde a compra da unidade, em 2006, a Petrobras fez uma série de baixas contábeis por perdas por redução ao valor recuperável do ativo (impairment) que totalizaram US\$ 530 milhões - sendo US\$ 160 milhões em 2008, US\$ 147 milhões em 2009 e US\$ 223 milhões em 2012.

A refinaria é considerada um dos estopins da operação Lava-Jato. Dois laudos realizados por peritos criminais da Polícia Federal confirmaram pagamento de propina de US\$ 15 milhões, por parte da Astra, a agentes públicos em torno da aquisição.

O negócio foi aprovado por unanimidade pela diretoria e pelo conselho de administração da Petrobras, que era presidido na ocasião da aquisição pela então ministra de Casa Civil Dilma Rousseff. Os diretores e conselheiros se contentaram com a apresentação feita pela diretoria Internacional, na época chefiada por Nestor Cerveró.

Em outubro de 2018, a área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concluiu que 12 pessoas, incluindo Dilma Rousseff, falharam em seu dever de diligência na avaliação do negócio e não agiram de acordo com os interesses da

companhia, ao aprovar a compra do ativo. A autarquia entendeu que não houve decisão informada refletida na aquisição, por parte da diretoria e do conselho de administração da Petrobras à época.

Cerveró e outros dois diretores de então, Paulo Roberto Costa (Abastecimento) e Renato Duque (Engenharia), foram presos e condenados na Lava Jato por prática de corrupção. O sucessor de Cerveró, Jorge Luiz Zelada, também foi preso e condenado na Operação Lava-Jato.

O processo de venda da refinaria de Pasadena foi aberto em fevereiro de 2018. Na ocasião, a Petrobras America contratou a Evercore para auxiliá-la no processo.

A unidade possui 110 mil barris diários de capacidade de produção, com foco sobretudo em gasolina e diesel. A refinaria tem ainda uma capacidade de armazenamento de 5,4 milhões de barris e está localizada num ponto estratégico, no canal marítimo de acesso a Houston (o "Houston Ship Channel")

Com a venda da refinaria, a Petrobras conclui sua saída integral do setor de refino no exterior. Depois de investir bilhões de dólares num esforço de internacionalização ao longo dos anos 2000, a estatal brasileira já se desfez de boa parte dos ativos adquiridos na década passada, incluído suas refinarias na Argentina e Japão.

Desde 2015, em resposta a sua crise financeira, a estatal já levantou US\$ 4,6 bilhões com alienações no exterior, sem incluir o valor a ser recebido por Pasadena. Além do setor de refino, a petroleira também tem adotado um movimento de saída de seus principais mercados de distribuição de combustíveis na América do Sul.

A Petrobras já vendeu seus ativos no Paraguai, Argentina e Chile e só mantém uma rede na Colômbia e Uruguai - países que representam apenas 20% da malha que a empresa detinha em 2016, antes de vender seus outros ativos na região.

Na área de exploração e produção, com os desinvestimentos executados nos últimos anos, incluindo a venda de sua fatia de 50% na PetroÁfrica e a criação de uma joint venture com a Murphy no Golfo do México, a Petrobras detém hoje uma produção média de 20 mil barris diários de petróleo no exterior, focada sobretudo nos Estados Unidos. O volume representa apenas 12% do pico de produção internacional da companhia nos idos 2004, quando a petroleira chegou a produzir cerca de 168 mil barris/dia.

Fora isso, a companhia se mantém na distribuição de gás no Uruguai, na produção de gás na Bolívia e em alguns poucos ativos de exploração e produção na Argentina. **(Colaborou Juliana Schincariol)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/01/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CPFL escolhe Jaguariúna para testar tecnologia

A CPFL Energia escolheu Jaguariúna, na região metropolitana de Campinas (SP), para um projeto na qual vai implantar medidores inteligentes para todos os consumidores de energia. A ideia é testar tecnologias de comunicação de dados, além da produtividade da instalação, para, no futuro, modernizar toda sua rede de distribuição.

"Vamos instalar aproximadamente 23 mil medidores inteligentes em unidades consumidoras que incluem residenciais, comerciais, e rurais", disse Luis Henrique Ferreira Pinto, vice-presidente de operações reguladas da CPFL. Ele lembrou que os clientes industriais da CPFL, do grupo A, já são todos telemedidos.

Jaguariúna foi escolhida não só pela proximidade com Campinas, onde fica a sede da CPFL (são apenas 30 quilômetros entre as duas cidades), mas também porque o município espelha, de certa forma, as características de toda a área de concessão de distribuição da companhia. "Queríamos uma cidade com mais ou menos a mesma proporção entre consumidores residencial, comercial, rural e industrial", disse Ferreira. A região também se assemelha em relação às características operacionais do grupo, como nível de perdas e indicadores de interrupção de fornecimento de energia.

O investimento no projeto é de R\$ 25 milhões. Segundo Ferreira, a expectativa é que as instalações de medidores inteligentes tenha início em março e dure aproximadamente um ano. Em meados de 2020, a CPFL já terá dados de consumo em mãos para fazer um diagnóstico da iniciativa.

"Vamos poder aprender e modernizar o sistema, o projeto vai nos permitir receber uma montanha de dados, usar o analytics, para que se produza informação suficiente para melhorar a eficiência operacional da empresa e, por consequência, a qualidade de prestação do serviço", disse.

A cidade será dividida em quatro áreas, e cada uma vai testar uma tecnologia diferente para transmissão em tempo real dos dados de consumo de energia: internet, via rádio digital, por cabo e via celular. "Vamos também aprender como ter a maior produtividade da instalação", disse.

Enquanto os medidores serão instalados, a CPFL vai preparar uma plataforma para trabalhar com os dados. "Estamos preparando esse projeto para termos aprendizado e possamos trabalhar dados dos equipamentos para quando a tecnologia for difundida em toda a concessão", disse. Além da questão de custo dos medidores, ainda é necessário que a regulação atual seja adaptada para novas tecnologias. "Queremos ganhar experiência agora e corrigir erros. Se tivermos um ambiente adequado, a tendência é que o sistema evolua, não será de um dia para outro", disse.

Os medidores são certificados pelo Inmetro e fornecidos pelas empresas Landys Gir e Eletra.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	31/01/2019
Seção:	Finanças
Autor:	
Título:	Destaques

Emissão da EDP

A EDP Transmissão SP-MG concluiu a emissão de R\$ 250 milhões em debêntures para 2020. Os papéis pagarão uma taxa de retorno de 0,20% mais a variação do CDI. **(Silvia Rosa)**

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	31/01/2019
Seção:	Finanças
Autor:	Juliana Machado e Victor Aguiar De São Paulo
Título:	Após recente perda recorde, investidor volta e Vale sobe 9%

Na mesma semana em que teve o pior pregão de sua história, a Vale também viu na bolsa alguns fundamentos darem suporte às compras de ações. O futuro da mineradora é incerto e a governança ainda está em xeque depois da catástrofe em Minas Gerais, mas, com preços do minério de ferro em alta e com

condições de contornar a paralisação de sua produção, alguns investidores calcularam um desconto grande nas ações e voltaram a procurar o papel.

Isso, somado a um abrandamento no discurso do Fed (o BC americano), garantiu que o Ibovespa encerrasse ontem com alta de 1,42%, aos 96.996 pontos. A Vale terminou o dia em alta de 9,03%, melhor desempenho do Ibovespa. Acionista da empresa, a Bradespar ficou no segundo maior ganho do dia, de 7,89%.

É importante ponderar, no entanto, que muitos investidores que deixaram o papel não voltaram. Um indício disso é o giro financeiro da Vale, de R\$ 3,13 bilhões - na segunda-feira, R\$ 8,15 bilhões foram movimentados pelo papel, maior giro da história. E, mesmo com a alta de ontem, o papel ainda acumula perdas de 17% desde quinta-feira passada, antes do desastre em Brumadinho.

A relação entre risco e retorno ainda justifica manter a alocação nos papéis da Vale, diz Renato Ometto, sócio da Mauá Capital, uma das casas detentoras de posição na companhia antes do rompimento da barragem de rejeitos - 8% do fundo de ações da instituição estava alocado nos papéis. Com a queda recorde na segunda, o fundo foi impactado. Agora, Ometto afirma que voltou a elevar a exposição para compensar a baixa, e 9% do fundo de ações da casa está exposto à Vale.

"Compramos para refazer a posição, para recompor as perdas do dia", afirma. "A rentabilidade da bolsa está boa, então há certo conforto de aumentar uma posição perdedora no mês."

Para Ometto, a catástrofe foi social e ambiental e vai demorar para que a companhia consiga recuperar, em termos de preços de mercado, a governança corporativa e a mancha sobre sua imagem. Preços de mercado, porém, são guiados por fundamentos e dois deles - preço do minério e expectativa para a capacidade de produção - apresentaram melhora, o que atrai parte dos recursos retirados da companhia pelos investidores.

"Existe uma capacidade da empresa de contornar, por meio de outros sistemas produtivos, a paralisação da produção para o encerramento das barragens a montante. Além disso, com os preços do minério em alta forte, a empresa tem condições de ganhar na margem, com os contratos que forem fechados a partir de hoje", diz.

Alexandre Ulm, gestor de renda variável da Canepa Asset Management, afirma que a decisão de descontinuar esse tipo de barragem é muito importante dentro da gestão de crise da Vale, o que dá alívio à onda de vendas no papel.

"No longo prazo, a mineradora tem condições de recuperar a imagem, mas tem uma marca que ficará na história. Não tem como apagar", diz Vicente Zuffo, diretor de investimentos da SRM Asset. "Passando o tempo e com as atuações dela, há condição de recuperar o dano à governança, mas ainda é muito cedo para medir isso."

Gestores também afirmam que a Vale passaria por um novo processo de reprecificação caso a diretoria deixe a companhia, justamente porque a gestão de crise feita até agora tem vindo, a rigor, adequada ao que se espera num evento tão dramático quanto este.

Mas não foi só a Vale que ajudou o Ibovespa a encostar nos 97 mil pontos. O exterior também soprou a favor de ativos de risco, depois que o Fed afirmou que será paciente com mudanças nos juros americana - uma taxa menor nos EUA representa maior liquidez global. No mundo, os ativos prontamente responderam: as bolsas americanas subiram, o juro dos títulos americanos recuou e o dólar caiu contra várias moedas globais.

No Brasil, o resultado foi uma melhora dos bancos, muito usados como veículo de investimento dos estrangeiros. Foi o caso do Bradesco (0,80% a ON e -0,23% a PN) e Itaú Unibanco (0,63%), que aliviaram as perdas, embora já estejam muito valorizados, depois de embutirem toda a expectativa de crescimento do crédito e da economia, segundo operadores.

MME / ASCOM .